

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE – UFRN
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**

GEORGIO CÉLIO DA SILVA SOUSA

**ANÁLISE HISTORIOGRÁFICA DA ARQUEOLOGIA NA PERSPECTIVA DOS
REGISTROS RUPESTRES PRÉ-HISTÓRICOS**

NATAL

2004

2003.2

GEORGIO CÉLIO DA SILVA SOUSA

**ANÁLISE HISTORIOGRÁFICA DA ARQUEOLOGIA NA PERSPECTIVA DOS
REGISTROS RUPESTRES PRÉ-HISTÓRICOS**

Monografia apresentada à disciplina Pesquisa Histórica II, ministrada pela Professora Denise Mattos Monteiro, do Curso de História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Orientador: Professor Roberto Airon Silva. /

NATAL

~~2004.~~

GEORGIO CÉLIO DA SILVA SOUSA

**ANÁLISE HISTORIOGRÁFICA DA ARQUEOLOGIA NA
PERSPECTIVA DOS REGISTROS RUPESTRES PRÉ-HISTÓRICOS**

Monografia apresentada à disciplina Pesquisa
Histórica II, como requisito parcial à conclusão do
Curso de História da Universidade Federal do Rio
Grande do Norte.

Natal, de de 2004.

Prof.^o Ms. Roberto Airon (Orientador) - UFRN

AGRADECIMENTOS

Agradecemos a todos que, direta ou indiretamente contribuíram para execução deste trabalho. Especialmente ao orientador, Roberto Airon da Silva, que nos encaminhou nesta pesquisa com maior objetividade científica, digna dos grandes mestres. A ele devemos os aspectos positivos deste trabalho; contudo, é justo preservá-lo dos eventuais problemas que esta monografia contenha.

Registramos agradecimentos aos professores do Departamento de História, pela importante contribuição ao longo da trajetória, em particular ao professor Raimundo Arraes que nos mostrou os primeiros passos para nos tornarmos um pesquisador, através da orientação precisa do projeto.

A professora Denise Monteiro pelo exemplo de austeridade, tolerância e compreensão dos grandes mestres, a quem todo acadêmico deveria se espelhar.

A minha esposa pelo apoio carinhoso e paciente nos momentos mais difíceis da jornada; aos meus filhos pela compreensão e amor nos momentos de ausência; a mãe eterna incentivadora, mesmo à distância; finalmente a Deus, pois sem Ele nada seria possível.

RESUMO

Analisa o processo de construção historiográfica arqueológica no que diz respeito ao estudo dos registros rupestres, situados no período pré-histórico europeu e brasileiro, a fim de que se possa apontar as possíveis relações entre as duas vias de análises. Pretende, a partir de tal pressuposto reconstruir as bases teóricas do pensamento arqueológico euro-brasileiro, identificar as diversas interpretações propostas para o entendimento das origens e significados dos registros rupestres pré-históricos no contexto europeu e suas bases explicativas, além de analisar as relações existentes entre as interpretações propostas na Europa e as formas pelas quais essas interpretações foram apropriadas no estudo da pré-história, no Brasil. Sua proposta ensaia, portanto, as relações do historiador com os antropólogos, etnólogos e arqueólogos, numa dinamização interdisciplinar. Dessa forma, evidencia o olhar do historiador sobre as especificidades que se inserem nas divergências situadas na produção historiográfica, entre os profissionais que estudam a natureza e significados dos registros rupestres pré-históricos. Assim, no campo das divergências historiográficas arqueológicas, analisa, de forma específica, a crise que constitui a teia da problematização que se insere no campo da Arqueologia, na perspectiva dos registros rupestres pré-históricos.

Palavras-chave: Arqueologia; Antropologia; Arqueologia brasileira; Crise arqueológica; Sujeitos da Arqueologia; Historiografia; Registro rupestres pré-históricos; entorno; semiótica.

SUMÁRIO

| | | |
|--|----|---|
| INTRODUÇÃO | 6 | / |
| 1 AS BASES TEÓRICAS DO PENSAMENTO ARQUEOLÓGICO | 9 | / |
| 2 OS PARADIGMAS EXPLICATIVOS PARA O ENTENDIMENTO E SIGNIFICADO DOS REGISTROS RUPESTRES PRÉ-HISTÓRICOS | 33 | / |
| 2.1 Um apontamento ao antiquarismo ou à arqueologia clássica. | 35 | / |
| 2.2 Uma transição ao evolucionismo..... | 38 | / |
| 2.3 Um apontamento da análise funcionalista ou sistêmica..... | 49 | / |
| 2.4 Um apontamento estruturalista ou sobre o estruturalismo..... | 53 | / |
| 3 ANÁLISE HISTORIOGRÁFICA DO PENSAMENTO ARQUEOLÓGICO NO BRASIL E OS REGISTROS RUPESTRES | 61 | / |
| 3.1 Um apontamento ao imaginário mitológico brasileiro sobre os registros rupestres.. | 65 | / |
| 3.2 Uma transição ao enfoque arqueológico pré-científico..... | 69 | / |
| 3.3 O enfoque arqueológico totemista e fetichista..... | 76 | / |
| 3.4 A moderna compreensão sobre os registros pré-históricos..... | 82 | / |
| 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS | 93 | / |
| REFERÊNCIAS | 98 | / |

INTRODUÇÃO

Segundo Trigger (1992, p.377) a arqueologia é a ciência que melhor pode contribuir para o entendimento do comportamento geral do homem, mediante recolhimento das informações sobre os feixes de trilhas percorridos pela humanidade, durante um longo período de tempo.

A sua complexidade, o seu limite depreende-se do fato de que, ao ter como objeto de análise o material e o tempo que se alarga a distâncias milenares, esta não pode estudar utilizando os dados contemporâneos das ciências sociais.

Nessa direção, a perspectiva temporal compensa enormemente. Segundo o autor, a falta de informação direta sobre as percepções, significados e as interações que, ao somar-se as ausências de outras fontes de informações, sobre os aspectos culturalmente específicos e singulares dos povos do passado, reduz consideravelmente as perspectivas analíticas prováveis da arqueologia, no que diz respeito as condições que atuam ou que se processam sobre a natureza do comportamento humano.

Na busca pela solução a essa problemática, os interesses comuns entre os profissionais se acentuam em todas as áreas do conhecimento humano, porém, tem se mostrado mais obstinado, nesse propósito, os profissionais de humanidades.

Nesse contexto, a acumulação de matéria-prima arqueológica atingiu enormes proporções. As divergências teóricas de diversas naturezas, nos diversos campos que abarcam os estudos da disciplina arqueológica têm fomentado uma fragmentação teórica da disciplina, pondo em xeque seu propósito enquanto ciência. Nesse aspecto, portanto, podemos conceber como legítima e interna, a crise nos postulados historiográficos no universo da arqueologia.

Tais pressupostos, acentuam a complexidade de suas questões quando direcionadas ao estudo das artes rupestres, na Europa e no Brasil, as tensões, nesse campo da pesquisa arqueológica são consideráveis e, retratam o espectro global das questões que clamam, exigem uma validação científica.

Moberg (1968, p.20) questiona, nessa direção, se podemos limitar as perspectivas arqueológicas ao estudo regional cronológico de grupamentos humanos ou deve-se realizar estudos frutuosos sobre as leis gerais da cultura e do comportamento humano.

No Brasil a aceitabilidade das propostas analíticas observáveis direcionadas ao estudo dos registros rupestres do período pré-históricos na Europa e no Brasil são divergentes nos postulados de seus estudiosos, legitimando, desse modo, o fato de que a complexidade dessa divergência reflete-se na consecução, tanto dos conceitos como do processo constitutivo de sua historiografia.

Desse modo, analisar as estreitas relações entre o quadro brasileiro e europeu das interpretações historiográficas que norteiam os estudos sobre a história da arqueologia, no campo dos registros rupestres pré-históricos, é o azimuth que norteará o fio central dessa problematização, no desenvolvimento deste trabalho.

É, portanto, a partir da análise de tais pressupostos que se buscará reconstruir as bases teóricas da história do pensamento arqueológico, identificar as diversas interpretações propostas para o entendimento das origens e significados do registros rupestres no contexto europeu, bem como, suas bases explicativas, com o propósito de se analisar as relações existentes entre as interpretações, postulados europeus e as formas pelas quais, tais interpretações foram apropriadas no estudo dos registros rupestres pré-históricos no Brasil.

As fontes bibliográficas primárias pertinentes ao tema, boa parte das obras são de caráter meramente descritivo e narrativo, como por exemplo as obras de, Bruce Trigger (1992), na Europa. *Historia Del'pensamento arqueológico*, Jean-Marc Brissaud (1978) *As civilizações pré-históricas*, Ian Hooder (1988) *Interpretación en arqueologia-corrientes actuales*, A. R. Radcliffe-Brown *Estrutura e função na sociedade primitiva* e Bronislaw Malinowski (1975) *Uma teoria científica da cultura* e Wilhelm Schimidt (1942) *Ethnologia Sul-Americana. E*, no Brasil, Estevão Pinto (1935) *o Indígena do nordeste*, Angyone Costa (1938) *Introdução à arqueologia brasileira*, Ludwig Schwenhagen (1970) *Antiga história do Brasil: de 1100 A.c 1500 d.c*, Niéde Guidon (1991) I Simpósio de Pré-história do Nordeste Brasileiro, Anne-Marie Pessis (1994) *Registro Rupestre, Perfil e Grupo Social*, R. A. Silva (1999) *Registro Rupestres*

no nordeste, Gabriela Martins (1999) *Pré-história do nordeste do Brasil*. A bibliografia geral nos permitiu fazer uma contextualização da problematização do tema, no Brasil e na Europa, possibilitando-nos a fazer um corte cronológico, desde a segunda metade do século XIX, até os anos 60 do século XX, bem como, algumas projeções pontuais das novas correntes do pensamento arqueológico.

O trabalho se encontra dividido em três capítulos. O primeiro aborda *As bases teóricas do pensamento arqueológico*, o segundo trata *dos Paradigmas explicativos para o entendimento e significado dos registros rupestres pré-históricos* e, finalmente , no terceiro capítulo, propomos um Ensaio à análise historiográfica do pensamento dos sujeitos da arqueologia brasileira.

1 AS BASES TEÓRICAS DO PENSAMENTO ARQUEOLÓGICO

Buscar os elos entre historiadores e cientistas sociais, como antropólogos, sociólogos, etnólogos e outros especialistas nas diversas áreas do conhecimento humano, tem sido a busca do que Fernand Braudel¹ costumava chamar de “história total”. Diminui-se as fronteiras entre as áreas científicas e cria-se uma crise hegemônica historiográfica.

Os sujeitos da arqueologia, não só no ocidente, mas também na União Soviética, têm-se mostrado preocupados pelo que percebem ser um estilhaçamento teórico de sua disciplina.

Na ótica de Trigger (1992, p.9), tal preocupação não se justifica, já que o encaminhamento atual da disciplina arqueológica, conduz seus sujeitos a superarem as limitações dos enfoques setoriais e de visão estreita, além de produzirem interpretações globalizadas e frutíferas sobre questões que são objetos de estudos da arqueologia. Some-se a isso um crescente realismo nas considerações teóricas, bem como, uma flexibilidade na busca de métodos, beneficiando-se não só dos logros do passado, mas também do presente.

Nesse contexto, no dizer de Moberg (1968, p.19), muito se tem postulado sobre o que tem chamado de “uma crise da Arqueologia”. Na visão do autor, tal crise encontra-se situada entre as proporções quantitativas de informação arqueológicas e o número de arqueólogos que não chegam a equiparar-se, já que as informações que se acumulam e se processam, os superam, em números, muito mais rapidamente.

Dessa forma, essa crise parece encontrar seu agravo nas disparidades entre os meios que proporcionam a possibilidade dos arqueólogos reunir os dados e os meios que se lhes atribuem para tratá-los e publicá-los.

Assim, tal qual o historiador que “vive a crise que nasce dos limites e das incertezas da nova história, dos desencantos dos homens em face à dureza das histórias

¹ Braudel (1949) pertence à segunda fase da Escola dos Annales. Autor de vasta e importante obra, notabilizou-se com a publicação de sua monumental tese de doutorado, *La Méditerranée et le monde méditerranéen à l'époque de Philippe II*, em 1949. Em sua vasta obra incluiu o modelo de história total.

vividas”, como afirma Jacques Le Goff (1985, p.146), também as profundas divergências no campo da Arqueologia, estão contidas no porquê de sua própria existência.

Tal avaliação não se generaliza, mas constitui, em si mesma, na grande problemática do processo de produção historiográfica nos diversos campos ou áreas que atua a ciência arqueológica.

Nessa perspectiva, Willey e Sabloff (1980, citados por TRIGGER,1992, p.36) aventam que muito dos trabalhos recentes, sobre a história da arqueologia, têm sugerido que o interesse por uma conduta histórica da interpretação dos achados arqueológicos é um fato moderno. Com efeito, até a década de 1960, não se dispunha de um corpo de teorias sistematizado, já que cada investigador, no universo da arqueologia, gozava de liberdade para construir a disciplina, segundo suas próprias convicções.

No mundo antigo, as primeiras civilizações davam um enfoque diferenciado aos artefatos arqueológicos. No fenômeno que parece ser inerente a todo grupamento humano, a curiosidade e a busca pelo passado, os grupos tribais, em grande parte da história humana, o homem satisfazia tal curiosidade mediante a criação de mitos e lendas relacionadas à criação do mundo e da humanidade, bem como, de crônicas tradicionais discorrendo sobre aventuras vividas por grupos étnicos individuais (TRIGGER,1992, p.37).

Segundo Tuck (1971, citado por TRIGGER,1992, p.37) , algumas dessas sociedades tribais recolhiam artefatos procedentes de um passado ignorado, tais quais os dos assentamentos iroqueses dos séculos XV e XVI, do leste da América do Norte, onde se tem achado pontas de flechas, pipas de pedra e objetos de cobs nativos, feitos há milênios. Esses objetos, segundo o autor, eram achados durante as atividades cotidianas dos iroqueses.

Muitas dessas culturas tribais acreditava-se que estes objetos possuíam uma origem mais sobrenatural que humana. Tais objetos tidos e interpretados como amuletos e que, por possuírem formas particulares constituídas nas pedras polidas, estas haviam sido jogadas pelos espíritos dos bosques (TRIGGER, 1992, p.37).

Heyden (1981, citado por Trigger, 1992, p.37), nessa perspectiva, considera as oferendas e depósitos rituais que, no século XVI, os astecas executavam regularmente

nas ruínas de Teotihuacan e que conservam estocados ou guardados no templo de Tenochtitlan, por considerarem muito valiosos, como uma possível “arqueologia indígena”, fato que Trigger (1992) considera como uma ampliação do termo “arqueologia”, levado além dos limites de sua acepção.

Nos últimos períodos das civilizações antigas, os artefatos eram valorizados por terem pertencido a determinados dirigentes, pela grandeza de seu significado aos valores nacionais ou por guardarem informações do passado. Também no Egito, a construção das tumbas reais, início da dinastia XII (1991-1876 A.C.) aludiu-se um certo toque de arcaísmo.

Nessa direção, Casson (1939, citado por TRIGGER, 1992, p.38) avança que a civilização greco-romana, bem como, a substancial narrativa histórica baseada nos registros escritos e nas tradições orais, assim como, o interesse pelas práticas religiosas, os costumes locais e as instituições civis do passado, raramente preocupavam-se com os restos materiais das civilizações que os antecederam. Tanto os gregos como os romanos conservavam valiosas relíquias do passado como oferendas votivas em seus templos e ~~se~~ profanavam tumbas, freqüentemente, em busca das possíveis relíquias ou pertences de seus heróis.

Na China, diferentemente das civilizações ocidentais, o estudo sistemático do passado era muito valorizado pelos investigadores do tempo de Confúcio, que o tomava como um guia moral do comportamento, desempenhando uma função muito importante e poderosa dentro do processo de unificação da vida política e cultural chinesa, pelo fato de revelar um patrimônio comum que se remontava a dinastia Xia (2205 –1766. A.C). Segundo Wang (1985, citado por Trigger, 1992, p.39) Si-ma Qian, o primeiro grande historiador chinês, que escreveu no século II a.C, explorou muitas ruínas antigas examinando relíquias e textos do passado afim de compreender o *Shi gi*².

Como postula Moberg (1968, p.31), são imensos e múltiplos os discursos sobre a origem do pensamento arqueológico ou da arqueologia. Estes, articulam-se com as diversas categorias de fontes de informações também de origem e acessibilidade diversas. Conseqüentemente, os materiais de base ou primários, são recolhidos e

² Importante relato sobre a história da china antiga.

estudados já há muito tempo, ainda que as perspectivas científicas não fossem similar às nossas.

Trigger (1992, p.39), nessa perspectiva, afirma que apesar de poucos pesquisadores do mundo antigo, estudarem ou utilizarem, ocasionalmente, alguns artefatos ou achados como objeto do conhecimento histórico do passado, no qual aponta os registros escritos, não se criou nem se desenvolveu nenhuma técnica específica para a sistematização dos estudos desses artefatos ou achados. Portanto, tais pesquisadores, fracassaram por completo no que diz respeito ao estabelecimento de uma tradição.

Conseqüentemente, segundo o autor, em nenhuma das civilizações conhecidas do passado existiu uma disciplina parecida com o que hoje conhecemos por “Arqueologia”. Assim, enquanto se reforçava filosoficamente e, sobre explicações estáticas, cíclicas e evolucionistas, a origem do homem e da civilização, as pretensas explicações ditas arqueológicas, mantiveram-se em um campo puramente especulativo.

Nesse contexto, Renfrew e Bahn (1998, p.19) aventam que os homens sempre especularam sobre o passado e que, a maioria das culturas criaram seus próprios mitos para explicar porque a sociedade “é como é”.

Sabe-se, nesse sentido, que a maioria das culturas também ficaram fascinadas pelas sociedades que lhes precederam. Entretanto, todo o conhecimento que chegou até nós antes do cristianismo, está envolto de uma densa neblina, pelo simples fato de pertencer a um passado ou a um período de tempo que não se pode precisar ou medir.

Sabemos que é mais antigo que a Cristandade, porém não podemos precisar se, uma década antes, um século ou um milênio. Nesse aspecto, não podemos fazer mais do que conjecturas. Portanto, é importante recordar que há um século e meio, as pessoas mais cultas acreditavam que o mundo havia sido criado poucos milênios antes ou segundo a interpretação bíblica, por volta de 4004 a.C.

Em conseqüência, tudo o que se podia conhecer do passado mais remoto devia-se buscar nos textos sobreviventes dos primeiros historiadores, sobretudo, os do Oriente Próximo, Egito e Grécia. Assim, não era possível, absolutamente, se conceber nenhum tipo de história concernente aos períodos prévios à aparição da escrita.

Ainda na Idade média, o interesse pelos artefatos do passado limitava-se à época clássica, bem como a conservação de relíquias. Tal fato não estimulou o

Dessa maneira, considerava-se como natural o modelo preestabelecido da conduta humana e, era a partir de tais convicções, que os estudos sobre os artefatos do passado eram conduzidos e pensados pelos pesquisadores, tendo a Bíblia, como norteadora de seus pensamentos. A historiografia bíblica afirmava que Adão e seus descendentes haviam sido granjeiros e pastores e que o trabalho com o ferro iniciou-se no Oriente Próximo, somente há algumas gerações anteriores, bem como, que os primeiros homens gozavam e compartilhavam revelações divinas e diretas. O conhecimento de Deus e de seus deuses havia sido mantido e elaborado através dos patriarcas e dos profetas da civilização hebraica.

Desse modo, os pesquisadores ou eruditos medievais eram, todavia, menos conscientes dos caminhos históricos que, a cultura material poderia conduzi-los, quando comparados aos gregos e romanos. Nessa dimensão, segundo Weiss (1969, citado por TRIGGER, 1992, p.43), alguns Papas e Imperadores, tais como, Carlos Magno e Frederico Barbarroja, colecionaram moedas e gemas antigas, reutilizaram elementos da arquitetura romana e imitaram suas esculturas. Porém, freqüentemente, na Idade Média, quando se descobriam estátuas de divindades pagãs, estas eram destruídas ou mutiladas, já que as consideravam indecentes ou objetos de adoração demoníaca. Assim, quase universalmente, se viam os tempos bíblicos como algo cultural, social e intelectualmente idêntico aos costumes da Europa medieval.

Como consequência desse processo, Rowe (1965, citado por TRIGGER, 1992, p.43-44.) avança que os investigadores conscientizavam-se, paulatinamente, que cada época tem de ser estudada segundo suas particularidades e suas próprias premissas, bem como, a de que o passado não pode ser julgado a partir dos modelos do presente. Assim, tais investigadores ou eruditos não se limitaram somente a apreciar a Antiguidade Clássica e a literatura desta, mas rapidamente vincularam seus interesses e curiosidades às artes e a arquitetura, de tal forma que, ao final do século XV, Papas como Pablo II e Alexandre VI, bem como seus sacerdotes e membros da nobreza italiana, dedicavam-se a colecionar obras da Antiguidade Clássica e a patrocinarem a busca e recuperação de tais objetos. Com efeito, o interesse por tais antiguidades aumentaria gradualmente e se espalharia por toda a Europa, convertendo os nobres em ávidos colecionadores das artes greco-romanas.

No dizer de Moberg (1986, p.31), no universo da arqueologia clássica, não se deve subestimar a importância destes trabalhos que nortearam a história da arquitetura revelando resultados apreciáveis em outras áreas, além de conduzir a uma técnica adequada de descrição dos monumentos. Some-se a isso as consequências das escavações empreendidas às cidades soterradas por erupção vulcânicas – Herculano (1738) e Pompéia (1743) - na Itália, cuja qualidade e densidade dos achados, lançou uma nova visão sobre o mundo antigo, visão esta, considerada importante na elaboração do espírito científico³.

Ao final do século XVIII, os estudos clássicos, confirmaram um modelo para o desenvolvimento da egiptologia e da assiriologia. No período que antecede as últimas décadas deste século, não se sabia quase nada sobre as antigas civilizações, tanto do Egito como do Oriente Próximo, exceto, o que constava na historiografia bíblica ou, nos escritos dos historiadores gregos e romanos. Até o final do século XVIII, não se podia tirar o véu dos manuscritos dessas culturas e, assim, a essência de sua história e de suas obras de artes, permaneceram enterradas e sem estudos por um longo período de tempo.

Nesse sentido, o desenvolvimento da arqueologia, bem como da assiriologia, durante o século XIX adiantou três mil anos de história a essas duas áreas do mundo que exerciam uma atração especial, no que se refere aos estudos bíblicos, já que até então, não se dispunha de documentos primários ou escritos sobre essas culturas (TRIGGER, 1992, p.49).

Também, o desenvolvimento da arqueologia clássica, que começou no Renascimento, incentivou os estudos arqueológicos aplicados aos tempos pré-históricos.

Segundo Moberg (1968, p.32),

foi a partir do século XVIII, principalmente em França e Inglaterra, que se iniciou a discussão a respeito de vestígios de animais que representavam espécies claramente extintas ou, pelo menos, em contradição com o meio natural de sua descoberta, ligados para mais a objetos talhados pelos homens.

³ Moberg (1968) afirma que as origens da Arqueologia são múltiplas e articulam-se com as diversas categorias de fontes de informações acessíveis. Muitas vezes os materiais de base foram recolhidos e estudados há muito tempo, ainda que as perspectivas científicas não fossem idênticas às atuais. Assim, tanto no campo da Arqueologia como nas de outras ciências, as idéias da Renascença desempenharam um papel importante, porque o interesse dedicado à Antiguidade clássica esteve na origem do estudo dos vestígios materiais do mundo greco-romano.

Assim, o desenvolvimento da arqueologia clássica que começou no Renascimento, incentivou os estudos arqueológicos aplicados aos tempos pré-históricos.

Nos séculos XVI e XVII, quando os marinheiros e viajantes, oriundos dos países da Europa Ocidental, começaram a familiarizar-se com os grupos de caçadores e coletores, bem como, com as tribos de agricultores das Américas, África e Pacífico, divulgaram paulatinamente, por toda a Europa, seus costumes, o uso e a forma de seus instrumentos, além das formas de vestirem-se.

Em princípio, os costumes diferenciados dos ensinamentos cristãos, legitimava o pensamento medieval de que aqueles grupos alijados do restante da humanidade e da revelação divina, estavam por isso mesmo, condenados a serem os mais degenerados dos humanos, tanto tecnologicamente quanto moralmente. Entretanto, pouco depois desenvolveu-se uma visão alternativa que serviu para esboçar um paralelo entre os povos tidos como “primitivos modernos” e os pré-históricos que haviam habitado a Europa. Dessa forma, o início das investigações, destas tribos ditas primitivas, tiveram conseqüências muito importantes para a arqueologia sobre o período paleolítico.

Nessa dimensão, os investigadores europeus começaram a considerar a idéia de que os instrumentos de pedras achados na Europa, eram resultados da manufatura humana e não causas naturais ou sobrenaturais. Nesse aspecto, até o século XVII, tanto os cristais como os fósseis de animais, somados aos instrumentos e outros objetos, eram considerados como fósseis em geral.

Na Grã Bretanha, a constante apreensão da cultura dos povos nativos que povoavam o Novo Mundo, promoveram uma convicção cada vez maior de que os artefatos de pedras tais como ponta de flechas, machados polidos e outros materiais, eram resultantes do trabalho do homem (TRIGGER. 1992, p.59).

Na França, em 1919, Montfaucon (1655–1741, citado por TRIGGER.1992, p.60) atribuiu ás tumbas megalíticas que continham flechas a pedras polidas, a uma nação que não conhecia a utilização do ferro. Chegou a essa conclusão a partir do conhecimento das investigações que se processavam na Grã Bretanha e Escandinávia .

As informações arqueológicas processavam-se lentamente, não só na Europa como no restante do mundo. Entretanto, apesar da carência dos conhecimentos

cronológicos adequados, era possível conceber que a presença ou a falta do conhecimento do trabalho com o ferro coexistiram ao longo da história humana entre diversas culturas ou civilizações.

Nessa perspectiva, podemos afirmar que até o século XIX, não existiu uma evidência factual que permitisse um discurso evolucionista mais plausível que a visão do pensamento degeracionista. A verdade é que as pressões intelectuais impostas pela Igreja e o peso político do clero, bem como, pelos degeracionistas, intimidou consideravelmente os antiquários, no sentido de conduzir tal processo a uma sistematização metodológica sobre o pensamento arqueológico ou a ousar na análise do passado. No dizer de Trigger (1992, p.52), “os antiquários evitavam desafios”.

Nesse contexto, torna-se legítimo o questionamento de Trigger (1992, p.52). Sobre o significado que teve o desenvolvimento da arqueologia aos países da Europa central e setentrional, quando complementada ou entendida a partir dos textos antigos.

Segundo o autor, as inquietudes patrióticas da Europa setentrional, que levaram a Reforma, acabaram por estimularem novos, mas tradicionais interesses pela história desses países. Interesses esses, evidenciados a partir do século XVI.

Tal patriotismo, era naturalmente forte entre as classes médias e urbanas que, aliado a prosperidade crescente dessas classes, baseava-se nos serviços prestados a realeza, fomentando, paulatinamente, o processo de decadência do feudalismo e o desenvolvimento dos estados nacionais. A título de exemplo, podemos tomar a Inglaterra que, na dinastia de Tudor, foi glorificada constantemente através dos estudos históricos sobre as lendas artúricas, cuja busca, refletia o passado da família. Na Escandinávia, as investigações sistemáticas protagonizadas pelos antiquários desenvolveram-se posteriormente à Inglaterra e, foram, em parte, consequência da rivalidade militar e política que se seguiu à separação da Suécia e Dinamarca no ano de 1523 (TRIGGER, 1992, p.53).

Nesse contexto, os historiadores dessa região, interessaram-se, na Inglaterra, pelos seus respectivos patrimônios nacionais. Nessa perspectiva, tanto o rei da Dinamarca, Cristiano IV (1588 – 1648) como o rei da Suécia, Gustavo Adolfo II (1611 – 1632), estimularam o estudo dos registros históricos e do folclórico, a fim de criarem um quadro de grandeza e valor, cujo resultado enobrecesse as nações.

Segundo Laming-Emperaire (1964, Citado por TRIGGER,1992, p.56) também na Europa central e ocidental desenvolveu-se, em menor escala, o interesse pelos restos ou artefatos do passado. Na França medieval, nas ruínas pré-históricas e romanas, buscava-se os heróis como Carlos Mágnio e Ronald. Tanto Francisco I, que reinou entre 1515 e 1547, como Henrique IV (1589 – 1610), reuniram substanciosas coleções de estátuas de mármore e de bronze locais, bem como, algumas delas, importadas.

Na Alemanha, a partir do descobrimento da obra *Germania* do historiador Cornélio Tácito (56 – 120 d.C), em 1451, que discorria detalhadamente sobre os costumes dos antigos germanos, conduziu os pesquisadores a utilizarem as fontes clássicas e, não lendas medievais, para os estudos da história antiga. Tal fato lançou as bases dos primeiros estudos sobre a história geral da antiga Alemanha – *Germaniae Antiquae* – de Philip Klüver, publicado em 1616 (TRIGGER,1992, p.56).

No que diz respeito aos países do Extremo Oriente, como a Índia, não se processou ou se desenvolveu nenhum interesse pelo passado, pelo menos, até a época colonial. Nessa direção, Chakrabarti (1982, Citado por Trigger, 1992, p.51) afirma que, apesar dos impressionantes lougros alcançados em outras áreas ou esfera, a civilização ainda não desenvolveu uma forte tradição sobre os estudos históricos.

Pande (1985, citado por TRIGGER,1992, p.51), a esse respeito, acredita que tal fato é decorrente do comportamento religioso da civilização hindu. Esta desenvolveu, ao longo dos séculos, uma religião que utilizou outros métodos, tais como a cosmologia, para pensar e compreender o sentido da vida humana, bem como os fatos históricos.

Nessa dimensão, Marsy (1981, citados por TRIGGER,1992, p.51) aventa que tampouco se desenvolveu, no Oriente Próximo, o interesse pela antiguidade, apesar dos povos islâmicos terem vivido rodeados de impressionantes monumentos da antiguidade. Tal fracasso no mundo islâmico, segundo o autor, deve-se atribuir ao descaso das civilizações pré-islâmicas aos artefatos do passado que, acreditavam viver na “Era da Ignorância”, ou ainda, por atribuir um caráter cíclico à sua história, juntamente com o desdém religioso que aludisse a toda obra de arte figurativa .

Desse modo, tanto o caso da Índia como o do mundo árabe, podem ser tomados como referenciais tipológicos, onde os fatores individuais devem ser vistos

sobre uma perspectiva explicativa a partir dos fatos que singularizam a constituição histórica de suas origens.

Não se pode negar, entretanto, que o estudo das antiguidades pré-históricas, também foi influenciado pelo desenvolvimento geral da metodologia científica e que, por sua vez, estava intimamente relacionada à crescente capacidade ou a habilidade dos europeus para manipular tecnologicamente seu entorno.

Moberg (1986, p.36) postula, nessa perspectiva, que as duas últimas décadas do século XVIII, foi um marco para a sistematização do pensamento arqueológico, quando Montelius (1885)⁴, elaborou um sistema de classificação dos objetos em série, aplicando com sucesso à investigação das seqüências cronológicas da pré-história. Tal metodologia, correspondia para Montelius (1985), ao pensamento evolucionista de Darwin (1859)⁵ nas ciências naturais.

Geralmente se reconhece que, muito antes da publicação por Darwin (1859), *El Origen das Espécies*, já existiam uma ampla aceitação do enfoque cultural evolucionista da história humana.

Nessa dinâmica, Daniel (1968, p.4) põe em cheque a real importância da filosofia ilustrada para o desenvolvimento da arqueologia, salve algumas exceções. O autor acusa os historiadores ilustrados de não fazerem uso dos dados arqueológicos no contexto de sua historiografia.

É evidente que devido a ausência de meios estabelecidos para sistematizar-se o processo de datação dos materiais pré-históricos, a arqueologia pouco ou nada podia fazer, nem mesmo contribuir em suas discussões sobre a evolução cultural.

⁴ Montelius (1885) dividiu a Idade do Bronze europeia em seis períodos, o Neolítico em quatro períodos e a Idade do Ferro em dez. Ao considerar que estes períodos podiam ser aplicados a toda a Europa, observou uma grande variação regional dentro de cada um e não aceitou a idéia de que em todos os lugares da Europa, o homem tivessem alcançado o mesmo estado de desenvolvimento ao mesmo tempo. Acreditava que a cronologia da pré-história europeia era uma derivação objetiva da evidência arqueológica (TRIGGER, 1992, p.154).

⁵ Darwin (1859) publicou a obra *El Origen de las Espécies em 1859*, estabelecendo a teoria e o conceito de evolução como a melhor explicação para origem e desenvolvimento de todas as plantas e animais. Tal idéia, entretanto, não era nova. Estudiosos anteriores já haviam sugerido que os seres vivos haviam evoluído ao longo do tempo. Na verdade o que Darwin (1859) demonstrou foi como se processava esse caminho. Em 1871, publicou uma outra obra intitulada *El Origen Del Hombre*, afirmando que a espécie humana havia surgido como parte do mesmo processo. A partir dessa perspectiva, iniciou-se a busca pelas origens do homem com enfoque nos registros materiais e, mediante as técnicas arqueológicas (RENFREW ; BAHN, 1998, p.24-25).

Tal fato, entretanto, não legitimaria as afirmações de que não houve influência das obras de ilustração sobre o pensamento dos antiquários. Ao contrário, a convicção dos ilustrados sobre o desenvolvimento humano evolucionista estimulou o conhecimento global dos estudos das antigüidades pré-históricas. Estes marcaram a influência desenvolvimentista no universo da metodologia científica, relacionada, como já foi dito, à capacidade dos europeus assimilarem e manipularem seu entorno.

Toulimim e Goodfield (1966, citados por TRIGGER, 1992, p.66) ressaltam que também se deve considerar, nesse sentido, as descrições detalhadas e precisas, empreendidas pela sociedade da realeza aos achados arqueológicos, tanto na identificação dos ossos de animais como nos achados e assentamentos arqueológicos, além de suas técnicas aplicadas na tentativa de se descobrir como se confeccionava e se utilizavam tais instrumentos.

Não há dúvidas, portanto, que estudos deste tipo contribuíram ao avanço do pensamento e das investigações sobre os tempos pré-históricos, que estimularam e conduziram a uma preciosa observação e descrição dos artefatos e monumentos antigos, bem como, uma disciplinada conduta de datação aos achados, ainda que fossem em termos relativos ou obsoletos.

Karel e Sklimar (1983, citados por TRIGGER, 1992, p.70), aventam que o fato dos arqueólogos da Europa central preferirem a descrição analítica referenciada dentro de um contexto ou quadro sintético do passado, mostra que o novo enfoque científico, pouco contribuiu para o melhor conhecimento da pré-história.

Para Trigger (1992, p.70), tal constatação, não pode ser aplicada à Inglaterra nem à Escandinávia, locais estes, onde o *antiquarismo* havia levado a um progresso substancial na conscientização das problemáticas levantadas pelos estudos pré-históricos.

Assim, nesses países, a influência constante do pensamento evolucionista-cultural, durante o século XVIII, produziu uma reação conservadora em que o tempo foi seu aliado, exercendo uma influência legítima sobre a investigação sistematizada pelos antiquários.

É fato, entretanto, que os antiquários europeus, entre os séculos XV e XVIII, haviam aprendido a descrever e classificar monumentos e artefatos, além de conduzir

escavações e registros de seus achados, some-se a isso o uso sistematizado na aplicação dos métodos de datação, inclusive a estratigrafia e estimativa coerente sobre a idade de alguns achados. Desse modo, o estudo intensivo, sistemático e independente da pré-história, conduziu a um processo de movimentos distintos que se iniciaram a partir da segunda metade do século XIX.

Nessa perspectiva, Trigger (1992, p.77) diz que o primeiro desses movimentos, originou-se na Escandinávia e baseava-se na busca de novas técnicas para a datação dos achados da pré-história, marcando nessa linha de pensamento, o começo da arqueologia pré-histórica que acabaria por alcançar uma importante semelhança com a arqueologia clássica, como componente significativo para o estudo do desenvolvimento humano.

A segunda corrente, avança o autor, adiantou uma vasta profundidade temporal inimaginável na história humana, até então, iniciada na França e Inglaterra. Estes países, pioneiros no estudo do paleolítico, trabalharam problemas específicos, referentes a origem humana, que havia chegado a ser de importância crucial para toda a comunidade científica, bem como do público em geral. Tal problemática era resultado das polêmicas entre o *evolucionismo* e o *criacionismo*, decorrentes da obra publicada por Darwin (1809 – 1882), “A Origem das Espécies” em 1859.

Dessa forma, a arqueologia pré-histórica já havia se desenvolvido como uma disciplina bem definida, antes de 1859, tanto na Escandinávia como na Escócia e Suíça. Nessa direção, os arqueólogos escandinavos bem como aqueles que seguiam essa corrente do pensamento, não se impuseram limites buscando sempre a realidade dessas culturas a partir do pensamento evolucionista. Mergulhando mais profundamente em suas análises, tentaram conhecer também as tecnologias, as economias de subsistência dos povos pré-históricos, assim como o meio ambiente em que viveram, além de sua vida social e suas crenças religiosas.

O objetivo de tais estudos, era extrair todo o conhecimento que a evidência arqueológica permitisse sobre os modelos de vida de cada período e, sobre como esses modelos haviam caminhado e se desenvolvido ao longo do tempo. Para melhor se compreender, o significado relativo destes dados arqueológicos ou dos achados, comparavam-nos com os dados etnográficos. Além disso, faziam experiências para

determinar como se havia fabricado e utilizado esses experimentos. Através desse processo, terminaram por aprender a colaborar e a se relacionar com colegas de outras áreas do conhecimento científico, como os geólogos e biólogos, na tentativa de reconstruir os *paleoambientes* e, assim, determinar as *dietas pré-históricas*.

Renfrew e Bahn (1998, p.25-27) aventam, nessa direção, que a compreensão dos estudos realizados pelos etnógrafos, nas comunidades viventes de distintas partes do mundo, podiam ser tomados como ponto de partida útil para os arqueólogos em seus esforços por compreender o modo de vida de seus próprios antepassados. Segundo esses autores, estudiosos como Daniel Wilson (1851) e John Lubbock (1865-1913)⁶ utilizaram sistematicamente o enfoque etnográfico.

Com efeito, a Arqueologia do paleolítico tendeu a tomar forma a partir dos postulados das ciências naturais, embora a arqueologia Escandinávia estivesse, como vimos, muito mais interessada em extrair os dados arqueológicos das informações relativas sobre a forma de vida dos povos do passado e, por isso mesmo, tenha sido pioneira na seriação cronológica adequada para a ordenação dos restos culturais.

Tais ramos da arqueologia pré-histórica, se revelaram como produtos intelectuais da "Ilustração". Nesse aspecto, estavam comprometidos com a crença de que a evolução da cultura material também conduzia às melhoras morais e sociais.

Em consequência, grande número de pessoas da classe média, cujo poder aquisitivo fora avançado pela Revolução Industrial, Estavam satisfeitos e orgulhosos de verem, a si próprias, como fruto do progresso atribuído a natureza humana e, quem sabe da constituição do universo.

Assim como podemos ver, nos anos 70 e 80 do século XIX, já se haviam desenvolvido muito das idéias que hoje servem de base para a Arqueologia Moderna.

O antropólogo Edward Tylor (1832-1917), bem como seu colega americano Lewis Henry Morgan (1818 - 1881), publicaram importantes obras na década de 1870, sustentando que as sociedades humanas haviam evoluído desde um estado de

⁶ Wilson publicou em 1851, a obra *The Archaeologia and Prehistoric Anals of Scotland, Sutherland and Knox, Edimburgo*. Lubbock (1865-11913) incorporou à arqueologia pré-histórica o enfoque darwinista sobre a natureza humana em seu livro *Pre-historic Times, as Illustrated by Ancient Remains, and the Manners and Customs of Modern Savages*. Essa obra foi editada tanto na Europa como nos Estados Unidos e serviu, durante muito tempo, como um manual de Arqueologia. Foi, sem dúvida, o livro de arqueologia mais influente de todo o século XIX. (TRIGGER, 19992, p.113-114).

selvagerismo, primitivismo, barbárie ou da agricultura, até a civilização ou forma “superior” da sociedade.

Nesse contexto, Casson (1939, citado por TRIGGER, 1992, p.104) postula que, durante a última parte do século XIX e início do século XX, os arqueólogos achavam-se “zarandeados” ou influenciados por duas correntes do pensamento arqueológico. Isto é, apoiavam-se na evolução divina ou no evolucionismo do pensamento darwiniano

Na América, segundo Bernal (1980, citado por TRIGGER, 1992, p.104), os visitantes europeus e, até certo ponto, os investigadores locais, estudavam facetas isoladas da pré-história Latino-americana. Nessas condições, os Estados Unidos da América foram o único país a desenvolver, fora da Europa, sua própria tradição de investigação arqueológica antes do final do século XIX.

Tais condições foram favorecidas pelo ânimo do público norte-americano que almejava, fervorosamente, a constituição de sua própria história a fim de rivalizar com a da Europa. Por isso mesmo, interessava-se por todos os achados, sobretudo, pelo que John L. Stephens realizou nas cidades perdidas nas “matas” da América Central, em 1840 (TRIGGER, 1992, p.105).

Nessa perspectiva, assim como os europeus, também os norte-americanos compartilhavam da visão progressista, inerente a natureza humana. Entretanto, embora os brancos americanos estivessem orgulhosos de compartilharem tal visão otimista, não estavam dispostos a dividi-la com os povos indígenas, cujas terras estavam ocupando.

No entender de Trigger (1992, p.109-110), os nativos eram vistos pelos norte-americanos brancos, como resultado de uma insuficiência biológica que não lhes permitia participação no progresso que o destino havia preparado para os europeus. Assim, tanto a visão progressista da natureza humana, como a insuficiência biológica dos índios, combinaram-se para formar uma poderosa síntese internacional.

Nessa direção, o autor ressalta que um dos principais problemas que se teve de enfrentar, desde o início do evolucionismo cultural, foi o de se explicar porque algumas sociedades haviam se desenvolvido rapidamente, enquanto muitas outras havia^m permanecido aparentemente estáticas durante milhões de anos. No século XVIII, estas

disparidades, foram atribuídas aos fatores ambientais, enquanto outras explicações se achavam muito longe de ser convincentes.

Assim, o pensamento dos sujeitos da arqueologia, voltaram-se para a busca do entendimento de tais deficiências.

Segundo Grayson (1983, citado por TRIGGER, 1992, p.118), ao mesmo tempo em que se produzia um estreitamento entre a arqueologia pré-histórica e a etnologia na Europa Ocidental e na América, algumas das principais idéias do pensamento ilustrado acabaram por sofrerem influências significativas enquanto outras estavam sendo abandonadas.

Nessa direção Meltez (1983, citado por TRIGGER, 1992, p.118) aventa que os escritos de Lubbock (1865-1913) desempenharam um papel muito significativo no reforço da linha seguida pela arqueologia evolucionista americana, no final do século XIX, embora, alguns arqueólogos americanos de primeira grandeza, relutassem em aceitar, definitivamente, a aplicação do darwinismo para desenterrar os assuntos humanos.

Segundo o autor, Lubbock (1869) ofereceu aos americanos uma explicação darwinista para legitimar-se o pensamento de inferioridade biológica que estes haviam atribuído aos índios americanos, desde o final do século XVIII. Desse modo, a visão americana que tomava seus nativos como primitivos e estáticos, por natureza, foi pouco a pouco aceita pela comunidade científica internacional que, por sua vez, mostrava-se cada vez mais receptiva às explicações que conduzia às mentalidades racistas sobre o comportamento humano.

Nesse contexto, Trigger (1992, p.118) afirma que o resultado dos estudos arqueológicos dispensados aos povos do México, da América Central e Peru constituiria, entretanto, um desafio para tal enfoque. Alguns escritos, inclusive os que identificavam os povos nativos do México como os construtores de túmulos, os descreviam como sendo racionalmente superiores aos índios norte-americanos.

Em conseqüência, se tem assinalado a falta do método sistematizado da cronologia na arqueologia americana, já que nenhum dos povos nativos havia avançado, além da Idade da Pedra. Há, inclusive, escassez de assentamentos estratificados, sem

contar com a falta de familiaridade com as técnicas derivadas da cronologia antes dos caminhos tecnológicos.

Dessa forma, desviados da trilha do conhecimento alternativo, restou aos arqueólogos euroamericanos convergir o enfoque que sustentavam sobre a pré-história americana, às idéias ou pensamentos da arqueologia imperialista de Lubbock, aplicadas, principalmente, no contexto colonial.

Fagan (1981, citado por Trigger, 1992, p.127) aventa que na África, a investigação arqueológica era realizada de forma esporádica desde a primeira metade do século XVIII, subsistindo até a última década desse século, por iniciativa de visitantes europeus.

Segundo o autor, a investigação sistemática da África iniciou-se a partir de 1890, tempo em que o continente africano já havia sido dividido entre as potências colonizadoras européias. No dizer de Fagan (1981, citado por Trigger, 1992, p.128), realizaram-se descobrimentos arqueológicos que, na visão dos arqueólogos europeus, se mostravam demasiadamente sofisticados ou importantes para serem oriundos de um povo tão “primitivo e indolente”.

O exemplo mais significativo sobre a mentalidade da arqueologia colonialista desenvolvida na África, são as polêmicas que envolveram as ruínas de pedras achadas, no que hoje conhecemos como *Zimbabwe*. Nessa perspectiva, portanto, o autor aponta que tais controvérsias constituem, em termos comparativos, ao que foi o debate sobre os construtores de túmulos na América do Norte, onde os primeiros investigadores europeus que estudaram estes monumentos, também concluíram que se trata das evidências deixadas por uma colonização branca pré-histórica do Sul da África (TRIGGER, 1992, p.131-132).

Nesse contexto, (TRIGGER, 1992, p.131-132) postula que

A comparação das controvérsias que cercava os Construtores de Túmulo, na América do Norte no século XIX e o Zimbabwe, ao final do mesmo século, revelaria surpreendentes semelhanças, bem como, diferenças significativas. Em ambos os casos, tanto os arqueólogos aficionados quanto o público, recusaram a associação dos vestígios com os povos indígenas [...] o que é importa é que depois de 1905 a mesma comunidade arqueológica internacional recusara unanimemente as afirmações de que os Zimbabwe não havia sido construído pelos bantuis, deixando o mito de Zimbabwe aos arqueólogos aficionados e ao público em geral. Isto sugere que [...] os avanços na técnica arqueológica como

método de resolução de questões históricas havia alcançado um ponto em que se chegou a condição de, em mãos de arqueólogos profissionais, contestar-se essas pressões sociais e evitar essas distorções.

Ainda nessa dimensão, Mufuka (1983) e Garlake(1984, Citados por TRIGGER,1992, p.131) aventam que desde a independência do Zimbabwe, em 1980, conserva-se entre alguns nacionalistas uma postura de unilateralidade sobre a exploração do conhecimento zimbabweno. Isto é, alguns nacionalistas têm discutido, segundo estes autores, que somente os africanos possuem o direito moral bem como o conhecimento suficiente para interpretar as antigas ruínas de Zimbabwe e que se tem levado a cabo tentativas para promover novas mitologias ou pensamentos sobre o passado das civilizações africanas.

No final do século XIX, o evolucionismo cultural era desafiado, simultaneamente, pela febre nacionalista que atingia todos os países da Europa, bem como, pela dissolução da fé nos ilimitados benefícios que o progresso tecnológico poderia trazer para a humanidade, advinda dos problemas provocados pela Revolução Industrial.

Também, a avalanche de materiais recuperados ao longo desse século alavancou a construção de numerosos museus, bem como de professores de arqueologia nas universidades, cuja preocupação pelos problemas históricos e étnicos, os levou cada vez mais a prestarem uma maior atenção na distribuição geográfica dos diferentes tipos de artefatos, com o objetivo de fazer uma relação entre estes e o “pós-histórico”, cujas bases referenciadas assentava-se nos estudos do Neolítico e, numa perspectiva, absolutamente, nacionalista (TRIGGER,1992, p.146).

Assim,, em consequência a esses fatores, a sociedade européia alimentou a idéia do conservadorismo, da rigidez da natureza humana e de que seu comportamento estava biologicamente determinado. Fortaleciam-se as características associadas a grupos étnicos particulares. Na Alemanha crescia, entre os etnólogos, confiança nos conceitos de difusão e de migração, tornado-se evidente em algumas de suas obras, tais como as de Friedrich Ratzel (1844 – 1901)- *Anthropogeographie* (1882-1891) e *The History of Mankind* (1885-1888).

Tais conceitos, na ótica de Ratzel (1844-1901, Citado por TRIGGER,1992, p.147) eram definidos como “processos caprichosos”, pelo fato de serem difíceis de se

precisar se um grupo determinado poderia ter copiado de seus vizinhos qualquer invenção útil. Desse modo, era preciso se excluir a possibilidade de difusão para se poder confirmar, seguramente, que o mesmo modelo de artefato havia sido criado mais de uma vez. Nessa linha do pensar arqueológico, em qualquer parte do mundo, instrumentos como a pipa, o arco e as flechas, possuíam uma origem comum.

Nessa perspectiva, portanto, a difusão criava áreas culturais ou mesmo, blocos de culturas similares e adjacentes.

A partir do trabalho de Rivers (1914, citado por Trigger, 1992, p. 148) o “difusionismo” desprezou o enfoque evolucionista da etnologia inglesa. Entretanto, tal processo não se legitimou por estaque. A transição entre o modelo de pensamento evolucionista e o do mesmo foi lenta. Além disso, muito das características das explicações de cunho evolucionista foram assimiladas e compartilhadas, freqüentemente, pelos difusionistas.

Nessa dimensão, as Ciências Sociais voltou seu olhar para a variação cultural e a difusão, possibilitando aos arqueólogos fomentarem explicações sobre as variações espaciais e temporais. A crescente ênfase posta na distribuição geografia, assim como na cronologia dos achados arqueológicos, levou os arqueólogos europeus a buscarem uma orientação histórica que fundamentasse a preocupação evolucionista da teoria pré-histórica.

Com efeito, foi ao final do século XIX, em consequência da preocupação crescente pela etnicidade, que se processou o estímulo ao desenvolvimento da cultura e do discurso histórico-cultural, no estudo da pré-história.

O fato de se conceituar culturas ou civilizações, como sendo o conjunto de material arqueológico pré-histórico geográfico, temporalmente restritos, associando sua identificação aos restos de diversos grupos étnicos, parece ter-se produzido de maneira autônoma, assimilado, por vários arqueólogos, tanto na Europa quanto no Novo Mundo.

Na América do Norte, adotou-se o enfoque histórico cultural como resposta a crescente familiaridade com os registros arqueológicos. Entretanto, os arqueólogos americanos, divergiram dos europeus, particularizando ou reinventando seus próprios métodos. Assim, incrementou-se, à cronologia dos registros arqueológicos, um complemento da antiga preocupação pelas variações geográficas.

No que se refere ao enfoque cronológico-cultural, somou-se às preocupações pelas variações cronológicas uma tomada de consciência, cada vez maior, sobre as variações geográficas do registro arqueológico.

O enfoque histórico-cultural continua, ainda hoje, suprimindo necessidades importantes, especialmente, nos países interessados em suas origens étnicas ou em regiões onde ainda não se estabeleceu cronologia cultural.

Após Childe (1892-1957, citado por TRIGGER, 1992, p.231-239) - que achava duvidoso a possibilidade de se extrair informações minuciosas sobre a antiguidade, a partir das análises exclusivas sobre os dados arqueológicos e, que pensava a etnicidade como um conceito no qual se pudesse tomar como sendo o núcleo da célula que conduzia os estudos da pré-história, além de conceber o enfoque cultural um substituto da antiguidade histórico-política - os arqueólogos americanos e europeus, adotaram uma nova dimensão do pensamento arqueológico para explicar uma nova perspectiva no estudo da pré-história que baseava-se no conhecimento sistemático do comportamento humano Childe (1892-1957) e muitos outros arqueólogos tomaram como referencial analítico-metodológico, o enfoque marxista até depois da Segunda Guerra Mundial, quando então o abandonou em busca de um conhecimento mais profundo sobre os estudos da pré-história ou, no dizer de Trigger (1992), quando Childe (1892-1957, citado por TRIGGER, 1992, p.236) reconheceu o enfoque histórico-cultural como uma via intelectualmente morta:

Não nego a importância da difusão como força desencadeante do caminho cultural, embora continue consciente de que a difusão não tinha mais valor para a explicação dos caminhos que os conceitos do evolucionismo unilinear. A menos que os arqueólogos pudessem determinar que fatores dentro das culturas pré-históricas favoreciam a adaptação das novas idéias que influenciavam no papel que estes desempenhavam.

Segundo Renfrew e Bahn (1998, p.36-37) , foram os especialistas que estudavam sobre as sociedades históricas da Europa e da América do Norte, que realizaram algumas das contribuições mais significativas para o desenvolvimento do pensamento da ciência arqueológica. Nesse contexto, tanto Steward (1902 – 1972) como Childe (1892–1957), foram uns dos pensadores que mais influência tiveram sobre o pensamento arqueológico na América do Norte. Trabalhavam no Médio Oeste com o

sistema Taxonômico, fazendo comparações seqüenciais pré-históricas com o objetivo de ordenar, metodicamente, os materiais achados, buscando respostas às perguntas que se colocavam, procurando saber ou determinar o período que se construiu tais artefatos ou a que outros materiais se podiam associa-los.

Segundo o pensamento desses antropólogos, a partir de tais questionamentos, podia-se determinar ou classificar o tipo de material pertencente a determinado grupo de tribos ou gente.

Desse modo, considerando tal problemática, pode se tomar como certas as suposições de Childe (1892-1957) que partia do princípio de que uma coleção ou indústria artefactual (*Cultura*), que se repita de forma constante, pode ser interpretada como pertencente a determinado grupo específico de humanos.

Steward (1902-1972, citado por RENFREW; BAHN p.35), que também se preocupava em explicar o caminho cultural, conduzia tal questão na busca de respostas às mesmas, cujo método centrava-se em entender como funcionavam essas culturas vivas.

Steward (1902-1972, citado por RENFREW; BAHN p.35), batizou com o nome de “ecologia cultural”, o estudo dos meios em que a adaptação a estes, pode conduzir ao entendimento dessas estruturas vivas. Entretanto, nenhum desses arqueólogos procurou destacar o fato de que as culturas não se relacionam simplesmente umas com as outras, mas interagem, numa dinamização constante, com seu entorno.

Também se conjugou, após a Segunda Guerra Mundial, com as evoluções do pensamento arqueológico, à busca pelo entendimento do passado humano, o desenvolvimento das contribuições científicas no campo da Arqueologia. A datação radiocarbônica, anunciada pelo químico americano Libby (1908-1980, citado por RENFREW; BANH, 1998, p.36-37).), tornou possível desenvolver-se uma cronologia independente para a datação nos estudos da Europa antiga.

No dizer de Renfrew e Banh (1998, p. 36-37) o desenvolvimento científico das técnicas aplicadas à arqueologia, foi tão intenso e sistemático, que se tornou necessário explicitar-se os arazoamentos e objetivos da disciplina, enquanto ciência, conduzindo, irrefutavelmente, os anos sessenta, do século XX, a uma nova dimensão do

pensamento arqueológico que apontará importantes caminhos para o desenvolvimento da arqueologia.

Nessa dinâmica surgem, paulatinamente, diversas insatisfações sobre o método usado na investigação do campo arqueológico. Em consequência, colocava-se em cheque o modo pelo qual a ciência arqueológica conduzia às análises e abordagem dos achados e artefatos, bem como a maneira pela qual se observava e se chegava às conclusões sobre esses artefatos, a partir das escavações e contribuição das ciências auxiliares da arqueologia.

Nessa problematização, questionava-se dois papéis precípuos da arqueologia. O primeiro dizia respeito aos métodos de datação, o segundo, que iria mais além, estava centrado na forma em que os arqueólogos explicavam os fatos em seus discursos de arrazoamento ou fundamentos da disciplina.

Tal crítica, fundamentava-se no fato de que a disciplina parecia nada explicar, limitando-se, tão somente, a discorrer sobre a função de migração dos povos e suas supostas influências.

Segundo Renfrew e Bahn (1998, p.36) em 1948, o arqueólogo americano Taylor (1948), havia postulado em sua obra “A Study of Archaeology”, algumas dessas críticas.

Segundo Taylor (1948, citado por RENFREW; BAHN, 1998. p.36), cuja perspectiva de enfoque arqueológica era *conjuntivo*, devia-se levar em consideração o sistema cultural em sua totalidade, no que diz respeito aos estudos da pré-história, em contraposição a Taylor (1948), Willey (1958) e Philip Phillips (1958), que em seu “*Method and Theory in American Archaeology*”, defendiam a necessidade de se dar maior ênfase ao campo social, a fim de que se pudesse ampliar a interpretação do processo no estudo da história da cultura. Devia-se, também, buscar uma síntese comum a tais interpretações, bem como das causas e das leis sócio-culturais.

Assim, em busca de uma resposta sobre o que significava, na prática, todos esses fatores, destacou-se um grupo de jovens arqueólogos americanos, motivados e influenciados por Binford (1962)⁷, tornara-se evidente para estes jovens arqueólogos, a

⁷ Binford (1962) publicou dois artigos. Um em 1962 *Archeology's Antropology* e outro em 1965, *Archeological Sistemáticas and the Study of Culture Process*, onde esboça o programa da Nova Arqueologia.

necessidade de se propor um novo planejamento ou enfoque aos problemas da interpretação arqueológica. Tal direcionamento do pensamento arqueológico, foi batizado, tanto por seus críticos como por seus defensores, como a “Nova Arqueologia”.

Bynford (1962, citado por RENFREW e BANH, 1998, p.37) e seus colegas, publicaram uma série de artigos criticando a atitude que pretendia utilizar os dados arqueológicos para escrever o que entendiam ser uma espécie de história falsificada.

No dizer de Trigger (1992, p.290), a Nova Arqueologia manifestou os prejuízos que inocentemente governou a investigação arqueológica tradicional, bem como a pouca adequação desses enfoques para se compreender as culturas pré-históricas como sistemas, ao promover um enfoque muito mais sofisticado e produtivo.

A Nova Arqueologia, seguiu o exemplo das demais ciências sociais, tais como a história, etnologia, a sociologia, a economia e outras, reclamando para si a autonomia para responder generalizações objetivas e eticamente naturais e que fosse útil para o desenvolvimento das sociedades modernas (TRIGGER, 1992, p.293).

Conforme Wolf (1982, citado por TRIGGER, 1992, p.293) tal ênfase na aplicação prática de suas possibilidades e investigações, levou os cientistas sociais a abandonarem as tentativas holísticas no que diz respeito ao entendimento do comportamento humano e, os conduziu na busca de soluções a problemas concebidos em termos técnicos limitados.

Segundo Moberg (1992, p.11) desde os anos sessenta que David Clark (1962-1976) postulava em textos, tão importante^S quanto polêmicos que, “à esta disciplina empírica e indisciplinada”, faltava um corpo central de teoria capaz de sintetizar as recorrências gerais nos seus dados de tal modo que os únicos resíduos distinguindo cada caso particular possam ser rapidamente isolados e facilmente apreendidos.

Com efeito, as divergências começam como postula Moberg (1986, 1986, P.11), “o que se pode esperar da arqueologia e o que se deve fazer com ela? Pode-se limitá-la ao estudo regional ou cronológico de grupamentos humanos ou deve-se realizar estudos frutuosos sobre as leis gerais da cultura e do comportamento humano?”

As tensões, são consideráveis e espalha^m-se na avalanche da nova literatura, definindo objetivos e percursos diferenciados. Percursos esses que legitimam os

questionamentos de Moberg (1986) e nos conduz a uma busca sistematizada por um corpo teórico-metodológico que nos possibilite compreender os sedimentos das diversas interpretações propostas no universo da arqueologia ou da história da arqueologia que, segundo Renfrew e Bahn (1998, p.19), “É em primeira instância, uma história de idéias, de teoria, de como olhar o passado. Depois, é uma história do desenvolvimento de métodos de investigação, de exemplo dessas idéias e análise dessas questões e, só em terceiro lugar, é uma história dos descobrimentos atuais” .

Nessa direção, Silva (1998, p.145) aponta que “o progresso é lento no que diz respeito ao conhecimento da história do homem e, aparece em destaque num fundo de idéias medievais, repletos de tradições cristãs”.

Segundo o autor, para Annet Emperaire (1985, citado por SILVA, 1998, p.145), os séculos XV e XII, mais que a apresentação dos aspectos de renovação, trazem dentro de si uma acumulação de conhecimento que estão situados e conduzidos pela cronologia tradicional da Igreja Cristã.

Porém, é da visão contida do universo bíblico renascentista quanto a existência do homem, que partiremos para a análise das abordagens clássicas ou do antiquarismo, abordagem evolucionista ou do Evolucionismo, abordagem sistêmica ou do Funcionalismo abordagem estruturalista ou do Estruturalismo, paradigmas explicativos para o entendimento do significado dos registros rupestres, elementos de análise que nos conduz a apreciação do nosso segundo capítulo.

2 OS PARADIGMAS EXPLICATIVOS PARA O ENTENDIMENTO E SIGNIFICADO DOS REGISTROS RUPESTRES PRÉ-HISTÓRICOS

Na busca pela reestruturação dos paradigmas da ciência, bem como, pela polarização do conhecimento científico, acentuam-se os interesses comuns entre profissionais de todas as áreas. Tal processo tem-se mostrado, num grau mais elevado, entre os estudiosos de humanidade. O estudo das sociedades humanas, extintas ou contemporâneas, não comportam soluções divergentes no entendimento de suas relações.

Nessa dinâmica, a aproximação interdisciplinar leva ao conflito, convergindo e socializando os interesses comuns entre tais profissionais. Em consequência, há uma vertente, uma inclinação globalizante entre os estudiosos de todas as áreas da ciência, em particular, os da área de humanas, em busca de idéias nos diferenciados portos do conhecimento.

É nessa perspectiva, portanto, que conduziremos a contextualização desse capítulo, pois sua proposta ensaia a relação do historiador com os antropólogos, etnólogos e sociólogos, relação esta, de interdisciplinaridade, cuja abordagem nos conduz a analogia da gênese do pensar, da forma do representar ideológico do homem primitivo.

Segundo Andrei (1961), o homem não é a resultante de um fim de raça, nem um filho sem pai, um bastardo. Sua linhagem é natural e legítima. Suas raízes o conduzem ao mundo animal, cuja marca, fixa-se nele como uma tatuagem que guarda para sempre.

Nessa direção, Brissaud (1978, p.10) postula que a separação do homem e o ancestral do macaco, acontece bem mais cedo do que acreditavam os evolucionistas do século XIX, como Darwin e mesmo certos estudiosos, há apenas poucas décadas.

Masson (1973, (citado por BRISSAUD, 1978, p.10) em a "*Origine et Destinée de l'homme*", afirma que o universo diferenciado de macacos atuais, é muito antigo e, que a independência desses elementos, entre os grupos² que pertencem, foi conseguida desde o período oligoceno, ou seja, há cerca de 50 milhões de anos.

Com efeito, na linhagem dos hominídeos, não poderia ser diferente da dos macacos. Isto é, nessa mesma época o ancestral comum, tanto dos macacos como dos hominídeos, já possuíam inúmeros pontos em comuns, tal qual acontece com os chimpanzés

atuais e o homem moderno, animais estes, cujos estudos científicos, apontam como os mais próximos do homem que, dotados de 46 cromossomos, são semelhantes aos chimpanzés, que possuem 48.

Foi a partir de tal constatação que os biólogos puderam afirmar que o homem se difere 2,5% do chimpanzé e 10% dos outros macacos, comparando-se a estrutura de seus ADNs.

Na marcha da evolução desenvolveram-se várias raças de homínídeos. Muitas, entretanto, extinguiram-se nos corredores do túnel do tempo. Outras, a ciência busca a razão, subsistiram até o aparecimento do *Homo sapiens*.

Tome-se como exemplo, a linhagem de homínídeos que só ficou conhecida graças a alguns dentes e fragmentos da mandíbula. Sabe-se que viveu há cerca de 12 milhões de anos, no Norte da Índia e, não foi contemporâneo do *Homo sapiens*. Tinha o andar vagamente antropóide, porém, não se pode precisar se realmente mantinha-se de pé. Foi denominado de *Ramapithecus*.

Na década de 1930, exumou-se uma outra espécie, semelhante a linhagem dos *Ramapithecus*, mas datava de 14 milhões de anos e, ficou conhecido por *Keniapithecus*. Acerca de cinco ou seis milhões de anos, surge na África, os Australopithecus, ancestrais ou parentes do homem.

Foram os descendentes destes homínídeos que fabricaram, na África, os primeiros artefatos conhecidos e datados acima de 2 milhões de anos.

Nesse processo, Brissaud (1978, p.12) postula que há um ou dois milhões de anos apareceu o homem *erectus* e espalhou-se por todas as regiões temperadas do planeta, dando origem ao *Homo sapiens*, o homem pré-histórico. Este homem primitivo, aprende a se manter de pé, a correr, a encontrar e fabricar armas.

É na associação desses fatores, como o emprego das armas fabricadas, que este homem é conduzido a novos e múltiplos estímulos do sistema nervoso. Este processo provoca conseqüentemente a coordenação dos músculos e desperta os sentidos, numa auto-revolução biológica.

No dizer de Brissaud (1978, p.12-14), foi dessa forma que o cérebro humano se aperfeiçoou, emergindo, dessa revolução, um homem dotado de inteligência e imaginação.

É a partir do Homo sapiens então, que um novo tipo de homem vai conquistar o mundo, modelando-o a seu modo, até os dias atuais.

É, portanto, na busca pelo auto-entendimento que o homem, desde a posteridade, pensou, durante séculos, sobre si mesmo e sobre a sua condição no mundo que o cerca. Nesse aspecto, pode-se afirmar que é a partir de tal pressuposto que o homem, à frente dos fenômenos que o cerca, passa da experiência primária a condição que o conduz a imaginação, interpretação e explicação de tal fenomenologia. Fato que lhe garantirá, paulatinamente, o pretense conhecimento de si e do mundo em seu entorno.

Nesse ponto de evolução da humanidade, no que diz respeito a sua capacidade do pensar lógico e segundo sua razão, o homem, antes, primitivo, passa a justificar fatos, atitudes e comportamentos, num processo de iniciação que atravessará civilizações e que, no século XIX, o conduzirá a sistematização desse pensar lógico, da sua razão. ✓

2.1 Um apontamento ao antiquarismo ou à arqueologia clássica

Não é objeto deste trabalho, se debruçar sobre a história da ciência ou discorrer sobre os extraordinários ramos do conhecimento humano. Porém como, muito bem, diz Silva (1998, p. 15):

Analisar as mudanças no interesse a respeito dos vestígios humanos significa também discorre acerca das preocupações etnográficas, ou de uma “história da etnologia”, ou, simplesmente, como diz Jean Copans, da inquirição sobre os outros que existe desde a Antiguidade. Segundo o mesmo autor – continua Silva -, na antiguidade é Heródoto (séc.V.a.C.) quem desempenha o papel ambíguo de ‘herói mítico’, fundador da História, da Geografia comparada e da Etnologia. É o discurso “sobre os outros” que realiza, segundo ele, o seguinte procedimento: ‘o duplo aspecto da exclusão ideológica e da inclusão científica, sustenta, portanto todo o discurso etnográfico desde as origens’.

Nessa direção, Silva (1998,p.15) postula que “na Europa, o interesse arqueológico nasceu inicialmente dos estudos antediluvianos e com a lembrança do passado de Grécia, Roma, Egito e da Pérsia”. Assim, segundo o autor, as bases da Arqueologia Clássica, foram marcadas pelos séculos XVII e XVIII, diferenciando-se, entretanto, do século XIX, quando o interesse arqueológico preocupava-se, sobremaneira, na definição das

populações primitivas do Velho e Novo Mundo, graças ao avanço das pesquisas direcionadas ao estudo dessas civilizações pré-históricas.

Nesse contexto, Trigger (1992, p.52) aponta que o descobrimento da antiguidade clássica era tido como o meio pelo qual a Itália poderia obter informações sobre seu glorioso passado, uma vez que pouco era citado nos relatos bíblicos. Assim, o desejo que floresceu, na Europa, de se conhecer o Egito e a Mesopotâmia, durante o século XIX, estava diretamente relacionado a vontade que se tinha de se saber algo mais sobre as civilizações registradas pelo Antigo Testamento.

Tal sentimento de descontinuidade e diversidade na origem das civilizações européias, conduziu ao interesse da arqueologia como fonte para se conseguir tanto artefatos como documentação escrita. Em consequência, segundo o autor, tal situação atuou como base ou pilar para o desenvolvimento da arqueologia como fonte legítima de informações sobre as antigas civilizações.

Moberg (1968, p.26-27), nessa direção avança que à medida que se despertava o interesse pelo quadro da natureza humana, a partir do desenvolvimento de seus estudos, podia-se interpretá-lo como uma formação natural que, apesar do caráter grotesco de suas interpretações, diz respeito a singularidade de uma época.

Segundo o autor, tal interesse pelos monumentos antigos, considerados como fonte histórica, tem sua origem na Suécia, mesmo antes do século XVI. No dizer de Moberg (1968, p.26), o serviço de Antiguidades do governo suíço, organizado no século XII, já dispensava alguma atenção aos vestígios pré-históricos. Tal fato, entretanto, não constituía investigação arqueológica no sentido moderno do termo, já que as “antiguidades”, resumia-se “a manuscritos, inscrições ou narrativas lendárias”. Nesse aspecto, pouco interessava aos antiquários, os objetos da vida corrente.

Conforme o autor, tais objetos teriam que esperar pela época contemporânea para poderem adquirir um lugar fundamental na arqueologia e, cita como exemplo, o colégio sueco de antiguidades que, em pleno século XX – 1963 -, possuía apenas, dentre todas as suas coleções da antiguidade, um machado de pedra e uma faca de sílex. Também, na mesma época, os monumentos visíveis, com ou sem inscrição, serviam como ponto de partida para concepções pré-arqueológicas da história humana (MOBERG, 1968, p.26).

O autor ressalta, entretanto, que estas concepções não pertencem exclusivamente àquele passado, pois em algumas sociedades, concebidas como se tivessem vivendo na Idade da Pedra. Encontram-se, ainda hoje, na condição pré-histórica. São, geralmente, no dizer do autor, “culturas periféricas, afastadas da civilização industrial” (MOBERG, 1968, p.26-27).

Tal fenômeno, pode também se verificar em países onde o desenvolvimento recente da arqueologia, não conseguiu ainda esclarecer a gênese da sua história regional. Neste aspecto, as noções pré-arqueológicas ainda dominam, mesmo que não se queira ou não se possa aceitar a perspectiva arqueológica. São diversos os motivos que se baseiam tal recusa e, por vezes, enfocam a questão religiosa.

Segundo Moberg (1968, p. 26), tanto as Américas como o Pacífico, são terras que elegem ou povoam as ilusões pré-arqueológicas contemporâneas, existindo em alguns meios sociais uma construção fantástica de uma abundante literatura, acontecendo o mesmo em todos os países europeus.

Nesse contexto, descreve-se como as grandes civilizações do mundo antigo atingiram o Novo Mundo, a partir de migrações ou explorações aventureiras. “Descobre-se faraós egípcios misturados com tribos perdidas de Israel” ou “contingentes desaparecidos do exército de Alexandre” ou ainda, na mesma corrente de pensamento, o “mito dos continentes desaparecidos”, como “Atlântida” (MOBERG, 1968, p.26-27).

Nessa dimensão, Silva (1999, p.28) afirma que a arqueologia brasileira não oferecia achados espetaculares que correspondessem às descobertas do Oriente, Peru e México, tendo sido durante o século XIX e boa parte do século XX, excelente ponto de partida para as teorias fantasiosas.

Nesse aspecto, aponta o autor,

O Novo Mundo encantava pelas possibilidades de aventuras e riquezas, e com este espírito é que descobridores e, posteriormente, os eruditos que os seguiam, serão surpreendidos com os grupos humanos existentes nessas terras, que não eram citadas pelos documentos históricos clássicos ou pelos relatos bíblicos. Surgia assim as bases de um interesse arqueológico apoiado na bíblia, como as navegações grandiosas dos fenícios (SILVA, 1999, p.28).

2.2 Uma transição ao evolucionismo

Sobre a análise do processo arqueológico brasileiro, nos debruçaremos sobre a linha de interpretação do pensamento arqueológico de seus sujeitos, com maior profundidade, em nosso terceiro capítulo, quando o faremos sobre a perspectiva dos registros rupestres.

Já foi dito, nesta perspectiva, que do século XV ao século XVIII, os antiquários europeus desenvolveram várias técnicas do procedimento de identificação arqueológico, tais como, descrição, classificação de monumentos, escavação e registros dos artefatos.

Tal desenvolvimento, representa um progresso dos estudos genuínos ou imaturos da Arqueologia Ocidental que acabou por conduzi-la a ir um pouco mais além dos estudos que já se havia feito na China, Japão e outras partes do mundo, sobre os restos pré-históricos.

Trigger (1992, p.76-77) postula, nessa direção, que o desenvolvimento independente do estudo sistemático da pré-história, diferenciado da visão e comportamento dos antiquários, o conduziu a movimentos distintos que floresceram na Escandinávia – em busca do processo de datação para os achados arqueológicos – e na Inglaterra e França – países pioneiros no estudo do paleolítico – dando profundidade, inimaginável, a história da humanidade.

Assim, durante a primeira metade do século XIX, a Escandinávia desenvolveria a arqueologia como a disciplina que tratava da evolução das formas de vida através dos tempos pré-históricos, servindo de modelo, apreendido e aplicado, não só para a Suíça e Escócia, mas para todo o mundo. Como consequência, a arqueologia desenvolveu sua lógica evolucionista pré-histórica, desde o final da década de 1850, tanto nestes países como em muitos outros da Europa Ocidental e Setentrional, salve a Inglaterra e a França, que direcionaram seus estudos, sobretudo, a totalidade do paleolítico e, de elucidar a antiguidade da humanidade. Porém, o progresso de seus estudos neste campo, estava subordinado ao surgimento prévio de uma perspectiva evolucionista, tanto em geologia quanto em paleontologia.

Trigger (1992,p.92)) aponta a esse respeito, que a oficialização desse novo enfoque se dá a partir da publicação do livro de Charles Leyell (1863), *The Geological*

Evidences of the Antiquity of Man, isto é, *As Evidências Geológicas da Antiguidade do Homem*.

Segundo Chorley (1964, citado por TRIGGER, 1992, p.94 -95), tal perspectiva surgiu quando, no final da década de 1850, o geólogo John Prestwich (1859) e o Arqueólogo John Evans (1859) e muitos outros cientistas britânicos, como Lyell (1797-1875), chegaram à conclusão, a partir da análise dos ossos fossilizados encontrados na escavação da caverna de Brixhan, no sudoeste da Inglaterra, que existiu uma sólida evidência de coexistência dos seres humanos com mamíferos existentes há muito tempo.

Simultaneamente ao desenrolar desses fatos, Charles Darwin ([1959?]), como já assinalamos no primeiro capítulo, publicou, “*El Orígen de las Espécies*”, onde conceituou, tais origens, a partir do enfoque “*geológico uniformista*” sobre a seleção natural.

Nessa ordem de análise e entendimento do evolucionismo humano, os fatos pré-históricos podiam ser legitimados, tanto para o público como para muitos cientistas, a partir do conceito darwiniano, conceito este, capaz de explicar o processo de evolução humano, para as espécies modernas, cuja a autenticidade, também era legitimada pela trajetória dos estudos dos registros paleontológicos.

Tal prerrogativa, tornava óbvio o fato de que a humanidade havia evoluído a partir de um primata antropóide. Em consequência, tal evolução deveria ser empiricamente estudada. Porém, não sem ascender uma dinâmica no pensamento sobre a teoria da evolução biológica, no também dinâmico núcleo dos sujeitos da arqueologia ou da ciência antropológica.

Morgan (1979, p.7) nessa direção, postula que não há dúvida de que a presença do homem na terra remonta-se de uma idade muito recuada. São muitas as provas que sustentam tal afirmação. Sabe-se que o homem existiu na Europa desde o Período Glacial, parecendo provável sua presença no Período Geolítico anterior.

Nesse aspecto, portanto, a evolução do homem, através dos diversos ramos da família humana, foi tão notável pelos becos do seguimento histórico que seguiu, como pelos progressos que realizou.

Segundo o autor, não há exagero ao se avaliar cem ou duzentos anos a duração do período que separa a fronteira dos glaciais, no hemisfério Norte, da atualidade.

Assim, por mais precisa que seja qualquer avaliação de um período, cuja duração real desconhecemos, podemos afirmar que a existência da raça humana remonta a épocas imemoriais, perdendo-se nas profundezas do túnel do tempo.

É certo, portanto, que o homem não se desenvolveu por estaque, num repente histórico. Seu cérebro se aperfeiçoou paulatinamente, subordinado que era às exigências do meio em que vivia, bem como a dinamização de seu entorno. Partindo desse pressuposto, é somente nessa condição, que o desenvolvimento da inteligência do homem, liga-se ao progresso da humanidade, desde a sua condição mais primitiva.

No dizer de Morgan (1979,p.13), assim como é inegável que uma parte da família humana viveu no estado selvagem, outra no estado da barbárie e, outra no estado civilizado, do mesmo modo, é legítima a existência de uma progressão natural, também necessária a interligação destes três estados distintos.

Nessa perspectiva, há uma dinamização de opiniões que prevaleceram sobre as relações, práticas e representações entre os selvagens e bárbaros e, entre bárbaros e o homem civilizado. É irrefutável, segundo o mesmo, que não se possa assegurar, apoiando-se em provas empíricas, que o período do estado primitivo precedeu o estado da barbárie, assim como, a barbárie, precedeu a civilização. Na dinâmica evolucionista, a história da humanidade é una, isto é, uma só quanto a sua origem, sua experiência e seu progresso (HUIZINGA,1996, p.3-7).

Segundo o autor, foi em épocas mais otimistas, que a da atualidade, que o homem recebeu a designação de *Homo sapiens*. No século XVIII, acabou por se compreender afinal que, ele, o homem, não é tão racional, quanto a ingenuidade e a razão do culto a tais pressupostos humanos, se fazia crer neste século.

Dessa forma, passou a ser moda designar-se, como representativo de nossa espécie, o *Homo faber*. O autor aventa, nessa direção que embora *faber*, não seja uma definição do homem tão inadequada como *sapiens*, ela é, contudo, menos apropriada do que esta, uma vez que seu emprego é utilizado para se especificar grande número de animais. É a partir desse ponto de vista que a expressão *Homo luden*, merece um lugar na nomenclatura humana. Também,é nessa mesma perspectiva que o autor vai considerar “jogo” todo atividade do ser humano (HUIZINGA, 1996, p. 3 -7) .

Em sua atividade menos complexa, de nível primitivo, o jogo, supera um fenômeno fisiológico ou um reflexo psicológico e, ultrapassa, em última instância, os limites, tanto da atividade biológica como física. É visto, portanto, como um fator distinto, mas fundamental, presente em tudo que acontece no mundo.

Desse modo, é através da conscientização que o homem primitivo apreende de seu entorno, em caráter global, que a civilização surge e se desenvolve. Com efeito, tal processo, só pode ser tomado como fenômeno natural e cultural, não biológico. Em consequência deve ser estudado como fenômeno histórico, ou seja, na perspectiva histórica.

Nessas condições, o sujeito, em sua forma mais simples ou primitiva é, realmente, mais que um fenômeno fisiológico, é um elemento cultural, condição esta que confirma, permanentemente, “ a natureza supralógica da condição humana”.

Assim, se os animais são capazes de brincar, é porque superam a condição de seres mecânicos. Na verdade, são algo mais que isso. Nessa perspectiva, se o homem também o faz e, ao fazê-lo o condiciona a certos valores, é porque supera a simples racionalidade. Nesse ponto, ele, o homem, no seu primitivismo, em sua gênese, coexiste culturalmente, como um elemento que a precede, acompanhando-a e registrando-a, de uma forma ou de outra, desde as mais distantes origens até a fase de civilização em que hoje se encontra.

Todo esse processo da arte ou do registro rupestre, representado por imagens da natureza ou da realidade que cerca o homem paleolítico, se verifica na observação da manipulação de algumas dessas imagens, bem como, no enfoque imaginário da realidade natural que cerca esse homem primitivo. Trata-se da transformação de tal realidade, em imagens representativas (HUIZINGA, 1996, p. 5-7).

Nessa perspectiva, o mito também incorpora uma transformação ou imaginação do mundo exterior. O homem primitivo, procura dar conta do universo fenomenal que o cerca, através do culto às imagens que reproduz o universo que o cerca e, que atribui um fundamento divino.

Na observação ao fenômeno do culto, verificar-se-á que as sociedades primitivas celebram seus ritos sagrados, seus sacrifícios, consagrações e mistérios,

objetivando assegurarem a tranqüilidade do mundo. É, portanto, a partir da prática, do mito e do culto, que se originam as grandes forças instintivas da vida civilizada.

Com efeito, todas as instituições da sociedade primitiva, ^A tem suas raízes fincadas na representação do seu imaginário, encenado, ritualizado e, incorporado, do mundo exterior.

Desse modo, o exame da cultura *sub specie Lude*, legitima-se como sendo mais do que uma comparação ou progressão biológica. Seu ritual, é um “dromenon”, ou seja, uma ação, uma coisa que é feita, cuja matéria, é um drama, um ato representado no palco natural do seu entorno, mas que explode e revoluciona a dinamização de seu imaginário, acabando por se refletir, tanto na técnica como na valorização das formas que registra.

Tal representação, enquanto ato, enquanto ação, diz respeito a um acontecimento cósmico, um evento natural em meio ao processo cultural, porém, de natureza extremamente lúdica (HUIZINGA, 1996, p.18).

A humanidade ou o homem, numa cadência progressiva, começou por conscientizar-se dos fenômenos que se revelavam e se revolucionavam em seu entorno, tanto no mundo animal, como no vegetal.

Só posteriormente, com a apreensão das idéias de tempo e espaço, do percurso do sol e da lua, das estações e dos meses, passou a representar a ordem do mundo que o cercava, a representar essa existência em cerimônias sagradas, nas quais e através das quais, recriavam em seu mundo lúdico, os acontecimentos representados em forma da arte e do culto às imagens. Dessa forma acreditava contribuir para a preservação da ordem universal ou cósmica.

Cabe aqui, entretanto, alguns questionamentos: O que se pensar desta projeção ordenada ou determinada do mundo imaginário e natural primitivo, impresso e concentrado, em grande parte, nas cavernas da Europa Ocidental ?

De que forma se pode conceber, numa visão hodierna, o processo pelo qual deu início ao imaginário espiritual primitivo, que se desenvolve a partir da conscientização e experiências vivenciadas da apreensão do mundo cósmico e, a partir daí, direciona o sujeito primitivo ao culto da sua própria representação expressiva imaginária?

Nesse contexto, Huizinga (1996, p.18) postula que o “jogo” se faz presente na sociedade primitiva tal qual nas crianças e nos animais, verificando-se nesta sociedade,

desde sua gênese, características como ordem, tensão, movimento, mudança, solenidade, ritmo, entusiasmo, enfim, todas as características do campo lúdico.

Só muito mais tarde, com o amadurecimento do consciente primitivo, o “jogo” se encontra associado a expressão de alguma coisa, nomeadamente aquilo a que chamou ou interpretou como “vida” ou “natureza”.

Desse modo, a consciência da integração do homem paleolítico a uma ordem universal ou cósmica, representa, na verdade, sua primeira expressão do culto ao mais alto e mais sagrado.

No que diz respeito à concentração das representações desse ato, desse culto ao sagrado, das impressões rupestres, concentradas em determinados e delimitados lugares, nas cavernas da Europa Ocidental, a delimitação de um lugar sagrado também é característica, primordial, de todo ato ou culto (HUIZINGA, 1996, p.21).

Nesse aspecto, a exigência de isolamento para o ato ritualístico é legítimo, não só no primitivismo da origem do homem, como também no isolamento artificial, tanto dos ministros como dos neófitos atuais. Tal prática ou comportamento tem, no dizer do autor, “um alcance superior ao meramente espacial e temporal”. Tome-se como exemplo, o mágico, o augure e o sacrificador. Ambos, sempre começam por delimitarem seu espaço sagrado.

Não existe, portanto, diferenciação entre a delimitação de tais espaços sagrados e a mesma operação com finalidade simplista. Isto é, tal semelhança pode ser verificada nos atos ritualísticos das tribos de todo o mundo, numa demonstração, de que “tais costumes devem ter suas raízes em alguma característica fundamental e essencial do espírito humano” (HUIZINGA, 1996, p. 21).

O autor aponta, numa crítica a Malinowski, que “seu indígena sente e teme sua criança, mais do que a fórmula de maneira clara para si mesmo” (HUIZINGA, 1996, p.27-28). No entanto, Malinowski, no dizer do autor, emprega termos e expressões que devem ser recolhidos como documentos da crença indígena totalmente originais, sem que nos preocupemos em enquadrá-los numa teoria estruturada. Nessa condição, continua o autor, o comportamento dos sujeitos constitutivos da sociedade primitiva, podem ser vistos como um “Playng up to therole”, isto é, que se mantém fiel ao papel.

Nesse contexto, Jesen (1933, citado por HUIZINGA, p. 18 29) avança que o processo mental do selvagem é algo totalmente diferenciado do da criança, se compararmos os originadores do culto constitutivos de tais sociedades primitivas e a criança de hoje. Tal assertiva se deve ao fato de que nada sabemos sobre tais originadores.

Com efeito, o que se pode conceber como objeto de estudo ao se propor interpretar o comportamento lúdico do homem paleolítico é que se trata de uma comunidade primitiva religiosa que interpreta as imagens de seu culto sob a forma de um material acabado, ou seja, tal qual configura-se o mundo ao seu entorno, como também acontece no caso das crianças que expressam reação semelhantes frente às imagens representativas de seu mundo imaginário.

Conseqüentemente, por se desprezar tal aspecto interpretativo do expressar comportamental imaginário do homem paleolítico, continua inteiramente fora do alcance analítico da ciência humana, a apreensão legítima do processo de interpretação e captação do meio ambiente natural representado na imagem, no culto e no ritual representativo do homem primitivo.

Nessa direção, Huizinga (1996, p.19-29) afirma que tanto Frobenius (1933) como Jensen (1933), só conseguiram forçar uma abordagem do problema, utilizando metáforas fantasiosas, pois quanto a função que mobiliza o processo de construção das imagens, bem como da imaginação, o máximo que se pode afirmar, é que se trata de uma função poética e, especificamente nesse caso, o melhor caminho para defini-la será denominá-la função lúdica.

O autor avança que quando uma forma impar de religião acentua uma identidade entre duas coisas de natureza diferente, como por exemplo, o touro e o homem, isto é, entre um ser humano e um animal, não se consegue definir claramente tal relação somente através de “representações simbólicas” que, na realidade, é como realmente a entendemos hoje.

No universo imaginário do homem paleolítico, tanto a identidade como a unidade essencial entre o homem e uma imagem ou entre o homem e uma representação simbólica, não pode ser concebida simplesmente como tal, pois esta unidade essencial, seja ela vista entre o homem e o animal ou entre o homem e uma imagem, é muito mais

profunda do que a relação analítica que hoje as ciências humanas fazem, de uma provável subsistência, ou mesmo, de uma imagem simbólica.

Nesse aspecto, Huizinga (1996,p.30) ressalta que

deve-se ter o máximo de cuidado com as deficiências e a diferenças de nossos meios de expressão. É certo que ao formularmos uma mínima idéia dos hábitos mentais dos selvagens, somos obrigados a traduzi-los em nossa terminologia. Assim, quer queiramos ou não sempre se transpõe às concepções religiosas do selvagem primitivo para o plano de exatidão, rigorosamente lógico de nosso tipo de pensamento ou concepção. Em nossa visão desaparece a distinção entre crença e 'faz de conta'. A noção de prática, associa-se naturalmente à de sagrado. Exprime-se a relação entre o ser primitivo e o animal com o qual se identifica como sendo uma realidade para 'ele e, um faz de conta para nós'.

Com efeito, nessa condição, o selvagem diz ou representa no simbolismo da imagem, que se apoderou da "essência" do touro ou do animal por ele imaginado e, nós que o interpretamos, destituídos da visão lúdica de seu universo e, contido em outro, dizemos que ele brinca de touro ou do animal por ele representado.

É por isso que no ato de nossas análises, ao decidirmos considerar, de uma forma geral, toda a esfera da chamada cultura primitiva, um domínio lúdico, descortina-se um véu para o entendimento menos tortuoso, mais direto, mais global, sobre a natureza das sociedades primitivas e, certamente, mais eficaz do que se recorrer a meticulosidade da análise psicológica ou sociológica.

Huizinga (1996,p.28) aventa, nesse contexto, que todos os antigos sacrifícios ritualísticos dos Vedas, baseiam-se na idéia de que a cerimônia, ao representar um curto acontecimento cósmico que se deseja, obriga aos deuses a provocar sua realização efetiva. Na análise dos elementos lúdicos ritualísticos primitivos, o culto é concebido como um espetáculo, uma representação dramática, uma figuração imaginária de uma realidade desejada.

Segundo Frobenius (1933, citado por HUIZINGA, p.28), tais considerações conduz o homem primitivo a representar a ordem da natureza, tal como ela está impressa em sua consciência. De tudo isso, decorre uma consequência: a constatação de que é

impossível se perder de vista esse aspecto do culto representativo que os povos primitivos deixaram transparecer em tudo que diz respeito ao universo que o concebe.

Dessa forma, não se pode perder de vista, a unidade e a indivisibilidade, a credulidade e a incredulidade da crença, da ligação, entre a gravidade do sagrado e o “faz de conta” que estão contidos no ludismo da arte representativa, atribuída ao homem paleolítico. Não se pode perder de vista, portanto, o real significado desta representação rupestre para estes povos primitivos, tanto da Europa, como no resto do mundo (HUIZINGA, 1996, p.28)

De fato, no campo do desenvolvimento das idéias religiosas, há muita dificuldade em estruturá-las, segui-las e analisá-las. Nesse ponto, Morgan (1979,) postula que ,provavelmente, as crenças religiosas nunca poderão constituir matéria de uma exposição perfeitamente satisfatória. Estas, estão a tal ponto imbuídas de imaginação e afetividade, além de assentarem-se em conhecimentos incertos que todas as religiões das sociedades primitivas são, grotescamente, ininteligíveis.

Nessa perspectiva, então, não se pode continuar a invocar a teoria da degradação humana a fim de se explicar e de se legitimar a existência das populações primitivas, embora, a princípio, tenha aparecido como “colário¹ da cosmogonia mosaica”. (MORGAN, 1979, p. 15-18)

Ela foi admitida, tão somente, como uma pretensa necessidade que já deixou de existir e sucumbiu, por ser incapaz de explicar a existência dos selvagens primitivos.

Segundo Morgan (1979), se realmente detemos o conhecimento de todas as informações necessárias sobre as realizações dessas tribos do Paleolítico, é-nos possível, então, descrevermos sobre as suas condições, deduzirmos sobre suas realizações anteriores e, numa análise comparativa, concluirmos sobre suas semelhanças, tanto as institucionais, quanto as representativas culturais de suas invenções e arte.

Deve-se notar, ao longo desse processo, que a experiência da humanidade foi adquirida numa odisséia quase que uniforme da raça humana. Tais experiências, que se mostraram em condições idênticas, foram fundamentalmente as mesmas. As operações intelectuais foram uniformes em consequência da especificidade *una* do cérebro humano.

É fato, irrefutável, que os germes das técnicas e principais instituições, necessárias a conservação da vida humana se desenvolveram, portanto, a partir da crueza selvagem.

Segundo Morgan (1979), sempre que, em continentes diferentes, é possível se fazer uma relação entre uma instituição existente e uma de origem comum, podemos deduzir, a partir de tal relação, que os povos descendem de um mesmo tronco originário.

Nessa dinamização do homem pré-histórico, tanto as artes de subsistência como as artes representativas rupestres, devem ter exercido uma longa influência sobre as condições da raça humana.

Com efeito, é provável que elas possam fornecer as bases mais satisfatórias para que se possa explicar e se entender, onde se locavam seus valores e seu significado, na representação cultural do homem paleolítico.

De acordo com o autor, ao investigarmos ou estudarmos as condições de existência das tribos e nações, desde os tempos primitivos, em diferentes períodos étnicos, não fazemos mais do que de fato retirar o véu que encobre, ainda, as condições de existência dos nossos remotos antepassados. Nesse aspecto, a evolução das artes, de uma forma geral, ilustra, significativamente, o fato de que a humanidade partiu do nível mais baixo, progredindo, paulatinamente, sobrepondo as encruzilhadas do tempo e os labirintos que a Histórico o projetou, numa marcha longínqua, sistemática e ascendente.

Assim, antes de chegar ao estado civilizado, o homem teve que dominar todos os elementos necessários à civilização, o que implica numa espantosa mudança de condição. São legítimos os vestígios e as evidências, que o processo de evolução da raça humana, realizou-se de forma progressiva, não só no decorrer das grandes civilizações registradas na História, mas também em cada um dos períodos precedentes.

O homem primitivo, ao partir do estado selvagem, também partiu do nada, tanto do ponto de vista do conhecimento como da experiência. Sem fogo, sem linguagem articulada e sem técnica apropriada, o homem paleolítico travou um grande combate, necessariamente, nessa ordem: sobrevivência e progresso.

Foi a partir de tais esforços que a linguagem se desenvolveu progressivamente, entre as tribos selvagens, disseminando-se por toda a Terra. Porém, nesse estado, ainda, muito primitivo da raça humana, a sociedade continuava incapaz de se articular em grande

escala. Desse modo, a aquisição de uma parcela substancial do conhecimento, era também um ponto de partida para que seguisse em frente, dimensionando sua capacidade de raciocínio abstrato.

É nesse aspecto que se pode perceber a inferioridade mental e moral do homem selvagem, pouco desenvolvido, subjugado por suas paixões e apetites animais.

Tais pressupostos, estão largamente representados nas pinturas, na sua arte, nos vestígios das técnicas primitivas representadas ao longo de sua jornada, nos instrumentos em sílex ou em ossos achados, também na existência dos trogloditas em certas regiões, além de restos de ossadas. Foi nesse período que a linguagem articulada se formou e atingiu a forma silábica.

No dizer de Morgan (1979), ao apreciarmos devidamente as realizações da humanidade no auge de seu primitivismo, havemos de reconhecer que tais realizações foram incrivelmente notáveis, não só em número e valor, mas principalmente do ponto de vista do desenvolvimento mental e moral que os acompanhou.

Nesse ponto, o autor postula, que se eliminarmos o conjunto das aquisições do homem, ao retroagirmos ao longo período do estado selvagem de sua existência, nos confrontaríamos com o período infantil de sua condição selvagem.

Nesse período, o homem Paleolítico, considerado a escala da humanidade, aparece não só como uma criança, mas como um ser cujo cérebro não havia penetrado uma palavra, não possuía nem um único pensamento ou conceito expresso pelas instituições, invenções ou descobertas do futuro.

Por se encontrar em um estado tão inferior do desenvolvimento cerebral, encontra-se ainda, no limiar da sua História, mas é sem dúvida já, potencialmente, tudo aquilo que se tornará.

O abandono em que vivem as tribos selvagens atuais, vivendo isoladamente como se fossem monumentos do passado, em diversas partes do mundo, com um baixo nível de desenvolvimento, pode nos apontar e nos conduzir à revelação aproximada, do proto-estado de tal inferioridade. Na verdade, pouco se sabe sobre estas tribos ou do homem paleolítico, do resto do mundo.

2.3 Um apontamento da análise funcionalista ou sistêmica

A antropologia foi sempre a ciência da alteridade, aquela que busca estudar o outro, essencialmente diferente de mim

(COSTA, 1997, p.107).

Na década de 1920, V. Gordon Childe, ao publicar suas obras *The Dawn European Civilization* (1925), onde faz uma síntese da história europeia até a Idade de Bronze e *The Danube in Prehistory* (1929), discorre sobre os estudos realizados em uma região muito pouco conhecida até aquele momento. Obra em que também expõe a base teórica de seus enfoques.

Childe (1929, citado por TRIGGER, 1992, p.163), define cultura arqueológica, como “certos tipos de restos – recipiente, implementos, ornamentos, ritos funerários, tipos arquitetônicos – que aparecem constantemente de uma maneira corriqueira”. Afirma, nessa direção, que cada cultura deveria ser analisada individualmente e, segundo os aspectos constituintes de seus artefatos.

Nesse contexto, o autor interpreta a história de toda a Europa, a partir de um complexo mosaico de culturas, onde argumenta que as culturas não podiam ser analisadas ou definidas, simplesmente, a partir da subdivisão das épocas ou períodos apontados pelos arqueólogos evolucionistas, tanto no aspecto espacial quanto no temporal. Ao contrário, a duração e os limites geográficos tinham que serem postulados empiricamente. Cada uma dessas culturas, haviam de situar-se cronologicamente e segundo a estratigrafia, a seriação e os sincronismos.

Segundo Trigger (1992, p.164), foi através de uma série de mapas e tabelas que Childe (1929) apresentou um detalhado esquema de distribuição geográfica e cronológica, englobando todas as culturas arqueológicas conhecidas no vale de Danúbio. Estes mapas serviriam como referencial legítimo em que diversos arqueólogos usariam para representarem as cronologias culturais regionais de todas as partes do mundo .

Nessa dimensão, o autor argumenta que a maioria das culturas de Childe (1929) se define a partir de um reduzido número de fosséis diretores. Segundo o autor, o significado histórico dos diferentes tipos de artefatos, só podem ser apontados ou estudados, tendo-se em conta que papel desempenharam nas culturas pré-históricas. Foi,

portanto, a seleção desses artefatos, que implicou um enfoque funcionalista da cultura material.

Nessa direção, Silva (1999, p.25) postula que,

de acordo com Bruce Trigger (1992, p.18), o desenvolvimento de um enfoque funcional dos dados arqueológicos representou uma substituição do interesse pelos grupos étnicos, característicos das teses difusionistas, por: uma nova preocupação em saber como operavam e mudavam as culturas pré-históricas.

Assim, a ênfase funcional emprestava-se ao postulado difusionista. Foi nesse aspecto que o funcionalismo aprimorou as cronologias e aprendeu a classificar os artefatos como resultado ou elemento singular, próprio do funcionalismo de determinada cultura.

Cultura esta que, de uma forma ou de outra, se fez representar no seu pensar e no seu reproduzir, de forma técnica quase perfeita, causando, ainda hoje, estranheza, quando uma simples impressão rupestre induz o observador à analisá-la e interpretá-la como um ato legítimo do pensar representativo cultural primitivo.

Seguindo esta dinâmica, que causa a estranheza do pensar representativo cultural primitivo, sobre uma ótica científica, Malinowski (1975, p.19-20) postula, em desacordo, que tal estranheza não se justifica, visto que a atitude científica é tão velha quanto a cultura. Em consequência, a mínima definição de ciência, é derivada de qualquer execução pragmática. Ou seja, a fidelidade do homem primitivo à sua expressão representativa gráfica e, também teórica do seu pensar, são determinados pelo objetivo que conduz sua atividade que, por sua vez, é refletida na sua precisão técnica.

Tal objetivo, encontra-se inserido, inconscientemente, no valor atribuído a sua cultura. É algo, portanto, que eles necessitavam pelo simples fato de que tal conteúdo, que se faz representar em sua arte, imagem ou impressão rupestre, satisfaz uma de suas condições vitais e, está ligada diretamente às relações que troca com seu entorno. Portanto, indispensável para sua própria concepção de existência: um plano lúdico. Isto é, um senso de valor ligado a um ato nato, capaz de transportar, de reproduzir, de representar o mundo que o cerca: uma atitude científica.

Nesse contexto, Malinowski (1975, p.19) aventa que tal atitude científica, esse senso de valor nas raízes primitivas, empreguina-se e adere, permanentemente, tanto a

habilidade manual como o conhecimento teórico e, é corporificada em toda a tecnologia primitiva, além da organização social.

Nesse aspecto, a confiança na experiência passada, com vista na experiência futura é, presume-se, uma prática global entre as tribos primitivas. Remonta-se, portanto, aos primórdios da humanidade, ou seja, desde que despontou, “o homo faber, homo sapiens e, posteriormente, o homo politicus” (MALINOWSKI, 1975, p.19).

Tal conjectura, nos conduz ao ponto central do postulado de Radcliffe-Brown(1973, p.12), quando aventava que os antropólogos, no que diz respeito a seus estudos sobre os aborígenes australianos, recorrendo a conjecturas e imaginação, acabam por inventar explicações “pseudo-históricas” ou “pseudo-causais”.

Segundo o autor, temos tido nessa direção, inúmeros exemplos de relatos “pseudo-históricos” e, muitas vezes, contraditórios quanto a origem e evolução das instituições totêmicas das sociedades primitivas australianas.

No dizer de Radcliffe-Brown (1973), tais especulações, embora sejam destituídas de valor, não culmina na rejeição interpretativa histórica. Ao contrário. A teorização da sociologia comparada, enquanto estudo *nomotético* tem como objetivo proporcionar generalizações admissíveis.

Segundo o autor, Montesquieu que, no século XVIII, revelou os fundamentos da sociologia comparada, formulou e empregou uma concepção que foi e pode ser designada como sistematização social.

Tomada, teoricamente, no dizer de Comte, como a “primeira lei da estática social”, sustenta que em determinada forma de vida social existem relações de interações e interdependência ou, como também chamava Comte, “relações de solidariedade entre os vários aspectos culturais” (RADCLIFFE-BROWN,1973, p.12-15)

Conforme o autor, o conceito de fenômeno ou sistema natural, subordina-se ao conjunto de relações entre os fatos, do mesmo modo que um sistema lógico é um conjunto de relações entre as sentenças ou, tal como um sistema ético é um conjunto de relações entre juízos de ordem, também ética.

Nesse sentido, o autor entende que em dada sociedade pode se isolar, teoricamente, ou mesmo na realidade, alguns conjuntos de ações entre as pessoas e, que tais

ações, estão inter-relacionadas. É somente nessa perspectiva que se pode analisá-las como parte integrante de um sistema.

Nessa direção, a teoria da evolução social constitui, na palavra do autor, parte da esquematização para o entendimento interpretativo de sistemas sociais e para examinar todo sistema classificado como sistema adaptacional. Assim, o que interessa mais precisamente à análise contextual de nosso trabalho é a teoria sociológica do totemismo.

Com efeito, segundo o autor, há desacordos e polêmica quanto a definição do conceito de *totemismo* (RADCLIFFE-BROWN, 1973).

Para nosso trabalho, o termo nos é útil na medida em que condensa as atenções em certo número de fenômenos que estão, na realidade e, não apenas na aparência, intimamente relacionados com o todo do desenvolvimento da raça humana. Entretanto, não se pode chegar a compreensão de tal fenômeno sem se estudar, sistematicamente, um amplo grupo de fenômenos. Isto é, sem que se faça a relação geral entre o homem primitivo e as espécies naturais que constituem seu entorno e, por isso mesmo, são elementos também constitutivos de sua representação na mitologia e no ritual.

Radcliffe-Brown (1973), emprega o termo *totemismo* no sentido mais amplo de sua análise. Nessa condição, sempre que na sociedade dividida em grupos, haja uma relação especial entre cada grupo e, uma ou mais classes de objetos que sejam, em geral, espécies de animais ou de vegetais, ou mesmo que, eventualmente, possam ser objetos artificiais, ou ainda, parte de um animal, caberá o uso do termo “totemismo”.

Assim, no sentido mais amplo ou profundo, o totemismo de clã ou primitivo, não é uma coisa, mas o nome geral dado a uma quantidade de instituições diferentes, que interagem e, no interagir, possuem ou ^{que} parece possuírem algo em comum, cujo elemento de ligação, é o *totém* (RADCLIFFE-BROWN, 1973, p. 15-19).

Radcliffe-Brown (1973) diz que Durkheim, aponta o *totém* como sendo sagrado. Visto dessa forma, pode-se demonstrar que o totemismo é constituído por uma forma especial de fenômeno universal na sociedade primitiva e, está relacionado às diversas formas lúdicas interpretativas que o homem selvagem cultuou em seus rituais sagrados, em todas as culturas do paleolítico superior.

O autor , procura, nesse aspecto, isentar-se das conotações especiais. Dessa forma, ao invés de dizer que o totem é sagrado, prefere tomá-lo como “uma relação ritual” entre as pessoas e seus *totém*.

Essa relação ritualística que pode ser concebida em sua gênese, na troca lúdica que existia entre o homem primitivo e um animal qualquer e, que era retratada nos traços de suas representações figurativas ,bem como, em locais apropriados ao culto ou a prática de tais rituais, verificar-se-á, sempre que a sociedade impunha aos seus sujeitos ou membros, certa atitude para com determinado objeto.

Atitude esta, que implica certo grau de respeito, expresso no modo tradicional de comportamento com referencia àquele objeto. Ou seja, o ato sagrado de representar figurativamente seu imaginário o torna íntimo daquele objeto ou animal que, por constituir parte de sua realidade natural, também conquistou a atitude cultural do homem selvagem: “o respeito e a sua consagração através dos ritos” (RADCLIFFE-BROWN,1973, p.153-155).

Nesse contexto, o autor postula que os ritos negativos e positivos dos selvagens, existem e persistem porque são parte do mecanismo pelo qual uma sociedade se mantém viva, organizadamente e, servem para estabelecer certos valores sociais fundamentais.

Dessa forma, as crenças pelas quais os próprios ritos são justificados e ganham certa consistência, são as realizações de atos simbólicos e dos sistemas a eles associados.

2.4 Um apontamento estruturalista ou sobre o estruturalismo

No dizer de Hooder (1988, p.50), quando Edmund Leach, anunciou que a arqueologia passaria do funcionalismo ao estruturalismo seguindo a trilha da antropologia social, não sabia, evidentemente, que a arqueologia estruturalista já existia, pois, o trabalho de André Leroi-Gourhan (1968), que se assemelhava em certos aspectos ao de Lévi-Strauss, provocou, desde sua publicação, um amplo debate.

Trigger (1992) argumenta nessa direção, que Leroi-Gourhan (1968, citado por TRIGGER, 1992, p.36) documentou modelos nas localizações e nas associações das

diferentes espécies de animais representados nas cavernas do Paleolítico superior, na Europa Ocidental, interpretando-as e relacionando-as aos mitos dos povos primitivos que, segundo sua visão, representavam figurativamente, as relações entre os princípios femininos e os princípio masculinos.

Trata-se, portanto, da análise rigorosa dos dados observáveis, sobre as estruturas representativas, do Homo-sapiens, ou do homem paleolítico.

Nessa perspectiva, Brissaud (1978, p.169-170), em seu postulado, aponta que a partir do Homo sapiens, pode-se afirmar: “*Ecci homo*”. Ou seja, “*eis o homem*”, falando, pensando, mas sobretudo, o homem explorando seu cérebro em contraposição às ameaças da natureza. Eis, portanto, o homem dotado de instinto de sobrevivência, capaz de produzir e reproduzir e de se fazer representar no labirinto de seu imaginário. No dizer do autor, “o homem realizando o mais gratuito dos atos: a arte” .

Com efeito, qualquer que seja a necessidade relacionada a tal função artística, bem como, às interpretações que a ela foram dadas, o que nos deve impressionar é a sua espontaneidade, sua gratuidade fundamental, sua relação como elemento contido da natureza que o cerca, pois é na arte pré-histórica que se pode encontrar a prova cabal da existência de grupos tribais na terra, já acerca de 40.000 anos.

Nessa direção Narr (1964) diz que a arte pré-histórica suporta uma comparação com qualquer outra forma artística mais recente, além de tocar profundamente o homem moderno. Tanto seus traços como seus detalhes, destacam-se do conjunto com uma força e intensidade das mais comoventes.

No dizer de Narr (1964, citado por BRISSAUD, 1978, p. 156-170), os seres que souberam tornar tal emoção perceptível, no traço simbólico de suas impressões rupestres, perpetuado-as através de uma técnica consciente, não podem deixar de seguir como irmãos, pelo menos no que diz respeito ao domínio do sentimento estético, embora o conteúdo da imagem, bem como a natureza de sua execução, possam nos parecer estranhos quando se analisa tanto seus traços como seus detalhes, do ponto de vista do pensar científico, bem como, da originalidade da criatividade, no representar da arte cultural primitiva.

Nesse contexto, Brissaud (1978), aventa que enquanto centenas de obras e de publicações discorriam sobre o homem europeu e, milhares sobre sua civilização pictórica

da era franco-cantábrica, poucos textos discorreram sobre a saga do Homo sapiens no resto do mundo.

Tal fato, legitima a visão de que muitos poucos vestígios e ou “nenhuma expressão artística” de humanos, foram encontrados fora da Europa. Partindo-se desse pressuposto, portanto, o mundo do quadragésimo ao décimo milênio, antes de nossa era, resume-se a Europa.

Segundo o autor, há também, muito pouco a se dizer sobre a África e a Ásia. Quanto ao continente americano, os estudos sobre a chegada do homem, apontam para 70.000 anos e, na Austrália, 40.000 anos.

Neste aspecto, continua o mesmo, é surpreendente constatar-se a concentração geográfica extrema das obras de arte Pré-históricas na Europa. É fato, portanto, que ao longo do Paleolítico superior, o Homo sapiens instalou seu “museu” em três regiões bem limitadas da Europa Ocidental: “A Dordonha de Lascaux e Rouffignac, os Pireneus de Niaux e de Mas-d’Azil, a Espanha Cantábrica de Buxur e de Altamira. Alguns sítios esparsos na Espanha e na França além de outros casos de arte paleolítica na, Sicília e Rússia” (BRISAUD.1978, p.171).

Não há explicação apresentada para esta concentração de artes situadas numa faixa com menos de mil quilômetros de comprimento. Vai de Las Mestas, na Espanha cantábrica, à Grotte Perdue, no vale do Ródano. Tem pouco menos de quatro quilómetros de largura, indo da Dordonha, com suas 52 grutas de arte, aos Pireneus.

Segundo Brissaud (1978), vinte e cinco mil anos de arte humana estão concentradas nesta pequena porção da Europa Ocidental, Já em outras regiões da Europa e do Oriente Próximo, há vestígios de que os homens pré-históricos habitaram ou utilizaram cavernas semelhantes às localizadas no vale calcário de Vázere ou da costa cantábrica, sem que por isso tenha surgido uma civilização artística primitiva.

De uma forma geral, todas as pinturas rupestres encontradas na Europa, foram desses sítios arqueológicos ou, em outras regiões do mundo, são posteriores ao paleolítico superior, ou até contemporâneos, como na Austrália.

Nessa perspectiva, Brissaud (1978) aventa que as pinturas policromadas das Cavernas de Altamira, foram executadas pelos Magdalenianos e, são do mesmo estilo das

pinturas e das esculturas de ossos, encontradas nas cavernas francesas do Paleolítico superior.

Muitos dos estudiosos do século XIX, não concebiam como sendo legítimas a arte impressa nas cavernas encontradas na Europa. Não se podia imaginar que homens vestidos de peles de animais e trabalhando a pedra no limiar das cavernas, tivessem superado as dificuldades naturais e tivessem entrado nas entranhas da terra munidos de materiais de pintura e de iluminação para, simplesmente, pintar bisões.

Falava-se de falsificação, da ausência de fuligem nas paredes e da necessidade de se possuir metais duros para que fosse possível gravar no calcário duro. Entretanto, depois das descobertas na caverna de *Pair-non-pair* e de *Teyjat*, muitos desses estudiosos que eram céticos quanto a arte pré-histórica sentem suas posições abaladas.

Michel (1966, citado por BRISSAUD, p.185), postula que se no plano artístico as figuras antropomórficas de Lês Combarelles despertavam um relativo interesse, então, seu valor também era considerável como testemunho etnográfico .

Assim, no congresso de 1902, da Associação Francesa do Progresso das Ciências, Eduard Cartailhac, pré-historiador de renome e, antes, cético fervoroso sobre a autenticidade da arte do homem paleolítico, publica em sua obra *Mea culpa d'um Sceptique* que deve-se acreditar que os olhos dos trogloditas, certamente estavam mais adaptados que os nossos a enxergar na semi-escuridão.

Com efeito, por não ter refletido sobre tal pressuposto, retratou-se do erro cometido há 22 anos antes, por compor o bloco de estudiosos céticos sobre a autenticidade das pinturas rupestres realizadas pelo homem pré-histórico, quando da realização do Congresso Internacional de Antropologia e Arqueologia Pré-histórica, realizado em Lisboa em 1880.

Ao afirmar que no auge de sua juventude, acreditava tudo saber, mas que as descobertas mostravam que a ciência pré-histórica, tal qual às outras, também escrevia uma história que jamais terminaria, mas que o interesse aumentava sem cessar, Cartailhac, em sua reflexão perpetuou, em três quartos de séculos, tal prerrogativa, pois é fato que esta assertiva continua sendo válida para a pré-história, “uma vez que novas descobertas, novas interpretações, se sucedem continuamente, ora invalidando e ora confirmando as teorias vigentes” (BRISSAUD, 1978, p.185-186).

Não há mais dúvidas, portanto, que a arte paleolítica é uma realidade e, se sucedem em descobertas como a de Lascaux.

Leroi-Gourhan (1971, citado por BRISSAUD, 1978, p. 191), assinala sobre Lascaux, que há diversas ilusões sobre a simplicidade desses homens primitivos, diversas ilusões sobre o primitivismo de suas figuras e, um universo de ilusões sobre a solidez dos comentários que elas podem nos inspirar.

Nessa condição Brissaud (1978, p.235) postula que desde 1864, Laret e Christ são responsáveis pela interpretação segundo a qual a arte pré-histórica é interpretada como uma função essencialmente estética. Isto é, a arte pela arte. Tal ato, portanto, está diretamente relacionado a condição de lazer que ocuparia o homem paleolítico na gravação do que simplesmente achava belo.

Assim, o homem, que desde sua origem, tem noção do belo, talha seus seixos de forma que se constitua um traçado regular. Com efeito, ele se põe, naturalmente, a desenhar animais em alguns objetos a fim de que sua vida se lhe apresente mais agradável, fato que também o conduz às pinturas decorativas das paredes das cavernas que, possivelmente, ele concebe como seu lar.

Posteriormente e, por não explicar todas as cavernas decoradas e, menos ainda o real significado da arte puramente animal, uma outra explicação foi fornecida tomando por base certas observações, tais como, as únicas representações diziam respeito aos animais e, entre o homem paleolítico, unicamente animais comestíveis. Também o fato de que, tais pinturas eram gravadas em locais recuados das cavernas, induzindo, portanto, a uma interpretação cerimonial, ritualística, ou cultural.

Desse modo, o homem paleolítico, que tira da caça a sua sobrevivência e subsistência, necessita, para o sucesso de suas expedições, que sejam retratados os animais que abate e, tem na prática lúdica dos cerimoniais mágicos, a imagem enfeitiçada do animal, fato que indubitavelmente o levará a melhor abate do animal que encontrar.

A magia da caça, relacionada a dinâmica do inconsciente do homem primitivo, também o fazia crer que ao praticar tais ritos, os animais representados nas paredes, reproduziam-se em quantidades suficientes para continuar a alimentar a tribo. “Está aí, a explicação para todas as pinturas de animais perfurados por flechas ou furos de lança”. Tome-se como exemplo, “o urso de Montespan” (BRISSAUD, 1978, p. 236).

Há entretanto, grandes objeções quanto a essa interpretação e se fundamentam no fato de que tais provas baseiam-se em observações etnológicas, em especial, nos estudos empreendidos aos costumes dos aborígenes australianos dos séculos XIX e XX.

Outras críticas, também direcionadas a tal interpretação sobre o mundo lúdico do homem paleolítico, assentam-se no fato de que os partidários da interpretação da “Magia simpática”, como a denominou Reinach (1903, citado por BRISSAUD, 1978, p.236-237), é que estes, não levam muito em conta as figuras antropomórficas, além de representações de animais comestíveis, sinais e outras gravações encontradas nas cavernas.

Na segunda metade do século XX, Brissaud (1978, p.239) postula que há uma reviravolta em matéria de interpretação da arte pré-histórica. Trata-se, no dizer do autor, do reflexo da obsessão psicanalítica e erótica de nossa época, representado nas figuras de Annette Laming-Emperaire (1963) e Leroi-Gourhan (1871), como já assinalamos acima.

Foi em 1957 que Laming-Emperaire, emitiu pela primeira vez, a idéia de que o par touro-cavalo estava associado ao simbolismo do macho e da fêmea. Segundo sua interpretação, as figuras representadas nas cavernas não eram, simplesmente, um acúmulo anárquico de desenhos de épocas sucessivas, como até então se pensava, mas composições cujas bases de seu significado, representava o par cavalo-auroque. Tal idéia, também é concebida por Leroi-Gourhan (1971, citado por BRISSAUD, 1978, p. 242) que acaba por inverter o significado do par “touro-cavalo”.

Foram inúmeras as críticas direcionadas aos dois autores. Assim, definitivamente, a análise dos dois neo-pré-histoiadores, estão (fadas) ao fracasso, pois suas análises não correspondem à realidade total das cavernas. Na verdade, seriam válidas somente para algumas cavernas que estudaram muito bem.

No dizer de Hachette (1966); Ucko (1966); Rosenfeld (1966, citados por BRISSAUD, 1978, p. 278-244), ao publicarem sua obra *L'Arte Paléolithique*, fizeram com que sua análises continuassem válidas, dez anos depois de seu aparecimento, ao postularem que

‘O maior obstáculo para a compreensão do significado da arte parietal paleolítica’, escrevem os dois autores, ‘talvez seja a ignorância na qual nos encontramos quanto à utilização das cavernas pelo homem paleolítico’. Até que se saiba com precisão o que este último fazia no interior das cavernas, além da pintura e da gravação nas paredes, toda interpretação da arte parietal só pode se basear em hipótese. Em que medida vivia nas cavernas? Ele as utilizava para

guardar objetos? Temia entrar nelas se não tivessem uma razão especial ou as explorava simplesmente com toda a confiança.

Nessa perspectiva, Leroi-Gourhan (1974, citados por BRISSAUD, 1978, p. 244), em uma palestra que teve com Suffert (1974), publicada no jornal *Lê Point* de 1º de abril de 1974, deixou evidente ao postular sobre a nova Galeria de Niaux que a certeza única, sobre o comportamento do homem paleolítico a respeito da prática das pinturas nas paredes das cavernas, é que este só o fazia uma única vez.

Desta forma:

o que sabemos agora com certeza, explica Leroi-Gourhan, é que, de modo geral, as pinturas das cavernas, na maioria, forma feitas assim: Alguns homens, e muito freqüentemente crianças, penetram na caverna e pintam. Depois não voltam mais. Bem entendido, trata-se de fenômenos religiosos. Não é possível nenhuma outra explicação. Mas que religião? Que deuses? Ninguém sabe. Muitas pessoas dizem qualquer coisa a este respeito. Mas eu constato os fatos e fico maravilhado (LEROI-GOURHAN, 1979, citado por BRISSAUD, 1978, p. 244).

Ao reportarmos tais interpretações ao mundo fora da Europa, temos a nítida impressão de que a arte do homem paleolítico, permanece com o véu que lhe cobriu os labirintos da História e, provavelmente, nunca saberemos de fato qual foi a sua crença, não só na Europa, mas em toda região que se fez presente no mundo.

Segundo Silva (1999, p.62), nas três últimas décadas do século XIX, a interpretação quanto ao conceito de pré-história, subsistiu de forma estável. Nesse aspecto, o método comparado impulsiona os estudos na observação do modo de vida dos povos tribais.

Em consequência, no Brasil, tanto os trabalhos como os estudos são direcionados a exploração de temas científicos, tais como, os que enfocam as diferenças culturais entre a natureza dos povos selvagens e os civilizados; as populações indígenas brasileiras; o universo dos vestígios arqueológicos, geograficamente espalhados pelo país, bem como, o povoamento e as migrações pré-históricas da América (SILVA, 1999, p.62).

É na dinamização e na ótica do postulado de R. A. Silva (1999), bem como, de diverso outros autores, tais como N. Guidon (1975); Anne-Marie Pessis (1998); G. Martin (1999), pesquisadores que trabalham a interpretação dos valores e significado da arte rupestre deixados pelo homem paleolítico brasileiro, tanto numa perspectiva regional

quanto global, que se buscará as bases teórico-metodológicas para se analisar as relações existentes entre as interpretações propostas na Europa e as formas, pelas quais, essas interpretações foram e são apropriadas, por esses atores, no estudo do homem primitivo brasileiro ou da Arqueologia pré-histórica brasileira.

Tal postulado, nos conduz, portanto, ao último de nossos objetivos específicos, tema que nos propomos a estudar no terceiro capítulo desse trabalho, cuja análise, também específica, ensaia um postulado historiográfico, sobre os registros rupestres no Brasil.

3 ANÁLISE HISTORIOGRÁFICA DO PENSAMENTO ARQUEOLÓGICO NO BRASIL E OS REGISTROS RUPESTRES.

Como a Arqueologia,

tanto a História quanto a Antropologia, também buscam entender e enfatizar o passado, as culturas e as civilizações. Como resultado, a arqueologia está presa como uma sub-disciplina de uma ou de outro destes campos de estudo. O que a torna diferente, não é portanto, o propósito final, mas o método de trabalho

(SILVA, 1998, p.9).

O autor, abre seu artigo com essa citação onde propõe uma visão interdisciplinar que fuja aos conceitos sectários do conhecimento humano, no campo da arqueologia.

Nesse contexto, o autor afirma que “O Brasil, assim como outros países do mundo, deveria mostrar as possibilidades científicas de que dispunha. É preciso avançar no conhecimento das jazidas arqueológicas do país” (SILVA, 1999, p. 66).

Na abertura do livro de Moberg, Clark (1968) compõe uma das três citações que o autor usa como ilustração dos paradigmas no desenvolvimento da moderna Arqueologia Européia ou, como ele próprio afirma, “mormente em termos de uma perspectiva paleo-sociológica integrada no ecossistema mais vasto que o contém”.

Assim, Clark (1968,p.14-15) afirma:

O estudo contemporâneo dos sistemas sócio-culturais demonstrou, claramente, que a análise das comunidades humanas, antigas e modernas e, de seus subprodutos, não pode ser satisfatoriamente levada a cabo em termos de conceitos setoriais isolados deste sistema complexo.

Segundo o autor, as tributos sociais, psicológicos, lingüísticos, religiosos, econômicos e materiais das comunidades de hominídeos, não podem ser estudados realísticamente, se isolados do contexto integral do sistema sócio cultural e ambiental”.

Tais assertivas tratam, claramente, de uma proposta e uma visão interdisciplinar que, hoje, é inerente ao escopo da *práxis* da Ciência. Proposta esta que, se no campo das

ciências humanas tem se legitimado, no campo da arqueologia, tem fragmentado o pensamento arqueológico de seus sujeitos.

Trigger (1992, p.9) aponta na direção que arqueólogos do mundo inteiro têm se mostrados preocupados com o que chamam de “fragmentação teórica de suas disciplinas”. Fato que coloca uma “*cortina de fumaça*” sobre a definição do objeto de estudo da arqueologia, pondo em cheque, portanto, a praticidade da própria disciplina. Em consequência, o desenvolvimento atual da disciplina arqueológica, insita seus sujeitos a tomarem uma direção inversa, isto é, a transcenderem as limitações dos enfoques de visão sectária e estreita, conduzindo-os, irrefutavelmente, a produzirem interpretações mais abrangentes e globais e, conseqüentemente, mais frutíferas sobre os dados arqueológicos.

Neste aspecto, há um consenso generalizado de que outras disciplinas atingiram seus sujeitos, isto é, no que diz respeito ao pensamento arqueológico, a sua constituição histórica como disciplina, na medida em que, esta, sempre clamou por uma contextualização interdisciplinar que a associasse ao espaço cultural de determinada sociedade humana.

Com efeito, tanto os dados, como os vestígios, achados e descobertas, integrados e relacionados ao seu entorno, devem ser capazes de formar um escopo centralizado de teorias que contextualizem e sintetizem as noções gerais de seus dados, a fim de que o processo de singularização destes elementos se torne de fácil apreensão em seus aspectos espaciais, temporais e geográficos.

Nessa relação de trocas, todos os profissionais que estudam as sociedades em via de extinção, devem responder às perspectivas dos arqueólogos que, por conceberem o campo da interdisciplinaridade como uma alternativa para transcenderem às suas perspectivas metodológicas, foi-lhes imputado um desafio, considerável, no campo da nova literatura: por definirem diferenciados objetivos à arqueologia.

Silva (1998, p.157), postula que o grande desafio dos estudos arqueológicos hoje, centra-se na preocupação em definir claramente seu objeto de estudo, dado que, pela sua própria origem, a disciplina arqueológica foi traçada por uma variedade de conhecimentos: Humanismo, a Renascença, a história bíblica e a emergência de um pensamento científico sobre o mundo e o universo, assim como o conhecimento etnográfico

sobre as ciências naturais. Fato que, por si só, legitima a necessidade antológica que tem a disciplina de garimpar em diversas áreas do conhecimento.

A análise sistemática dessas questões gira em torno do que Moberg (1996, p.19) chamou de “uma crise arqueológica”. Tal fato nos remete ao estudo imediato de seus propósitos. Assim, por ser uma questão universal no âmbito da arqueologia, tal “crise” tem se espalhado como um vírus, alcançando todos os campos que comportam a análise dos estudos científicos, no universo dos arqueólogos.

Nessa direção, a aceitabilidade das proposições analíticas observáveis, direcionadas ao estudo dos registros rupestres do período pré-histórico, tanto na Europa, como no Brasil, também são divergentes na observação de seus estudiosos, inserindo, portanto, este campo de pesquisa na crise que, por ser interna, como diz Moberg (1996), se unifica numa dimensão universal e se reflete na consecução historiográfica.

Tal reflexão, nos conduz a diversos questionamentos tais como: qual a razão dessa secular inconstância na sistematização do pensar dos sujeitos da arqueologia brasileira? Como enfrentar essa situação antagônica na sistematização da disciplina arqueológica? Como estudá-la de forma a se obter uma resposta original, interna ou externamente, de suas prospecções, vestígios e impressões rupestres pré-históricas?

Nesse contexto, Martin (1994, p.90), numa alusão à crítica de seus colegas europeus à arqueologia brasileira afirma que

tem-se dito que a arqueologia brasileira não apresenta enunciada teórica, sejam eles originais ou aplicados”, no entanto, apesar das várias e repetidas escolas européias haver emitido preceitos teóricos fundamentais para o desenvolvimento da antropologia pré-histórica, desde o começo do século XX a verdade mais ampla é que a imensa maioria dos arqueólogos do Velho Mundo limita-se a descrição e seqüência cronológicas de caráter historicistas.

Trigger (1992, p.13), referindo-se a um contexto mais amplo do problema, postula que

desde os anos cinquenta, a arqueologia, especialmente a americana e a européia, tem passado de uma ortodoxia histórica cultural, aparentemente complacente, para umas ambiciosas inovações teóricas. Estas últimas em vez de produzir um novo consenso esperado, tem conduzido ao surgimento de crescentes desacordos acerca de quais devem ser os objetos da disciplina e como se deve chegar a eles.

No Brasil, essa crise não se diferencia do contexto universal. Quando direcionada aos estudos dos registros rupestres, também não se diferencia do escopo universal e, como tal, a crise é interna, é latente e refletida na diversidade de análises produzidas em sua historiografia.

Desse modo, analisar as interpretações que norteiam o quadro de estudiosos brasileiros, referentes aos estudos sobre o campo dos registros rupestres pré-históricos, deverá ser o azimute que norteará o fio central dessa problematização, neste capítulo.

Como já vimos acima, o interesse arqueológico, na Europa, remonta inicialmente aos estudos “antediluvianos” cujas bases associam-se às civilizações do mundo antigo que se ergueram no Oriente Próximo, margeados pelas águas do mediterrâneo ou dos rios antológicos como o Tigre e Eufrates ou, o Nilo, nas terras altas do Egito.

Segundo Silva (1999, p.156), o interesse da arqueologia nasce com a lembrança do passado sobre os povos gregos, romanos, egípcios e pérsas. Os séculos XVII e XVIII marcam, no dizer do autor, as bases da Arqueologia Clássica, enquanto que, no século XIX, com o desenvolvimento das pesquisas pré-históricas, o pensamento arqueológico dirigiu seu olhar para a contemplação e definição das populações primitivas no Velho e Novo Mundo.

No Brasil, o interesse pela arqueologia nasce do imaginário mítico, isto é, na busca pela consolidação das riquezas, das cidades mitológicas perdidas, na associação a navegações Fenícias às Américas e o mito da civilização de Atlântida. Some-se a esses fatores os relatos dos missionários, viajantes eruditos e charlatões, para só depois, chegar-se à moderna investigação científica (MARTIN, 1999, p.24).



3.1 Um apontamento ao imaginário mítico brasileiro sobre os registros rupestres

No campo específico do universo arqueológico brasileiro, Lopes (1970, citado por SCHWENNAGEN, p.9) aventa que “o Brasil tem sido, talvez, o menos estudado em assuntos arqueológicos”.

Segundo Lopes (1970), foram escritas e apresentando a tese de que os pré-egípcios migraram da América do Sul, assim, o berço da civilização europeia teria sua origem na parte setentrional das Américas, em milhares de obras.

Tal conjectura caracteriza a natureza do pensar e do interpretar, em todo o universo, que singulariza os chamados estudos clássicos arqueológicos brasileiros. Nesse momento da historiografia arqueológica, busca-se no discurso mitológico, justificar a procedência e a finalidade dos registros rupestres pré-históricos.

Nessa direção, Costa (1896, citado por SCHWENNHAGEN, 1970, p.9) menciona inúmeras inscrições e obras de arte, além de utensílios antigos no Brasil, onde afirma que “se ficar provado que este antigo templo - numa referência ao “*Santuário da Lapa*” - é obra humana, estará provado também a existência de uma civilização pré-histórica no Brasil”. Tal postulado, põe em evidência a natureza do pensar arqueológico de seus sujeitos, no período da arqueologia clássica brasileira, ou como denomina Martin (1999), no período pré-científico.

Podemos perceber essa dinâmica do pensar arqueológico clássico, em Schwennhagen (1970, citado por SCHWENNHAGEN, 1970, p. 9), quando afirma ser

demasiadamente, interessante ver o planalto de Goiás como primeiro ponto seguro da crosta terrestre ou dizer que a raça Tapuia nasceu autóctone no Brasil, a 50 mil milênios e, ainda, calcular que a Atlântida foi ligada ao Brasil e afundou entre, noventa mil e, nove mil anos, antes de cristo. De tais lendas ‘paleológicas’, entretanto, não se pode contar a sua historiografia’.

Acreditava-se, no mundo acadêmico da arqueologia clássica, que as inscrições petroglíficas haviam sido feitas por homens letrados, isto é, que sabiam escrever e, usaram os alfabetos dos povos civilizados, do Mar Mediterrâneo, para ordenar sua orientação e progressão no continente ou, “ilha”.

O autor, ratifica tal afirmação quanto postula, nessa direção, que

[...] já fora provado também, que existiu uma navegação transatlântica entre esses povos e o continente brasileiro muito século antes de Cristo [...] a maior parte dos letreiros brasileiros são escritos com letras do alfabeto Fenício e da escrita do Egito. Existe também inscrições com letras da antiga Babilônia chamada Suméria [...] letreiros com hieróglifos egípcios, além de variantes de letras que se encontram nas inscrições da ilha de Creta, da Caria, da Etrúria e Ibéria, além de gregos e latinos (SCHWENNHAGEN, 1970, p.29).

Nessa direção, Martin (1999, p.24) aventa que tanto na historiografia do século XIX, como na historiografia das primeiras décadas do século XX, bem como em outros materiais pré-históricos, misturam-se a presença dos fenícios, gregos e vikings, em solo brasileiro. Assim, como em todos os países de tradição cristã, o estudo da pré-história, no Brasil, no período pré-científico, também está atrelado à rigidez da cronologia Bíblica.

Tal assertiva pode ser apontada em Schwennhagen (1970, p.29), em sua busca pela legitimação teórica do enfoque histórico e na compilação de seus pensamentos, quando o autor cita Davi, personagem bíblico, para ratificar sua teoria “[...] quando o supremo mandar seu delegado, o Messias, todos os reis deste mundo se submeterão ao seu império e apresentarão tributos e ricos presentes : os reis do Egito, da Núbia, de Tartessos e das ilhas longínquas do Oceano”.

Segundo o autor, o imperativo nesta proposição, é que Davi tinha conhecimento, tanto da cidade mítica de Tartéssios, quanto das “ilhas longínquas do Oceano que ficava muito além das águas do Mediterrâneo, antes de morrer em 977 a.C”. O autor toma, essa data histórica, como um porto seguro para a argumentação cronológica de sua tese.

Em 147 a.C foram escritas as inscrições rupestres brasileiras. Na verdade, tratava-se de um processo de comunicação, deixadas por diversas expedições que as civilizações lendárias e antigas fizeram à América do Sul. O autor ressalta que tais impressões rupestres, sofreram modificações em suas estruturas ao longo dos séculos, reflexo das modificações que também sofreu o processo de dinamização gráfica, no desenvolvimento da escrita, em todas as civilizações antigas.

Seu objetivo e sua importância, centravam-se no fato de que havia a necessidade de se indicar os rumos das estradas, as distâncias dos lugares, bem como, a situação das possíveis minas que aqui buscavam tais civilizações.

Assim, para Schwennhagen (1970), o que hoje se interpreta como registro rupestre, ele entendia e interpretava como letreiros, escritos em 147 a.C e que, ainda hoje, se encontram nos rochedos do interior do Brasil.

Nessa direção, o autor ressalta que “o investigador cuidadoso encontrará, sem dificuldades, grande diferença entre as inscrições da escrita fenícia ou egípcia e, as similares petroglíficas do humorismo dos indígenas” (SCHWENNHAGEN, 1970, p.33).

É sobre esse contexto, portanto, que Martin (1999, p.23) avança ter a pesquisa arqueológica brasileira nascida à sombra de viajantes, naturalistas, botânicos, geólogos e paleontólogos estrangeiros, enviados por seus países para enriquecimento de coleções de museus europeus. Também de etnólogos, vindos como estudiosos de sociedades primitivas remanescentes. No dizer da autora, “entre os cientistas do século XIX, antropólogos e naturalistas confundem-se e complementam-se”.

A resultante dessa garimpagem empreendida por sujeitos de diversas áreas das ciências sociais em que atuaram naturalistas e etnólogos pode ser apreendida na obra “*Ethnologia Sul Americana*”, do etnólogo alemão Schmidt (1942) quando postula, numa referência a Bastian, responsável pela teoria das idéias elementares, cujo “colário”, dizia o etnólogo alemão, apoiava-se nas idéias de povos.

[...] não creio cair em erro quando admitto que foram menos os ricos thesouros em instrumentos, armas, ornamentos, formas de vestuário e de habitação, accumulados por elle (Bastian) em seu Museu, do que as criações espirituas dos mythos, dos costumes e da religião, que preoccuparam seu espírito infatigável, o que lhe forneceu o verdadeiro estímulo e o material para a construção de sua theoria (SCHMIDT, 1942, p.2).

Tal crítica às idéias elementares, durante as últimas décadas do século XVIII e início do século XIX, está inserida no contexto do que podemos chamar de turbulência das mentalidades clássicas que, após um longo período de tempo – graças ao predomínio esmagador da teoria das idéias elementares, ligada a um evolucionismo irrestrito – começava a sofrer os impactos da tese histórico-cultural, elaborada por Ratzel e depois desenvolvida por Frobenius, através da idéia dos círculos da cultura.

Tal proposição crítica, espalha-se em todos os segmentos das ciências humanas, conduzindo, conseqüentemente, a uma nova dimensão do pensar arqueológico, no Velho e no Novo Mundo.

Nessa direção, Ehrenreich (1905, citado por SCHMIDT, 1942, p.6), em um artigo publicado na revista “*Zeitschrift für*” intitulado “Os mythos e lendas dos povos primitivos da América do Sul e suas relações com os da América do Norte e do Velho Mundo”, assevera que

Aos factos que se erguem em favor da crença em surto independente de mythos semelhantes antepõem-se agora *transmissões* e *connexões* históricas de extraordinária amplitude e que são igualmente indiscutíveis. A noção que nos últimos deccenios fora obscurecida pela theoria das idéas elementares, responde agora, no momento em que todos os cantos affluem em massa elementos de prova, conduzindo a sendas irresistíveis e exigindo de maneira cathégorica uma revisão das concepções até aqui vigentes a respeito das primitivas relações entre os povos.

No mesmo artigo Ehrenreich (1905, citado por SCHMIDT, 1942, p.6), afirma que “mais ainda do que os objetos e os produtos da cultura material, transmitiram-se de povo a povo, os do mundo das idéias, em particular, os mitos e motivos míticos”.

Em seus estudos Schmidt (1942) conclui que se quisesse por a prova a justeza dos círculos culturais sul-americanos a uma comparação das diferentes mitologias, infelizmente, a obtenção do material necessário a tal propósito seria uma lástima, pelo simples fato de não se ter melhorado a coleta desse material e publicado em obras como a de Ehrenreich (1905), sobre os mitos e lendas dos povos primitivos sul-americanos.

Nesse aspecto, postula o autor, não existe uma única tribo da América do Sul sobre a qual se dispunha de uma coleção satisfatória de mitos, tais como as que existe sobre as tribos e povos do Velho Mundo. O material existente é muito pobre e, além disso, as únicas tribos entre as quais aparece um bom material para estudo, são pouco numerosas. Isto é, quando comparadas, amplamente, do ponto de vista histórico cultural, elas não oferecem muitas perspectivas de êxito para a pesquisa.

Segundo Schmidt (1942, p.193), resta assinalar que não se possui, infelizmente, um material mítico que se possa estudar, empiricamente, o que chama de o mais antigo círculo cultural Sul-Americano. Numa referencia às tribos extra-andinas, das bacias do Orenoco e do Amazonas, cuja predominância dominante o autor classificou de “cultura matrilinear livre” Schmidt (1942) aventa que não foi feita, nesse período, em nenhuma parte do Velho e Novo Mundo, qualquer tentativa que determinasse qual a mitologia própria das tribos da região do Orenoco e do Amazonas.

Pinto (1935), ao citar Staden (1913), aventa nessa direção que já, há cerca de vinte anos, Roquete Pinto postulava que a arqueologia brasileira era antes um capítulo da pura etnografia.

O autor questiona, nesse aspecto, se não seria possível repetir, ainda hoje, a frase do eminente antropologista, apontando, como sendo afirmativa, a resposta a tal questionamento:

De certo que sim - argumenta ele. Raros têm sido, na verdade, os achados que possam alterar o aspecto geral do mapa paleontológico do Brasil. A pré-história desse trecho da América Antártica continua a ser enigma, mal revelado nas jazidas árqueas, cujos descobrimentos se devem, muitas vezes, ao acaso. Já hoje não podemos afirmar, com muita convicção, a autoctonia de suas populações. A própria antiguidade do ameríndio é teoria, que não assenta ainda em alicerces bastante sólidos ... A fauna brasileira, segundo as conclusões de Alípio de Miranda Ribeiro, não autorizam o conceito de que o nosso país seja a parte mais velha do glôbo ... Também não é possível aceitar a teoria de Martius, segundo a qual os selvagens brasileiros são restos degradados de uma raça de estágio cultural outrora avançado (PINTO, 1935, p.9).

O estudo arqueológico brasileiro, tanto dos vestígios em geral quanto em particular das inscrições rupestres pré-históricas, inseridos que estão nesse contexto, tem essa propriedade, de divergência eterna, na estruturação e dinamização do pensar de seus sujeitos. Nesse aspecto, parece estar sempre se remodelando, construindo-se, num eterno movimento de auto-elaboração, tanto de seus manuais e tratados, como de seus próprios princípios.

3.2 Uma transição ao enfoque arqueológico pré-científico

Segundo Martin (1999, p.36), a pedra angular das pesquisas pré-históricas na América, foram os congressos realizados pelos Americanistas.

Nesse contexto, Silva (1999, p.60-61) aponta que, no século XIX, o enfoque evolucionista direciona seus estudos à busca da origem humana. Trata-se da legitimação,

em todas as escalas dos estudiosos das ciências humanas, sobre o conceito e o pensar, que se voltam para uma maior antiguidade da raça humana.

Segundo o autor, a idéia da brevidade bíblica é superada pelo *corolário* de uma pré-história do homem, além de uma concepção, quase generalizada, acerca de uma primitiva longevidade humana, cujo tempo, excedia às referências bíblicas.

Some-se às causas transformadoras desse processo, o enfoque e a visão evolucionista do pensar arqueológico; a progressão nos estudos da História natural, além da irrefutável constatação sobre a existência de comunidades selvagens ou primitivas no Novo Mundo, no Pacífico, além da África, que não constavam, historicamente, nos relatos bíblicos.

Conforme Silva (1999, p.60-61) assevera, no Brasil, o enfoque evolucionista contrapõe-se às idéias sobre a coexistência de civilizações antigas ou lendárias nas terras brasileiras. Com efeito, nesse momento da história da arqueologia, tanto no Velho como no Novo Mundo, seus sujeitos partiam do pressuposto de que o homem primitivo, uma espécie de “fossil vivo”, ainda existente, era o azimute, a chave para se definir a pré-história.

Conseqüentemente, relata o autor, é a partir de tais princípios que os vestígios arqueológicos e os registros rupestres pré-históricos, passam a ser concebidos como gênese da arte, cujo enfoque historiográfico do pensamento dos sujeitos que estudam os registros rupestres, naquele período, foi acentuado por uma visão geral acerca de uma suposta “primitividade” humana.

Tal escola ou maneira de se pensar os registros rupestres, representou o desenvolvimento independente e sistemático dos estudos, bem como, do conceito da pré-história que, ficou à margem das interpretações do antiquarismo e das concepções clássicas sobre a origem do homem. Na verdade o termo “*prehistoria*” foi usado pela primeira vez na obra de Wilson (1851), na segunda metade do século XIX.

Segundo Daniel (1968, p.6-10), na primeira metade do século XX, o termo “*prehistoria*” aparece com um aspecto consciente e independente do estudo do passado do homem, surgindo não só na Inglaterra, como também, na França, Suíça, Alemanha, Escandinávia e Espanha. Com efeito, o termo foi *cunhado* de diversas formas, estruturando, portanto, um universo diferenciado do modo de se entender as perspectivas teórico-metodológicas de cada um desses países.¹

No dizer do autor, na França, falaram de *Préhistoire*; os alemães de *Vorgeschichte*; os latinos de *Preistória* e os sudaneses de *oldtid* que, segundo o autor, significa *tempo antigo* e, por isso mesmo é, precisamente, o que trata a Prehistória. Isto é, trata do passado do homem mais antigo, dos preciosos momentos, os mais remotos na longa história da humanidade, tempos que cresceram em complexidade e historicidade, desde a difusão do Império Romano até os dias de hoje.

Nessa direção, podemos afirmar que os registros rupestres nas paredes das cavernas, são elementos da ciência que muito podem nos dizer sobre o passado pré-histórico, quando vistos e analisados a partir de uma conjectura cultural e ecológica que deve englobar e considerar todos os elementos que se associam a seu entorno, apontando os vestígios mais remotos do passado do homem.

Lund (1842, citado por COSTA, 1938, p.58) assevera, nessa direção, que sobre a questão da coexistência do homem com as extintas e grandes espécies de mamíferos terrestres, ele não havia ainda encontrado uma resposta nas intensas pesquisas empreendidas pelos naturalistas do Velho Mundo, porém, é no Brasil, que o autor vislumbrará tal possibilidade.

Assim, em seu relato ao Instituto Geográfico Brasileiro, Lund (1842, citado por COSTA, 1938, p.57-64) argumenta:

[...] os arquivos em que se acha depositado os documentos relativos a história de nosso planeta na época geológica de que se trata, são as cavernas furadas em pedra calcária, que entra como parte constituinte numa formação das mais extensas do Brasil [...] Os animais...envolvidos nos depósitos térreos dessas cavernas, são em sua maior parte diferentes de todos os que existem atualmente na superfície da terra [...] depois de seis anos de baldados pesquisas, tive a fortuna de encontrar os primeiros restos de indivíduos da espécie humana, debaixo de circunstancias que, ao menos admitia a possibilidade de uma solução contrária a questão [...] Achei estes restos humanos em uma caverna, que continha, misturados com ela ossos de vários animais da espécie humana [...] Fica, portanto, provado por estes documentos, em primeiro lugar, que a povoação do Brasil deriva de tempos mui remotos, e indubitavelmente anteriores aos tempos históricos.

No entanto, se o homem pré-histórico brasileiro encontra sua afirmação no campo dos estudos sistemáticos da Paleontologia, interna e externamente, interessantemente, não a encontra nos enfoques analíticos do pensar dos arqueólogos, antropólogos, pré-historiadores, etnólogos, sociólogos, sobre a natureza e constituição dos registros rupestres pré-históricos, tanto no Brasil como na Europa.

No Brasil, para as correntes de pensamento do século XIX, como já afirmamos, tornar-se-iam relevantes aos estudos etnológicos que demonstravam grande preocupação em definir a natureza dos registros rupestres, num contexto evolutivo da raça humana e é com tal intensidade, que Roquette-Pinto (1913, citado por PINTO, 1935, p.9) referir-se-á aos estudos arqueológicos no campo dos registros rupestres, empreendido pela arqueologia brasileira, como “um capítulo da pura etnografia”.

Na verdade, o que podemos deduzir, no que diz respeito aos enfoques sobre a natureza e análise dos registros paleolíticos do homem pré-histórico brasileiro, a partir da segunda metade do século XIX, é que tais vestígios arqueológicos, embora possuam dimensão planetária, não encontraram homogeneidade no discurso teórico-metodológico de seus sujeitos. Nessa direção, podemos afirmar que foram diversas e, de natureza divergentes, as abordagens historiográficas que propunham teses para o entendimento de tal material histórico.

Nessa dimensão, o termo “*divergência*” parece perpetuar-se, como uma característica constante, nas análises interpretativas historiográficas da arqueologia sobre os registros rupestres do período paleolítico brasileiro. Como resultante dessa problemática, os estudos nessa área, são conduzidos a uma descontinuidade constante no pensar arqueológico de seus sujeitos, no que diz respeito aos estudos interpretativos e a periodização das suas publicações historiográficas.

Costa (1938, p.124-135), ilustra tal assertiva, quando aponta três abordagens, da interpretação de autores, como, Neto (1872); Sampaio (1877), Grünberg (1907) e que se diferenciam nas proposições de seus pensamentos, sobre a natureza, “esgotadamente estudadas”, dos registros rupestres, no Brasil.

Nessa dinâmica, portanto, segundo a lógica do autor, podemos observar que, enquanto Neto (1872), reconhecia nos “*sinais*”, caracteres de hebreu antigo, causando uma intensa repercussão no mundo científico europeu com tal afirmação, Grünberg (1907), chegava a conclusão de que elas eram resultantes do caráter brincalhão do índio. Para o autor tais sinais representavam, na verdade, um simples gracejo. Eram eles destituídos, portanto, de maior significação. Tratava-se, simplesmente, de um comportamento natural concebido ao *ludus homini*. Assim, não se devia lhes dar maior valor que a de simples

ludus homini. Isto é, a de um simples produto sem significação, de mero passatempo ou de recreação do selvagem ocioso.

Sampaio (1922), que divergia da concepção teórica de Grünberg (1907, citados por COSTA, 1938, p.124-135) dizia que enquanto as inscrições de procedência indígenas na América do Sul, “acodem a um sentimento religioso”, no Brasil, estas teriam um caráter funerário, “acessório das necrópoles do gentio primitivo”.

Nessa dimensão, o próprio Costa (1938, p.124-135), não se diferenciara da natureza discordante dos autores da historiografia arqueológica brasileira. Ao contrário, insere-se ele própria em tal contexto, ao afirmar que as impressões rupestres existem,

é bem verdade, perdidas pelo interior, gravadas no fundo de grotas, em abas de serra, em chapeirões. O que querem dizer, ninguém sabe e, como se nos afiguram confusas e inexplicáveis, *a nós*, que não as aceitamos com o caráter que outros lhes atribuem, também aos seus mais acalorados entusiastas elas vão impressionando, sem nada lhes revelar.

Assim, inserido em tal processo (cujo perfil é discordante da historiografia arqueológica sobre os registros rupestres brasileiro) cabe assinalar que o autor, nada vê de útil à ciência, nos estudos de um material que não pode constituir uma questão principal, dentro da arqueologia brasileira e, por isso mesmo, são destituídos de valor documental.

Segundo Costa (1938), a natureza dos registros rupestres são questões, quando muito, laterais, no programa de nossa arqueologia.

Tal assertiva evidencia-se quando o autor afirma que

As inscrições rupestres no Brasil são iguais às inscrições rupestres de toda parte: meros desenhos, figuras singelas, sinal de comunicação de um índio para outro índio. Não é possível dar-lhes outra interpretação, porque elas não acusam nenhuma das formas da escrita. São apenas desenhos de uma inspiração e execução semelhante ao das crianças (COSTA, 1938, p.135).

Nesse contexto, Pinto (1935, p.40) postula que tais inscrições “lapidares”, como as chama, são restos arqueológicos que fortaleceram as fantasias mais esdrúxulas, nos conceitos propostos por diversos de seus estudiosos. Nessa perspectiva o autor faz uma crítica aos pensadores da arqueologia clássica, a quem chama de “delirantes”, por atribuírem, às “toscas Itacoatiaras”, um significado maior do que estas possam, na realidade, representar.

O autor, numa referência a outra corrente teórica dos estudiosos da arqueologia rupestre, os acusa de possuírem um “espírito demasiadamente cético”, por postularem que tais inscrições seriam simples manifestações artísticas e, como tal, seriam destituídas de um caráter simbólico, isto é, meros produtos do “*ludus homini*”, característica que singularizava a cultura do índio Sul-americano, considerado por tais teóricos, como “criatura do momento”, despreocupados do futuro que se lhes aguardavam e, por isso mesmo, não eram capazes de “legar documentos às gerações vindouras” (PINTO, 1935, p. 40).

Carvalho (1909, citado por ROQUETE-PINTO 1913, p. 129-292.), bem nos ilustra tal assertiva, quando afirma que “nenhum povo primitivo do continente sul-americano possuiu jamais um processo gráfico para a transmissão do pensamento, quer anterior, quer contemporaneamente à chegada dos europeus”

Nesse aspecto, partia-se do princípio de que somente os Astecas eram possuidores de uma escrita convencional e hieroglífica entre os povos desta parte do continente americano.

Sobre tais proposições, Grünberg (1907) argumenta que é possível se ver ou se interpretar tudo o que se quiser nas inscrições rupestres, porém, não se pode negar “*às piedras pintadas*”, como às chamavam os espanhóis, sua natureza simbólica, sob pena de se cometer um erro.

Nessa direção, Pinto (1935, p.41), em consonância com o autor, afirma que por se ter uma ampla bibliografia a respeito do assunto, já se poderia tirar conclusões que não se enquadram nas concepções teóricas extremistas, tanto dos “delirantes” quanto dos “céticos”.

O autor aponta ainda que as inscrições lapidares, como chama, são geralmente de duas naturezas. Classificação esta, proposta por Everard; Thurn e adotada por Carvalho (1909). O autor chamou de “*litoglifos*” ou “*incisivas*” às inscrições gravadas na pedra e de “*petrografias*” ou “*pintada*” às impressões desenhadas na pedra e, distinguiu, entre os litoglifos, os de aspectos fundos e os rasos - *deep engravings and ahllow engravings* - conforme se encontra a face do lajedo. Isto é: ou profundamente sulcada ou apenas arranhada.

Segundo Carvalho(1909) devemos observar, ainda, que as duas espécies de inscrições lapidares, não ocorrem simultaneamente. Teoria esta que, segundo Pinto (1935), não procede, pois o geólogo Morais (1924, citados por PINTO, 1935, p.42) encontrou, na Paraíba, pinturas das duas naturezas misturadas, ou seja, tanto havia *litoglifos* quanto *petrografias* inseridas no mesmo contexto, isto é, no mesmo sítio arqueológico.

Hartt (1895, citado por PINTO, 1935, 42), supõe que as inscrições esculpidas são mais antigas do que as pintadas. A tinta, continua o autor, pode aparecer também nos lineamentos incisos e varia do “pardo-escuro” ao “vermelho-ocre” ou ferrugem, além de que, algumas inscrições dessa natureza são “dicrômicas”, como acontece no Ereré, aponta o autor Também há divergências quanto às teorias que indicam a composição da tinta utilizada para pintar os registros rupestres pré-históricos.

Para Martius (1820, citados por PINTO, 1935, p.42) a composição da tinta provém do barro vermelho, dissolvido em azeite e misturado ao urucu. Hartt (1895), aponta nessa direção que A tinta vermelha, usada nas inscrições, é anato ou argila sendo o vermelho-ocre a mais empregada. É também chamada de *catuá* entre alguns índios Para Nogueira (1901) a tinta é idêntica às que os oleiros cearenses fazem uso, já para Studart Filho (1928) , a tinta era proveniente de certos líquens, porém, não logrou resultados que comprovassem sua teoria ao tentar fazer, ele mesmo, alguns criptógamos.

Nessa direção, Carvalho (1910) postula que as abordagens de diversos autores estrangeiros que estudaram os registros rupestres brasileiros os comparavam a uma produção acidental de desocupados, tal qual os riscos que os colegiais empreendem à suas carteiras. Concepção esta, por exemplo, adotada por Richard (1878, citados por SILVA, 1999, p.63).

Já Marllery (1893) dizia, nesse contexto, que os registros rupestres eram totalmente desprovidos de significação lógica e simbólica, não se podendo atribuí-los nenhum valor documental. Outros, como Gruenberg (1907), via nos registros rupestres, um valioso indicativo das distribuições geográficas dos povos ameríndios. Boman (1908), ao comparar as inscrições rupestres brasileiras às de outras partes da América do Sul, chegou a conclusão que “os *petroglifos* brasileiros eram os mais imperfeitos e infantis”. Sua procedência, portanto, era inerente ao “instinto artístico” ou a “disposição estética do homem” (citados por SILVA, 1999, p.63-64).

Martin (1999, p.27) ressalta, nessa direção que, apesar de totalmente desacreditada, cientificamente, a história da vinda dos fenícios ao Brasil não deixa de renascer periodicamente, como aconteceu bem recentemente, na década de sessenta do século XX, com os orientalistas Cyrus H. Gordon, da Universidade de Brandeis, em Massachusetts e Alb Van Den Branden, da Universidade St. Esprit Kaslik, no Líbano e, ainda, na década de setenta, do mesmo século, quando um desconhecido arqueólogo, cientista americano, enganou alguns oficiais da marinha do Rio de Janeiro, obtendo apoio para achar os supostos navios fenícios naufragados na baía de Guanabara, cujas pesquisas foram amplamente divulgadas pelo jornal “O Globo”, aponta a autora.

Assim, podemos perceber, nos discursos dos autores estrangeiros que estudaram os registros rupestres brasileiros, a não diferenciação de seus enfoques, dos discursos dos estudiosos brasileiros, no que diz respeito ao postulado *divergentista* de suas teses histórico-metodológicas.

Com efeito, se há uma característica que os assemelham nos discursos sobre as análises dos registros rupestres pré-históricos, é a firmeza discordante do pensar e do interpretar, de seus sujeitos, tanto no Brasil quanto na Europa.

3.3 O enfoque arqueológico totemista e fetichista

Nessa dimensão, realmente podemos afirmar que tal *problematização* atravessa fronteiras. Conseqüentemente, a interpretação da Arqueologia brasileira, não há dúvida, encontra seu suporte no processo de caracterização dinâmico e também discordante, dos paradigmas externos, que sistematizam o pensar e o conceber de seus sujeitos. Como bem nos aponta Obermaier (1932, p.103-104), numa alusão *totemista* às inscrições rupestres do paleolítico superior europeu:

As figuras das cavernas do Norte da Espanha e dos Sul da França devem fundamentar-se também em uma idéia mágico-religiosa, já que se encontram quase sempre numa obscuridade permanente, geralmente nos lugares mais distantes ou nos rochedos mais difíceis de se praticar, ou seja, em sítios onde não podiam ter de nenhum modo um valor decorativo. Os registros de animais são completamente invisíveis e de difíceis acesso. Aqueles homens primitivos forma

arrastados até a eterna noite das cavernas por uma força invisível mágico-religiosa. Provavelmente se trata de uma magia de caça, como ainda praticam alguns povos primitivos, baseado na idéia de que o caçador adquire poder sobre um animal tão pronto esteja dominado por métodos mágicos sua imagem quer dizer, sua alma.

No Brasil, também a concepção representativa dos registros rupestres, como indicação a uma “idéia da religião, da divindade e do fetichismo”, de que trata o *totemismo* no estudo do comportamento lúdico do homem primitivo, pode ser percebida através do pensamento dos antropólogos, arqueólogos, etnólogos e pré-historiadores brasileiros.

Costa (1938, p.251-260), pode nos servir de exemplo à essa assertiva, quando assevera que

esse povo rude e selvagem não tinha uma crença estratificada num ser supremo, nem cerimonial que, pela forma externa do culto, pudesse ser considerado um ritual. Ele evoluía entre formas grosseiras do totemismo e de fetichismo que se não acusavam o mesmo desenvolvimento verificado entre povos de padrão igual, como os africanos e os polinésios, já se manifestavam sob diferentes aspectos de seu animismo nascente.

O autor ressalta, nesse sentido, que não se deve cair no exagero de se negar ao *paleoíndio* uma propensão para o domínio do *fetichismo* e da *magia*, pois apesar de se estudar por quatro séculos a natureza do indígena brasileiro, esta, aparece sempre revestida de traços que lhe deturpam o viver.

Nesse contexto, apesar de não ser objeto específico de nosso trabalho, analisaremos, sumariamente, alguns postulados sobre as culturas ditas *sambaquis* e, sobre as cerâmicas da Ilha de Marajó. Não se pode deixar de incluir tais elementos arqueológicos, nas proposições de nosso trabalho, dado às suas respectivas importâncias, no universo arqueológico brasileiro, particularmente, no que diz respeito ao pensamento de seus estudiosos.

Nesse aspecto, faremos um enfoque sumário quanto às divergências de análises no processo de interpretação, no que diz respeito aos *sambaquis* ou, *sambaqís; ostreiros; concheiros; casqueiros*, litorâneos do meridiano brasileiro, conforme Abreu (1928, citado por COSTA, 1938, p. 77-93).

Tal enfoque se justifica tanto pelo fato de que pouco se sabe a natureza constitutiva dos *sambaquis*, como pela natureza ornamental das figuras decorativas das cerâmicas marajoaras que, também nos são desconhecidas.

Essas duas singularidades arqueológicas nos conduzem de imediato a diversos questionamentos. Seria possível atribuir aos “*povos sambaqueiros*”, de alguma forma, a prática de registros rupestres, como um comportamento cultural de suas concepções lúdicas e, associa-los às suas progressões geográficas - do interior às terras litorâneas - onde formavam os sambaquis? Qual o significado, sobre a natureza e a origem das ornamentações produzidas nas cerâmicas marajoaras? Por que os túmulos encontrados evidenciam e apontam para uma preponderância do gênero feminino? Seriam as cerâmicas marajoaras, uma evidência arqueológica, incontestável, de uma civilização ou uma sociedade, assentada, exclusivamente, numa estrutura matriarcal ?

Nessa direção, Costa (1938) postula que, no século XIX, os sambaquis são analisados de forma empírica pelos cientistas brasileiros, quanto ao seu real significado. Segundo o autor, os estudiosos naturalistas- Steenstrup Forchhammer e Vorsae (1847) – ao analisarem a cultura *sambaqui*, a denominaram: *Kjoekkmmondding*, na Dinamarca.

No Brasil, a definição etimológica do termo é confusa. O autor aponta nessa direção que ela se origina de *tamba-ki*, cujo significado em tupi é: “*peito de mulher*”. Para Costa (1938, p.86), tal proposição parece encontrar sua razão, nos estudos empreendidos aos sambaquis de Rio Velho, em Santa Catarina.

Tais estudos apontaram que os sambaquis tinham uma forma cônica de “peito de mulher”, fato pelo qual, conduziu os o indígenas a aplicarem o termo em seus vocábulos. Alguns autores, em desacordo a tal proposição, insurgiram-se contra essa definição. Assim, o significado etimológico do termo “*sambaqui*” derivaria da soma dos termos que formam a palavra “*samanguaiá*” que quer dizer na língua tupi, “*Berbigão*” e “*ibicui*” que, na mesma língua, significa “*areia*” ou, ainda, do termo “*sambamuaiá-ibicui*” que significa “*areia de samanguaiá*” (COSTA, 1938, p. 87).

Nesse contexto, também Sampaio (1922, citado por COSTA, 1938, p.87), o define de forma diferente quando diz que sambaqui ou *tambaqui*, como se diz na língua geral ou tupi, é por sua significação literal – “a jazida de ostras”, pois segundo o autor o

termo vem da junção da palavra *sambá* ou *tambá* ao termo *qui*, que por sua vez é derivado de *quire*, que significa *dormir, jazer*.

Com efeito, Costa (1938, p. 83) questiona:

[...] que significação humana poderiam apresentar esses conchais ou sambaquis, senão a de centros culturais, lugares onde as tribus viveram ? que eram esses homens ou de onde vinham essas tribus ? Nada se conseguiu saber até hoje pela existência de traços matérias, que possam precisar sua raça. Por que não seriam os sambaquis o resultado construtivo dos longos estacionamentos das tribus primitivas no seu período de migração ?[...].

Hartt (1895, citado por COSTA, 1938, p.84), via nos conchais edificações de um povo pré-histórico de que não se tem notícia. Via nos montículos de detritos marinhos, não cemitérios de indígenas, mas restos de comida, verdadeiros *Kjoekkmmonddings*, tal qual a classificação dinamarquesa

Já para Abreu (1928, citado por COSTA, 1938, p.86),

os homens dos “ sambaquis” teriam desaparecido na imersão universal de que só escapou, segundo a lenda judaica, a barca de Noé. Assim, os sambaquis seriam os vestígios brasileiros do dilúvio bíblico, lenda que só poderá ter-se formado através do ensinamento ou doutrinação dos jesuítas, irradiada possivelmente do antigo Colégio de São Vicente para as tribus de sua alçada, na projeção do sul.

Essa divergência comum, tanto aos sujeitos que estudam as culturas “tambaqui”, como os que estudam as cerâmicas marajoaras, se alonga às diversas áreas e correntes que buscam uma explicação empírica que justifique suas teses, teorias e pensamentos às, ainda hoje, desconhecidas origens das populações *sambaqueiras* e *marajoaras*.

Como podemos constatar, no Brasil, os sambaquis são explicados na ótica de diferentes teorias ao longo do processo de constituição de sua historiografia. Costa (1938, p.77-78), define tais correntes como naturalistas, artificialistas, mista e moderna compreensão.

No dizer do autor, os estudiosos do século XIX, “vêm em sua composição, simplesmente, o trabalho de homens da pré-história, representando uma intenção incipiente, um detalhe da capacidade de raciocínio das raças da primeira idade” (COSTA, 1938, p.80).

Na dimensão arqueológica, situada no campo das impressões ornamentais que caracterizam o adorno da cerâmica marajoara, também não podia ser diferente. Há controvérsias nas análises do pensar arqueológico. Podemos, apreender, quão longe vai a proposição divergente dos estudiosos nesses dois campos, ao observarmos seus discursos, em suas constituições analítico- historiográficas.

Costa (1938, p.289), postula que os estudo de mais de meios século sobre os sinais, garranchos, caracteres, com a finalidade de explicar, tanto a origem como o pensamento do homem primitivo, não depõe o valor da ideografia do *paleoíndio* brasileiro. Em nenhuma parte das Américas, o homem deixou elementos para que possamos nos convencer do contrário.

Tome-se como exemplo, os índios da nação Quéchuas e os Aymarás, que plasmavam a flor de civilização dos Incas, mas não deixaram documentos que tornasse possível afirmar ser-lhes peculiar o uso de caracteres ou símbolos ideográficos. No dizer do autor, a cerâmica brasileira ratifica tal fato.

No Brasil, Torres (1933, citada por COSTA, 1938, p.288) postula que nas “modelagens de Marajó, se acusam representações de naimais muito aproximadas da natureza, sendo possível, por elas, com a continuação dos estudos, explicar alguns sinais que na cerâmica se repetem amiúde, e já não constituem simples ornato senão representação da própria idéia” .

Ao se fazer um balanço de Norte a Sul do país, não se descobrirá no traçado *ornamentativo* das cerâmicas estudadas e analisadas, nenhuma intenção de se reproduzir uma idéia, de se compor um pensamento ou a elaboração de uma palavra. Na verdade, trata-se apenas de um simples instrumento onde o índio plasmou sua primeira emoção, “é o primeiro toque e, muito adiantado, da sua sensibilidade artística” (COSTA, 1938, p.239).

Na cerâmica brasileira, o que se pode constatar, de fato, é a ascensão geográfica do Sul ao extremo Norte de suas planícies, onde os modelos da cerâmica de Marajó, apresentam-se superiores às demais.

Segundo Costa (1938, p.290-291), o que provocou essa evolução nas cerâmicas foi a terra e não o homem. Tome-se como prova e referência, a localização das famílias indígenas do Brasil, cuja localização se encontram os melhores achados e, os desenhos em volutas, o tipo de retas interceptadas, os raios verticais e de zonas circulares, além de curvas

irregulares e o triangular-losangforme que nunca se repetem nas mesmas linhas, todos, pertencentes às características dos adornos cerâmicos das famílias indígenas do extremo Norte do Brasil, nos lacustres do atual Maranhão. Assim, foi na marcha (se) sul para norte e na busca pelas melhores condições ambientes que se processou um apuramento nas cerâmicas.

No dizer de Costa (1938, p.296), é notável a linearidade dos elementos decorativos nas cerâmicas, não só no Brasil, como do continente. Essa linearidade é atribuída a similitude observada em diversos tipos cerâmicos dos países sul-americanos. Tal fato, constitui uma evidência que deixa parecer, terem os indígenas primitivos da ilha de Marajó, recebido seus ensinamentos das tribos do altiplano do Pacífico.

Nordenskjöld (1930, citado or COSTA, 1938, p.300, grifo nosso), afasta a civilização das tribos amazônicas da influência do planalto andino. Segundo o autor,

a inexistência de obstáculos entre a bacia do Paraguai e os afluentes do Amazonas, estabelece evidentes analogias entre as descobertas arqueológicas da região do Paraná e às do Amazonas, *estabelece* o mesmo fenômeno de aproximação, se fazendo sentir ao longo dos Andes, desde o Norte da Bolívia, até o norte da Argentina.

Para não nos alongarmos nessa controvérsia, concluiremos com Sampaio(1915, citado por SILVA, 1999, p.68-69), cuja afirmação, nesse contexto, diz que o estudo do homem americano pouco progredia no Brasil devido ao interesse e a falta de “uma sedução misteriosa” por uma antiguidade culta e longínqua, Tal fato nos levou a fazer um afinamento das diversas interpretações que se propuseram analisar esse interessante quadro de proposições divergentes, nas bases constituintes da historiografia arqueológica brasileira.

O “americanismo”, essa linha do pensar arqueológico, predominou entre seus sujeitos, no Brasil, até o início da segunda metade do século XX, estimulando o conceito cultural arqueológico e o seu enfoque histórico-cultural.

Seus estudiosos, apesar das divergências teóricas, conduziram o estudo da arqueologia brasileira, a uma analogia comparativa, evidente, entre os numerosos achados. Suas particularidades, foram enfocadas a partir das características e singularidade de uma distribuição geográfica ou migratória, assim como, uma diversidade cultural etnográfica

considerável, do Paleoíndio brasileiro. Tal fato resultou na conservação viva das suas tradições religiosas primitivas.

Assim, no Brasil, as impressões ou registros rupestres, de aparente primitivismo, mas numerosas geograficamente, rivalizaram-se de perto com as do Oeste Americano, Sibéria e boa parte da Europa, nas controvérsias, teses, conceitos, bem como na produção historiográfica arqueológica.

3.4 A moderna compreensão sobre os registros rupestres pré-históricos.

Uma das mais importantes pesquisas realizadas na América do Sul foi o Projeto botânico de Arqueologia dirigido por Richard S. Nacneish, entre 1960 e 1968, onde revelou uma seqüência cultural extinta há mais de 12.000 anos, interrompida desde os tempos Paleoíndios até a conquista da América Espanhola (TRIGGER, 1992, p.262).

Na América do Norte, o conceito do caminho processual dentro dos sistemas de culturas, que havia adquirido grande importância na arqueologia, somara-se ao estudo dos modelos ecológicos e das estruturas de assentamento, conduzindo a antropologia a uma “*neorevolução*”. Assim, Binford (1962) desenvolveu o enfoque que desde os anos sessenta do século XX, se reconhecia, na Europa e no mundo, como a Nova Arqueologia Americana.

Trata-se do enfoque conceitual pelo qual os arqueólogos necessitaram examinar todos os aspectos possíveis de uma cultura arqueológica para poder compreender o significado de cada uma das partes que a compõe. É o que Trigger (1992, p.269) chamou de “arqueologia contextual”.

Nessa perspectiva os arqueólogos de formação estruturalista, apontam que se deve buscar um estudo interno regional mais globalizado sobre as culturas arqueológicas, a fim de que se possa responder às questões que abordam um sistema mundial integrado por grandes coberturas regionais. Os sujeitos da arqueologia, em suas abordagens historiográficas, tais como Hooder (1988), alertam para o perigo inerente a interpretação

da evidencia arqueológica, quando analisada isoladamente do seu contexto cultural mais amplo.

No dizer de Silva(1998, citado por SILVA, 1998a, p.155), para os novos sujeitos da arqueologia os procedimentos de trabalho visavam tentar reconstruir os sistemas sociais.

Nessa direção Binford (1962), afirmava que os vestígios materiais não se interrelacionavam num simples subsistema de cultura, porém, refletiam os três subsistemas: o primeiro (trava) dos aspectos *tecnômicos* dos artefatos. Suas procedências refletiam como teriam sido utilizados no controle do ambiente, o segundo, trata-se dos aspectos *sociotécnicos*, cujo principal contexto, refletia-se no sistema social e, o terceiro, tratava os aspectos *ideotécnicos*, que dizem respeito aos aspectos ideológicos.

É fato que no Brasil, no campo de análise dos registros rupestres, tem se buscado, desde 1960, uma sistematização conceitual direcionada às análises regionais do contexto arqueológico dos registros. Essa busca, que pleiteia uma relação do registro rupestre com o espaço, o tempo e o seu entorno, afim de que se conceba uma identificação das culturas primitivas brasileiras e situa-las dentro do enfoque sistêmico e estruturalista da Nova Arqueologia.

Assim, no Brasil, alguns estudiosos da arqueologia como Pessís (1989), Martin (1999), Guidon (1991a;b), Silva (1999) e muitos outros, desenvolveram uma linha conceitual e metodológica sobre o “universo simbólico”, estudado através dos registros rupestres.

A concentração dos maiores e representativos sítios e referência neste universo arqueológico, encontra-se no Nordeste do Brasil. Fato que conduziu nossa abordagem historiográfica, a se concentrar na perspectiva analítica e historiográfica dos que estudam os registros rupestres na região do semiárido brasileiro. Cabe ressaltar que os estudos e pesquisas nessa região, são conduzidos tanto pela Universidade Federal de Pernambuco como pela Fundação Museu do Homem Americano (FUMDAM).

Os trabalhos e pesquisas, já publicados pelos respectivos pesquisadores acima citados, têm causado divergência no campo conceitual e historiográfico das análises direcionadas aos estudos rupestres da arqueologia, no Brasil.

Segundo Guidon (1991a;b, p.17-20), a presença do homem no Nordeste brasileiro é indubitavelmente muito antiga. No dizer da autora, a seqüência atribuída a cerca de 46 datações C-14 , para diferentes sítios no Piauí, além da longa coluna estratigráfica da Toca do Bouqueirão, localizada no sítio da Pedra Furada, que cobre cerca de 60.000 anos. A abundante indústria lítica ligada a datação dos quartzos e quartzitos, desse período, ainda, soma-se as fogueiras bem definidas nas camadas datadas e as paredes com pinturas rupestres, pertencentes às mesmas camadas. Todos estes fatores, juntos, constituem um bloco sólido e irrefutável de dados arqueológicos que não pode ser ignorado pelas comunidades científicas arqueológicas, tanto interna como externamente.

A autora aventa, que não há nessa estratigrafia inversão de camadas. Assim, não há possibilidade de se estar trabalhando com uma datação equivocada. A seqüência de datação obtida na Toca do Boqueirão, do Sítio da Pedra furada, obriga categoricamente, aos sujeitos da arqueologia a repensar o problema das migrações para a América.

Nesse aspecto, assevera Guidon (1991a), os sujeitos da arqueologia estão diante de uma realidade, pois dispõe-se de provas concretas da presença maciça e ininterrupta do homem brasilíndio, entre 12.000 e 6.000 anos, apontando uma alta tecnologia no trabalho da pedra e nas pinturas rupestres, além de uma densidade demográfica, comprovadas pelos números de sítios e pela quantidade de vestígios que cada um destes contém.

Tal postulado, na verdade, visa um rebate às críticas *discordantes* que a autora tem recebido sobre a periodização dos achados, vestígios e aquisições de suas pesquisas.

Faz jus, neste ponto, tomarmos de empréstimo a assertiva de Moberg (1968, p.25), quando afirma que são abundantes as obras em que os arqueólogos abordam o método de sua disciplina. Porém, é precisamente quando se trata de explicar as aquisições e resultados de seu ofício que os arqueólogos mais divergem. Em conseqüência, tal fenômeno parece ser resultante da extensão do campo científico, além da multiplicidade das tarefas que acabam por exigir da disciplina, diversas versões, cujas perspectivas e pontos de partidas, são diferentes em suas conjecturas.

Numa referência às críticas divergentes que tem recebido de seus pares arqueólogos, Guidon (1991a) aventa que se deve ter sempre em mente que em pré-história, se em determinada região não há vestígios que se associe a determinado período, pode ser atribuída a três hipóteses aceitáveis entre si: a primeira estaria relacionado diretamente ao

reflexo da ausência do homem, a segunda, a ausência das pesquisas ou, se realizada, não houve pesquisas suficientes e, a terceira, ao fato de que, talvez, o tempo tenha eliminado todos os vestígios deixados pelas populações pré-históricas.

Nesse sentido, a autora postula que o exemplo da pré-história européia nos é próprio e deve ser lembrado, pois lá, a seqüência crono-cultural dos anos sessenta, do século XX, foi revisada diversas vezes e hoje são bem diferentes. Nesse contexto a autora questiona: “porque somente na América e mais precisamente, na América do Sul as teorias dos anos sessenta, do século XX, devem continuar vigentes? Por que devem ser ignorados os dados obtidos por pesquisas mais recentes?” (GUIDON, 1991a, p. 18).

Guidon (1991a), aponta nessa direção que na Austrália, dos anos sessenta do século XX, os estudiosos da arqueologia afirmavam que o continente australiano teria sido povoado a somente 7.000 anos. Hoje, já se tem prova da presença humana australiana a pelo menos 70.000 anos, comprovando também que uma espécie antiga de Homo, encontrou uma maneira de atravessar braços de mar para chegar àquelas terras.

Desse modo, para a autora, o modelo estabelecido pelas pesquisas arqueológicas e a forma de pensar e sistematizar, técnico-metodologicamente, dos sujeitos da arqueologia, no período acima citado, foram validos para aquela época. Os trabalhos estabelecidos por esses pré-historiadores, prestaram imenso serviço, tanto a pré-história americana como a brasileira, entretanto, assevera Guidon (1991a, p. 18), tal fato não é razão para que os pré-historiadores modernos perpetuem o mesmo modelo.

Segundo Guidon (1991a, p. 18), cabe ressaltar, portanto, que o povoamento da das Américas estabelecido na década de sessenta, do século XX, não são mais válidos. Assim, conceitos como os de Marino e Sanders, que publicaram um mapa da distribuição das populações pré-históricas na América do Sul, afirmando ser o Nordeste brasileiro, destituído de vestígios que comprovem a presença humana do Pleistoceno Superior, é prova irrefutável de que “há uma certa ignorância dos trabalhos arqueológicos realizados no Brasil”.

No campo da arqueologia que estuda os registros rupestres, no dizer de Martin (1999), a mais antiga referência bibliográfica de uma gravura rupestre, no Brasil, data de 1598. Assim é a partir desta data que as pinturas e gravuras parietais pré-históricas do Nordeste, foram visitadas, fotografadas, copiadas, comentadas e, algumas delas, publicadas.

Em consequência, essa turbulência de informações provocou, durante décadas, uma despreocupação na sistematização metodológica de classificação, bem como uma filiação étnica relacionada aos autores dos registros.

Para Martin (1999) deve-se a Pessis(1989) a maior sistematização dos registros rupestres, bem como o empenho para que tal sistematização fosse utilizada como variável arqueológica no que diz respeito a identificação e significação dos grupos étnicos que viveram e se adaptaram às condições austeras no interior do Nordeste brasileiro.

A autora aventa, nessa direção que, no Brasil, o desconhecimento da arqueologia, bem como, o individualismo acentuado sobre os estudos que conceituam os registros rupestres brasileiros, inviabilizam que se apresente definições e divisões conceituais. Com efeito, tal fato conduz às divergências entre seus sujeitos quanto a uma clara definição das “tradições”.

Tome-se como exemplo, o conceito de arte que tem se dado para os registros rupestres e se tornado objeto de polêmica entre arqueólogos e historiadores da arte. Segundo Martin (1999), tal discussão dificilmente poderá acabar, uma vez que seus sujeitos procuram respostas diferenciadas sobre o que, verdadeiramente, representam as mensagens que as pinturas e gravuras rupestres proporcionam.

Nesse aspecto, a autora é categórica ao afirmar que

A riqueza de dados que o estudo e a reflexão sobre a arte rupestre podem fornecer à História da Arte, não é fundamental aos arqueólogos. Cada vez mais precisamos pesquisar nas áreas arqueológicas, com alta concentração de registros rupestres, o contexto arqueológico que as acompanha, como forma de identificar os grupos étnicos aos quais pertencem. Somente depois dessa identificação, poderemos falar da arte rupestre deste ou daquele grupo, que viveu em determinado período de determinada área, em determinadas condições de sobrevivência, configurando-se, assim a “história” de um grupo humano nos seus diferentes aspectos ecológicos, nos quais entrarão, também, os espirituais e estéticos, caso o registro arqueológico nos permita chegar ao seu mundo simbólico (MARTIN, 1999, p.237).

A autora ressalta nesse contexto que o desconhecimento arqueológico de grandes áreas do Brasil, bem como a falta de monografias dedicadas ao estudo dos enclaves arqueológicos, além de um acentuado individualismo na hora das definições conceituais técnicas-metodológicas, tornam o imenso acervo de registros rupestres brasileiros, destituído de definições claramente estabelecidas, além de proporcionar total desacordo

entre os pesquisadores, no que diz respeito a definição das “tradições” (MARTIN,1999, p.239).

Com efeito, o que alguns sujeitos da arqueologia chamam de “tradição geométrica”, outros chamam de “esquemática” ou “astronômica” por lembrarem, certos grafismos às estrelas ou o sol.

Assim, somente a técnica de elaboração e a disposição com que esses possíveis astros foram reproduzidos, associados às informações do registro arqueológico de seu entorno é que se poderá determinar o grafismo como pertencentes a determinada tradição.

Nesse sentido a autora postula que o Brasil, apresenta-se com tradições pré-históricas líticas, cerâmicas e registros rupestres de larga dispersão geográfica e de grandes temporalidades. Entretanto, as tradições rupestres em solo brasileiro, não evoluíram autonomamente. Isto é, os seus autores ou grupos étnicos aos quais pertenciam, provavelmente, mantiveram contatos entre si, reproduzindo, dessa forma, a evolução natural no tempo e no espaço, fato este que obriga os estudos em arqueologia, a estabelecerem as subdivisões pertinentes.

Martin (1999) assevera nessa direção que apesar do termo “tradição” estar bem aceito no Brasil, definindo as macrodivisões de registros rupestres, nem todos os arqueólogos estão de acordo com a sua conceituação. Com efeito, tal ambigüidade ou controvérsia nas definições, acentua geralmente a dificuldade de se conhecer o universo, extremamente complexo, que representam os registros rupestres, numa larga fração geográfica do país.

Pessís (1989) acentua, nessa direção, que se encontram no Estado do Piauí, a maior concentração de sítios de pinturas e gravuras representativas que são identificadas como “Tradição Nordeste” e estudadas a partir de um enfoque descritivo das figuras, gerando um acúmulo de informação que se limitam a conclusões, *microanalíticas*.

Com efeito, para a autora, tanto uma representação gráfica do universo lúdico do homem primitivo, como uma do homem moderno é, na verdade, manifestações do universo em que se encontram inseridos seus autores ou, do sistema de representação social ao qual pertencem.

Assim, as representações da tradição Nordeste são, na verdade, “a imagem resultante do modo gráfico ou técnico representativo, cuja singularidade, podem

representar, ou revelar, os aspectos culturais dos grupos que as fizeram” (MARTIN, 1999, p. 237-238).

Segundo Pessis (1989, p.12), a estrutura técnica gráfico-representativa que determinado grupo étnico utilizou, está contida no domínio técnico dos mesmos grupos culturais. Isto é, representam manifestações corporais materiais, destes grupos culturais. Tal processo é resultante, segundo a autora, da identificação das limitações materiais que estes grupos enfrentaram, além da necessidade de superarem inúmeros obstáculos, em seu entorno.

Martin (1999), ressalta, nesse contexto, que as dificuldades de associar-se os registros rupestres à cultura material que identifique os grupos étnicos responsáveis pelo registro, são deveras conhecidas, pois diversas vezes as pinturas e, muitíssimo mais, as gravuras rupestres, são as únicas variáveis visíveis que assinalam a presença humana e identificam sítios arqueológicos, especialmente no Brasil.

Assim, Pessis (1989, citada por MARTIN, 1999, p.236) afirma que para se apreender a leitura dos registros rupestres, deve se partir da perspectiva antropológica, ou seja, concebendo-o como um processo de comunicação, um meio pelo qual os homens paleolíticos pré-históricos comunicavam-se e, como tal, deve-se estudá-los e analisá-los como a pré-escrita do paleoíndio brasileiro Pessis (1989) sistematizou seus trabalhos realçando a necessidade de se procurar novos caminhos metodológicos que superem o método das tabelas e tábuas comparativas, além da separação dos grafismos nos painéis rupestres. Nesse sentido, portanto, a autora estuda os registros rupestres do ponto de vista da antropologia visual. Isto é, como um meio de comunicação, uma pré-escrita, ignorando o conceito de “arte”, embora admita também que possam ser estudados do ponto de vista das idéias estéticas.

Já, Martin (1999), conceitua o próprio termo “registro rupestre” com o propósito de libertar, diferenciar o que entende por a primeira manifestação artística do homem. Trata-se de fugir e evitar a conceituação puramente estética do termo “ arte rupestre”, tão em voga entre os sujeitos da arqueologia.

Tal pensamento parece está consonante com Leroi-Gourhan (1965, p.22), em seu discurso a libertação da memória, quando postula que se entre os primatas verifica-se que o *comportamento operatório* é cada vez mais ultrapassado por uma memória de

construção individual, então, no caso do homem, o papel desempenhado pelo condicionamento da memória é dominado pela linguagem que por sua vez é conduzida pelos conhecimentos, transmitidos e conservados em cada comunidade ética. ?

Segundo o autor, o comportamento operatório permite a distinção psicológica entre o inconsciente, subconsciente e consciente, elementos estes, correspondentes a três níveis de funcionamento neuropsíquico humano. É esta distinção, portanto, que permite separar as manifestações, especificamente instintivas, da consciência manifestada através dos símbolos, na linguagem do homem primitivo.

Assim, assevera Martin (1999), a representação do registro rupestre deve ser concebida como uma manifestação que o indivíduo faz do real ou de seu imaginário, utilizando em seu auxílio, a linguagem e o gesto, bem como a própria representação do registro rupestre que se manifesta na evolução do espaço – tempo do grupo ou cultura que o retratou, nas grutas, cavernas, e diversos outros lugares que representavam o seu entorno ecológico cultural.

Silva (1999, p.95) assevera, nesse aspecto, que os registros rupestres pré-históricos, devem ser vistos e estudados como uma das variáveis do contexto arqueológico. Nesse sentido, o autor aventa que é inútil explicar seus significados, pois, estes, não são traduzíveis por si mesmos e são complexos quanto a natureza de suas interpretação.

O autor postula nessa perspectiva, que o importante é que estes sejam analisados a partir do contexto em que estão inseridos. Isto é, num mesmo corpo gráfico de um sítio arqueológico ou num contexto maior de vários sítios, de uma área arqueológica.

Assim, é a partir da associação de todas as possíveis variáveis do universo arqueológico das impressões rupestres a outros materiais que globalizam as estruturas observáveis de seu entorno, de seu contexto geográfico que, segundo o autor, será possível contribuir às pesquisas arqueológicas, consolidando resultados aceitáveis que minimizem as divergências ou fragmentação na disciplina.

Outro enfoque que se notabiliza pela originalidade de seu discurso e se insere no campo do enfoque do novo pensar arqueológico dos sujeitos que estudam a natureza dos registros rupestres é a semiótica. Segundo Eco (1980, citado por CRESPO, 1982, p.2) trata-se da análise direcionada a leitura dos registros rupestres, enfocada pelos postulados da semiótica, ou seja, “a ciência que se ocupa de qualquer caso que se possa considerar

como signo. Eco (1980) afirma, nessa perspectiva, que essa ciência tem como objeto compreender dois fatores: uma Teoria dos Códigos e uma Teoria da Produção dos signos. Isto é, tem como propósito analisar os registros rupestres, a partir da *semiótica que analisa a significação dos signos*, baseada na *convenção social* e, na *semiótica da comunicação* que produz, fisicamente, expressões para diferenciados fins práticos. Entretanto, cabe ressaltar que estas duas teorias têm suas próprias propostas metodológicas.

Segundo Crespo (1982, p.2), do ponto de vista semiótico, para se compreender o verdadeiro significado dos caracteres pictográficos, é preciso ter conhecimento do código que se oculta dentro de tais caracteres. A autora resalta que na maioria dos casos não é possível identifica-los, uma vez que estes códigos pertencem, normalmente, a sociedades diferenciadas e distantes do mundo atual.

Desse modo, somente através de estudos científicos, é possível se obter uma aproximação do real significado das pinturas rupestres, embora sempre haja uma possibilidade ou abertura para outras interpretações.

Crespo (1982, p.2) escreve que, tal fato é decorrente das diversas interpretações atribuídas às pinturas rupestres e que acabam por cair no campo da hermenêutica. Ou seja, são entendidas a partir da bagagem cultural e da abordagem que faz o observador científico sobre a leitura dos registros rupestres pré-históricos. Tome-se como exemplo as interpretações convencionais que atribuem aos círculos com raios, a representações do sol. Assim, dada a facilidade de se identificar e associar tais imagens a determinados objetos, as afirmações sem base etnográfica ou históricas, são muito comuns neste campo.

Nesse sentido Massmacher (1982, citado por CRESPO, 1982, p.2) postula que o método analógico é o mais indicado para se estabelecer relações entre as diversas formas de produção de signos. Entretanto, o problema está no modo pelo qual se costuma fazer a transposição de imagem para símbolos abstratos que se assemelhem, pois, na verdade estes costumam ser de diferentes épocas, lugares e culturas.

Com efeito, o método analógico tem que se basear em considerações antropológicas e históricas. Porém, com muita cautela, a fim de que possa discutir, com bases empíricas, as semelhanças ou diferenças que, normalmente, se apresentam no processo de análise de determinadas produções de signos.

No que se refere a produção de pinturas rupestres realizadas em tempos históricos com fontes diretas e que tinham como prática comum essa forma de expressão e comunicação, o método analógico acusa informações muitíssimo importantes sobre os motivos que possivelmente motivaram esta atividade, bem como os papéis que desempenharam os registros rupestres, na comunicação ideológica entre esses grupos históricos.

Por outro lado, nas análises de significação em que se discute as mensagens que possível mente tais registros possam proporcionar, na verdade, o que se conceitua como mensagem, na maioria dos casos, provém de textos cujo conteúdo do discurso se processa em vários níveis de teorização.

Assim, segundo Crespo (1982), cabe assinalar que a pintura rupestre deve ser entendida como um conjunto de mensagens e textos, não como signos isolados de um contexto etnológico.

Nessa dimensão, portanto, a decodificação ou interpretação das pinturas se faz sempre atendendo a um sistema interpretativo ou num discurso que se remete a outros discursos relacionados com o nível de significação dos signos. Nesse caso, o destinatário da mensagem não tem que ser, necessariamente, um elemento explícito, uma vez que para realizar a função sistêmica, basta que se garanta a validade do signo.

Na perspectiva, outro aspecto que se deve tratar com relação às pinturas rupestres, é a interpretação histórica que se dá ao mesmo painel rupestre ou, no caso do Brasil, às chamadas tradições rupestres.

Tome-se como exemplo as interpretações realizadas pelos estudiosos das pinturas de Lascaux e das possíveis e novas interpretações que, na atualidade, algum outro pesquisador esteja disposto a proporcionar, baseando-se na interpretação que teve das mesmas pinturas.

Nesse caso, na ótica de Crespo (1962, p.5), ambas as interpretações são válidas, já que correspondem a momentos diferenciados do ponto de vista histórico da ciência, tanto em seus aspectos ideológicos como em seus aspectos tecnológicos avaliativos. A autora aventa ainda que as pinturas rupestres camuflam, em sua expressão gráfica, uma gama complexa de formas de representação que vem, desde o retrato fiel do objeto reproduzido aos registros abstratos, sejam eles estilizados ou geométricos.

Desse modo, para o autor, cada grupo social tem uma forma peculiar de representar as pinturas num determinado estilo, seguindo um padrão de desenvolvimento que acusa seu nível socioeconômico, bem como seu contexto ideológico. É nesse ponto, portanto, que no estudo sobre o estilo básico dos registros rupestres, pode-se aplicar o método analógico.

Isto é, semelhança x diferença, partindo do princípio de que numa determinada cultura se repete os mesmos conceitos e formas estereotipadas de se expressar graficamente, seja através das pinturas ou dos desenhos feitos em objetos de diversas natureza. Como no adorno das cerâmicas marajoaras, por exemplo.

Nesse contexto, Crespo (1962, p.9) assevera que se a pintura rupestre acusa o nível sócio econômico de seus sujeitos, paradoxalmente ela não é derivada de uma formação sócio-econômica, mas está presente em diversos grupos sociais acusando diferentes níveis de desenvolvimento.

Na verdade, a partir do paleolítico superior europeu a pintura rupestre tem sido uma expressão comum utilizada também por pastores no Norte da África, agricultores na América, entre os povos de alta cultura na Mesoamérica, bem como entre povos africanos e americanos, no decorrer do séculos posteriores à colonização européia. E são também, “ainda hoje, praticadas por grupos adeptos a formas de religião popular, no México central” (CRESPO, 1962, p.9).

Desse modo, a autora conclui que o campo que remete à pintura rupestre é, indiscutivelmente, a antropologia, já que é através de seu estudo que se pode sistematizar as formas de expressão entre grupos, esquema de estruturas supranaturais e conhecimentos cosmológicos.

Como podemos perceber, a crise teórica metodológica da Arqueologia, em todas as escalas de seus pensadores, não parece próxima de sua solução. O processo parece ter se tornado inerente a própria constituição da natureza histórica dos postulados historiográfico e, nas propostas de seus sujeitos que buscam explicações legítimas, no universo de achados arqueológicos, a fim de que possam garimpar respostas que revelem a trilha que percorreu a humanidade na legitimação de seu processo histórico, bem como nas suas diversas formas de expressão, entre estas, a produção gráfica desde os tempos pré-históricos.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando o historiador se propõe a estudar e pesquisar seriamente um determinado tema deve ter a consciência da empreitada que certamente enfrentará. Mas, como este tema trata da pré-história, estará assim diretamente relacionada aos conceitos e paradigmas da ciência arqueológica e que de antemão, precisará do auxílio, indispensável, das diversas disciplinas na área das ciências humanas, a fim de que possa melhor fundamentar seu trabalho, elevando-o a um nível realmente científico.

Com efeito, é consciente também, de que percorrerá um “campo minado” de divergências na sistematização do pensar arqueológico, refletida no campo da produção historiográfica em que atuam os sujeitos da arqueologia.

A proposta apresentada neste trabalho, conduziu-nos a uma análise historiográfica da arqueologia na perspectiva dos registros rupestres pré-históricos. Sua contribuição para a ciência, prende-se ao fato de que só é possível uma reflexão apurada, sobre o contexto historiográfico da pré-história brasileira, se seus pesquisadores tiverem uma visão global e coletiva das intrínsecas relações no campo das ciências humanas e como se materializa, historiograficamente, o pensar de seus sujeitos.

Nessa perspectiva, o trabalho nos forneceu uma síntese das primeiras escolas do pensamento arqueológico e antropológico sobre uma perspectiva histórica e crítica, apontando, na Europa, as bases teóricas do pensamento arqueológico, os paradigmas explicativos para o entendimento e significado dos registros rupestres pré-históricos e, um ensaio à análise historiográfica do pensamento arqueológico na produção científica brasileira.

Procuramos reconstruir, dessa forma, o desenvolvimento do pensamento arqueológico num contexto global, bem como a natureza divergente dos enfoques historiográficos de seus sujeitos, fato que nos evidenciaram uma fragmentação na sistematização metodológica-historiográfica, desta área do conhecimento científico, frente às outras ciências humanas.

Com efeito, nos foi possível apreender e acompanhar o percurso pelo qual a Arqueologia trabalha a natureza das culturas pré-históricas, através dos achados ou vestígios deixados por estas civilizações milenares.

Nessa perspectiva, a arqueologia, tal qual a História, busca um corpo organizador de conceitos e metodologias científicas que têm por objetivo explicar a natureza do comportamento humano, através dos restos materiais que sinalizam seu percurso na longa jornada de sua progressão histórica.

Torna-se evidente, portanto, que as proposições teóricas de seus sujeitos clamam por um bloco sistematizado de diversas disciplinas para que se possa melhor alcançar o objetivo proposto pela ciência arqueológica.

No campo dos registros rupestres, bem como na busca pela compreensão da natureza da origem humana e da identificação de seus signos, apontamos, ao longo da nossa pesquisa, que os trabalhos empreendidos pela arqueologia, estimularam o descobrimento e a exploração de outros modelos teóricos, na busca de se melhor evidenciar a leitura de tais signos ou registros rupestres, muitas vezes, ignorado pelas diversas correntes do pensar arqueológico.

Assim, num primeiro momento tratamos, sobre uma “crise” arqueológica e sobre a necessidade de se buscar os elos entre historiadores, arqueólogos e cientistas sociais, tais como antropólogos, sociólogos, etnólogos e outros especialistas, nas diversas áreas do conhecimento humano, retratando um período analítico-historiográfico da arqueologia, que vai desde os pensadores antediluvianos, na segunda metade do século XIX, a década de sessenta do século XX, tanto no Brasil como na Europa.

Com efeito, conseguimos reconstruir, neste capítulo, as bases teóricas e explicativas do pensamento arqueológico, assinalando, metodologicamente, através de uma historiografia comparada que coroa todo o trabalho, as grandes questões que se propagam no universo da Arqueologia.

Num segundo momento, evidenciamos os paradigmas explicativos para o entendimento e significado dos registros rupestres pré-históricos no Brasil e na Europa. Assinalamos que os estudos das sociedades humanas, extintas ou contemporâneas, não comportam soluções divergentes no entendimento de suas relações e representações.

Nesse aspecto, ficou evidente que há uma busca pela reestruturação dos paradigmas da ciência arqueológica, bem como pela polarização do conhecimento científico que dela emana.

Assim, como consequência desses pressupostos, em que acentuam-se os interesses comuns entre os profissionais da área arqueológica, tem-se o objetivo de buscar uma unanimidade sistemática para seus conceitos, como também, da ciência como um todo.

Constatamos, ao longo do trabalho, que o homem à frente dos fenômenos naturais, passou da experiência primária a condição que o conduz à imaginação, representação, interpretação e explicação. Isto é, que o homem, desde a posteridade, pensou, durante séculos, sobre si mesmo e sobre a sua condição, no mundo que o cerca.

Assim, para melhor entender os paradigmas explicativos para o entendimento e significado dos registros rupestres pré-históricos, na ótica dos sujeitos da arqueologia, os observamos a partir de quatro aspectos teóricos, onde discorremos sobre o antiquarismo, a transição ao evolucionismo e um apontamento às análises funcionalista e estruturalista.

Num terceiro momento, identificamos, inicialmente, o imaginário mítico brasileiro, em que constatamos que a historiografia arqueológica brasileira buscava, no discurso mitológico, justificar a procedência e a finalidade dos registros rupestres pré-históricos.

Nesse contexto, constatamos que o enfoque das obras escritas nesse período, justificavam-se nas teses de que os pré-egípcios e outros povos migraram para América do Sul, caracterizando, para os estudiosos e pensadores desse período, que o berço da civilização européia teria se originado na parte setentrional das Américas. Fato que sedimentou a natureza do pensar e do interpretar, no universo que singulariza os estudos clássicos sobre os registros rupestres, na arqueologia brasileira.

Posteriormente observamos que, no século XIX, o enfoque evolucionista direcionou seus estudos na busca pela origem humana, substituindo a brevidade bíblica do homem pela sua pré-história. Nos certificamos, ao longo do capítulo, que somaram-se ao processo de transição evolucionista do enfoque arqueológico, o progresso nos estudos da História natural e a irrefutável constatação de comunidades selvagens no Novo Mundo, no Pacífico e na África, conduzindo o enfoque evolucionista, no Brasil, contrapondo-se então às idéias sobre a coexistência de civilizações antigas ou lendárias, em terras brasileiras.

Nesse contexto, retratamos também, o enfoque arqueológico totemista e fetichista, onde podemos constatar que os estudos direcionados às pesquisas das culturas tambaquis, bem como das cerâmicas da Ilha de Marajó, apontam para uma linearidade existentes, nos vestígios, seja na formação dos conchais ou dos elementos decorativos da cerâmica, não só no Brasil, como do continente. Por isso mesmo, requerem uma profundidade maior nas pesquisas empreendidas a seus estudos.

E por último, enfocamos a moderna compreensão do pensar arqueológico de seus sujeitos, sobre os registros rupestres no Brasil e, constatamos, através do enfoque conceitual da Nova arqueologia que, no Brasil, a presença do homem é muito antiga, fato que impulsionou o campo de análise dos registros rupestres na busca, desde de 1960, por uma sistematização conceitual direcionada às análises regionais do contexto arqueológico que estuda os registros rupestres. Essa busca, pleiteia uma relação sistêmica destes, com o tempo, espaço e seu entorno arqueológico, com o propósito de se conceber uma identificação às culturas étnicas primitivas brasileiras.

Ficou evidente, portanto, que essa maneira de pensar a arqueologia brasileira, situa-se dentro do enfoque sistêmico e estruturalista de uma Nova Arqueologia.

A natureza complexa do tema de nosso trabalho e a dificuldade em se encontrar uma bibliografia que contextualizasse toda a história dos estudos sobre os registros rupestres no Brasil, não nos permite tomá-lo como acabado. Como já postulamos acima, partimos do princípio de que só é possível uma reflexão apurada sobre o contexto da pré-história se tivermos uma visão global interdisciplinar.

Portanto, sem dúvida, temos consciência da vulnerabilidade a que nos expomos e que para apresentarmos uma reflexão mais profunda sobre o tema, necessário é: outros levantamentos nos diversos campos das ciências e que tenham como objetivo decifrar os nós que amarram o processo histórico, na decodificação dos vários vestígios que podem nos conduzir à trilha que percorreu a humanidade, desde tempos imemoriais.

A sistematização dos estudos sobre os registros rupestres do ponto de vista histórico e metodológico pode nos dar respostas às grandes questões da arqueologia moderna, sobre a origem do homem, se entendido e estudado a partir de uma visão antropológica e histórica que decodifique as formas de expressão entre os grupos humanos da época pré-histórica.

Tal visão só pode ser concebida se o registro rupestre for entendido, estudado e analisado como um conjunto de mensagens e textos, conforme afirma Crespo (1982) e como os tem estudo Pessis (1998), bem como outros pesquisadores, no Brasil.

Tal pressuposto, requer uma análise historiográfica mais profunda da arqueologia que estuda os vestígios gráficos rupestres brasileiros. Talvez assim, ao analisarmos os registros rupestres e a presença do homem sobre os mapas físicos da América do Norte, Central e América do Sul, no continente americano, possamos encontrar respostas para futuros questionamentos e estudos, tais como:

Por que as civilizações que se desenvolveram ao longo de todo continente puderam se desenvolver isoladamente? Ou, por que as extensas bacias hidrográficas não possibilitaram um contato mais influente e assíduo, entre os homens primitivos das Américas, viabilizando um intercâmbio de desenvolvimento cultural mais homogêneo entre tais civilizações? Ou ainda, qual a relação destas manifestações gráficas com os outros tantos vestígios humanos pré-históricos encontrados ?

Nessa perspectiva, estamos em consonância com Moberg (1968, p.37) quando afirma que “a arqueologia deve esclarecer questões relativas à carência das sociedades humanas e explicar, particularidades, desse fenômeno geral: a humanidade”.

REFERÊNCIAS

- BRISAUD, J. M. **As civilizações pré-históricas**. Rio de Janeiro: Otto Pierre, 1978.
- CARVALHO, A. Pré-história sul-americana. In: ROQUETE-PINTO. **Rondônia**. Rio de Janeiro: [s.n.], 1917. p.129-292.
- COSTA, A. **Introdução à arqueologia brasileira: etnografia e história**. 2.ed. São Paulo: Nacional, 1935.
- COSTA, C. **Sociologia: introdução a ciência da sociedade**. São Paulo: [s.n.], 2002.
- CRESPO, A. M. A pintura rupestre de la cueva de san ignacio. In: CONGRSSO DE LA UNION INTERNACIONAL DE CIENCIAS PREHISTORICAS, 10., 1992, México. **Anais...** México, 1992, p. 1-13. Mimeografado.
- DANIEL, G. **El concepto de prehistoria**. Bsrcelona: Editorial Labor, 1968.
- DARWIN, C. **El origen de las espécies**. [S.l.: s.n.], [1859?].
- GUIDON, N. O Pleistoceno no sudeste do Piauí. **CLIO**, Série Arqueológica, Recife, v.1, n.4, p. 17-18, mar. 1991a. Extra.
- _____. Nota sobre dois sítios da área arqueológica de São Raimundo Nonato - Piauí. **CLIO**, Série Arqueológica, Recife, v.1, n.4, p. 19-20, mar. 1991b. Extra.
- HOODER, I. **Interpretación em arqueologia: corrientes actuales**. Barcelona: Crítica, 1988.
- HUIZINGA, J. **Homo luden**. São Paulo: Perspectiva, 1996.
- BINFORD, L. R. **Archaeology as anthropology, american antiquity**. [S.l.]: Publicações Europa América, 1962.
- LE GOFF, J. **História e memória**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

LEROI-GOURHAN, A. **O GESTO E A PALAVRA**: memória e ritmos. Lisboa-Portugal: Edições 70, 1965 a.

MALINOWSKI, B. **Teoria científica da cultura**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

MARTIN, G. Novos dados sobre as pinturas rupestres do Seridó, no Rio Grande do Norte. **CLIO**, Série Arqueológica, Recife, v.1, n.4, p. 141, mar. 1991. Extra.

_____. Registro rupestre e registro arqueológico do Nordeste do Brasil. **Revista de Arqueologia**, São Paulo, v 8, n.1, p. 291-302, 1994.

_____. **Pré história do noerdeste do Brasil**. 2ed, Recife: EDUFPE, 1999.

MOBERG, C. A. **Introdução à arqueologia**. Lisboa: Edições 70, 1968.

MORGAN, L. **A sociedade primitiva**. São Paulo: Ática, 1979.

OBERMAIER, H. **El hombre prehistórico y los origens de la humanidad**. [S.l.: s.n.], 1932.

PESSIS, A. M. Apresentação gráfica e apresentação social na Tradição Nordeste de pintura rupestre no Brasil. **CLIO**, Série Arqueológica, Recife, n.5, p. 11-17, 1989.

_____. Contexto a apresentação social dos registros visuais na antropologia pré-histórica. **CLIO**, Série Arqueológica, Recife, v.1, n.4, p. 133-134, mar. 1991. Extra.

_____. Identidade e classificação dos registros gráficos pré-históricos do nordeste do Brasil. **CLIO**, Série Arqueológica, Recife, v.1, n.8, p. 35-66, 1992.

_____. Registro rupestre, perfil e grupo social. **Revista de arqueologia**, São Paulo, v.8, n.1, p. 283-290, 1994.

PINTO, E. **Os indígenas do nordeste**. São Paulo: Nacional, 1935. (Biblioteca Pedagógica Brasileira, Série V. Brasiliana; 44).

RADCLIFFE-BROWN, A. R. **Estrutura e função na sociedade primitiva**. São Paulo: Ática, 1973. ✓

RENFREW, C.; BAHN, P. **Arqueologia, teorias, métodos e prática**. Madrid: Editorial Akal, 1998. ✓

SCHMIDT, W. **Ethnologia sul-americana: círculos culturaes e estratos culturaes na America do Sul**. São Paulo: Nacional, 1942. (Biblioteca Pedagógica Brasileira, Série V. Brasileira; 44) ✓

SCHWENNHAGEN, L. **Antiga história do Brasil de 1100 a.C a 1500 d.C: tratado histórico**. 2 ed, Rio de Janeiro: Cátedra, 1970. ✓

SILVA, R. A. **Arqueologia, Antropologia e História: o interesse pelos vestígios humanos**. **Caderno de História da UFRN**, Natal, v. 4/5, n 2/1, p. 143-160, jul/dez-jan/dez. 1998. ✓

_____. **Os registros rupestres do Ceará: as contribuições de viajantes, eruditos, historiadores e etnólogos**. 139 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1999. ✓

TRIGGER, B. G. **História del pensamento arqueológico**. Barcelona: Editorial Crítica, 1992. ✓